



**RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO
DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
EXERCÍCIO 2024**

PROCESSO N.º:	1849883/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
CNPJ:	03.648.532/0001-28
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL:	ADAIR JOSE ALVES MOREIRA
RELATOR:	JOSÉ CARLOS NOVELLI
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	ALTO PARAGUAI
NÚMERO OS:	3410/2025
EQUIPE TÉCNICA:	PAULO CESAR PAIM





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	12
2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	12
2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023	12
2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024	13
2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS	15
2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA	15
3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	16
3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)	17
3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA	17
3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	17
3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	21
3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	23
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	27
4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	27
4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	27
4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO	27
4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	29
4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA	31
4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	33
4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	35
4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	35
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS	37
5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	40
5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	41
5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO	43
5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL	43
5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)	44





5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO	46
5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL	46
5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO	47
5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	48
5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	49
5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS	50
5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	53
5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS	54
5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	55
5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA	56
5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA	56
5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA	56
5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA	57
5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA	57
5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA	58
5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA	58
5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA	59
5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	59
5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	60
5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	61
5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	62
5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	63
5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	63
5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	65
5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	65
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	66





6. 1. DÍVIDA PÚBLICA	67
6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	67
6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	68
6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	69
6. 2. EDUCAÇÃO	70
6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	72
6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO	76
6. 3. SAÚDE	78
6. 4. DESPESAS COM PESSOAL	79
6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF	80
6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	81
6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	81
6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	84
7. REGIME PREVIDENCIÁRIO	88
8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	88
8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO	88
9. POLÍTICAS PÚBLICAS	90
9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO	90
9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS	91
9. 1. 2. IDEB	92
9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT	95
9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE	96
9. 2. 1. DESMATAMENTO	97
9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA	99
9. 3. INDICADORES DE SAÚDE	101
9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE	102
9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI	102
9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA	103
9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO	104
9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT	105
9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA	106
9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB	106





9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL	107
9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH	108
9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP	109
9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS	110
9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	111
9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES	112
9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE	113
9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS	114
9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE	115
9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL	116
9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE	117
9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE	118
9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES	120
10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO	121
10. 1. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDAS NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO	122
10. 2. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	123
10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO	124
10. 4. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	124
11. PRESTAÇÃO DE CONTAS	126
11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	126
12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	127
13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT	128
13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	130
13. 2. PREVENÇÃO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)	131
13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)	133
13. 4. OUVIDORIA	135
14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO	137





14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	138
14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO	139
14. 3. APÊNDICES	143
Anexo: 1 - ORÇAMENTO	144
Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)	144
Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária	146
Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit	26
Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito	26
Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	159
Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias	164
Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento	166
Anexo: 2 - RECEITA	27
Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita	170
Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)	171
Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)	171
Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)	172
Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)	172
Anexo: 3 - DESPESA	174
Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica	174
Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo	175
Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução	37
Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	60
Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS	60
Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário	
Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS	181





Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR	63
Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados	63
Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)	63
Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)	206
Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)	63
Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES	67
Quadro: 6.1 - Dívida Ativa	208
Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS	208
Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS	209
Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS	68
Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS	67
Quadro: 6.6 - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS	217
Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)	217
Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar	218
Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO	218
Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO	220
Anexo: 7 - EDUCAÇÃO	221
Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)	221
Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB	221
Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS	222
Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB	223
Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício	224
Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB	225





Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA	226
Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício	226
Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO	227
Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB	227
Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício	228
Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino	230
Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais	231
Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	231
Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções	231
Anexo: 8 - SAÚDE	233
Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	233
Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS	234
Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	235
Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde	236
Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502	237
Anexo: 9 - PESSOAL	81
Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)	238
Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)	238
Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN	81
Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado	81





Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA	83
Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita	83
Base (art. 29-A, CF)	
Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A	83
da CF)	
Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo	244
(Art. 29-A, §1º, da CF/88)	
Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos	244
Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal -	244
Art. 29-A, CF/88	
Anexo: 11 - METAS FISCAIS	89
Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)	246
Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)	89
Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A	247
Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes -	247
Art. 167-A CF	
Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO	122
Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a	122
Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)	
Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART.	122
42 – LRF)	
Apêndice A - EVIDÊNCIAS DOS ACHADOS DO RELATÓRIO DE CONTAS DE	
GOVERNO	





1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 e ao art. 1º, incisos I e X da Resolução Normativa n.º 16/2021-TCE-MT, apresenta-se o relatório preliminar de instrução de contas com o resultado do exame das contas anuais do Município de **ALTO PARAGUAI** do exercício financeiro de **2024** com o objetivo de subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as contas de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

O ano de 2024 representa uma fase de transição nas administrações municipais no Brasil. Nesse contexto, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - e o Senado Federal estabelecem normas para garantir o equilíbrio das contas públicas, prevenindo ações que possam comprometer a sustentabilidade fiscal. Este relatório inclui a análise do cumprimento das disposições sobre o encerramento de mandato, conforme as seguintes previsões:

- a) LRF: o artigo 42, parágrafo único; artigo 38, IV, b, e artigo 21, II; e
- b) Resolução do Senado Federal n.º 43/2001: 15, caput e § 2º.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas - Aplic, em atendimento à Resolução Normativa n.º 03/2020-TCE-MT-TP.

Nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas, houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste relatório.





2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

Neste tópico são identificadas as seguintes informações gerais do município de ALTO PARAGUAI: a) características do Município; b) pareceres prévios pelo TCEMT de 2019 a 2023; c) IGF-M - Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - 2020 a 2024; d) gestores e responsáveis; e e) perfil da entidade pública.

2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	16/12/1953
Área Geográfica	1847,354 km ²
Distância Rodoviária do Município à Capital	178 Km
População do Município - IBGE - 2024	7.717

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal

2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023

Está disposta no Tópico 13 deste relatório técnico, a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos pareceres prévios dos exercícios de 2022 e 2023.

Exercício	Protocolo/Ano	Decisão /Ano	Ordenador	Relator	Situação
Parecer Prévio					
2019	88390/2019	48/2021	DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, DIRCE LEMES DE ARAUJO	JOSÉ CARLOS NOVELLI	Favorável
2020	100773/2020	238/2021	DIRCE LEMES DE ARAUJO	JOSÉ CARLOS NOVELLI	Favorável
2021	412449/2021	144/2022	ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, ADAIR JOSE ALVES MOREIRA, VAILDE LUCIANA DE OLIVEIRA	WALDIR JÚLIO TEIS	Favorável
2022	89648/2022	81/2023	ADAIR JOSE ALVES MOREIRA	WALDIR JÚLIO TEIS	Favorável
2023	537756/2023	44/2024	ADAIR JOSE ALVES MOREIRA	JOSÉ CARLOS NOVELLI	Favorável

https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras





2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso o qual é subsidiado pelos dados recebidos pelo TCE via sistema Aplic durante a análise das contas anuais de governo municipal.

Os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à possível correção dos dados após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

- 1. Índice da Receita Própria Tributária:** Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
- 2. Índice da Despesa com Pessoal:** Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
- 3. Índice de Investimentos:** Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
- 4. Índice de Liquidez:** Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
- 5. Índice do Custo da Dívida:** Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
- 6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS:** Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:





- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,61 e 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,40 e 0,60 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.

Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico <https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF-M do município de **ALTO PARAGUAI**:

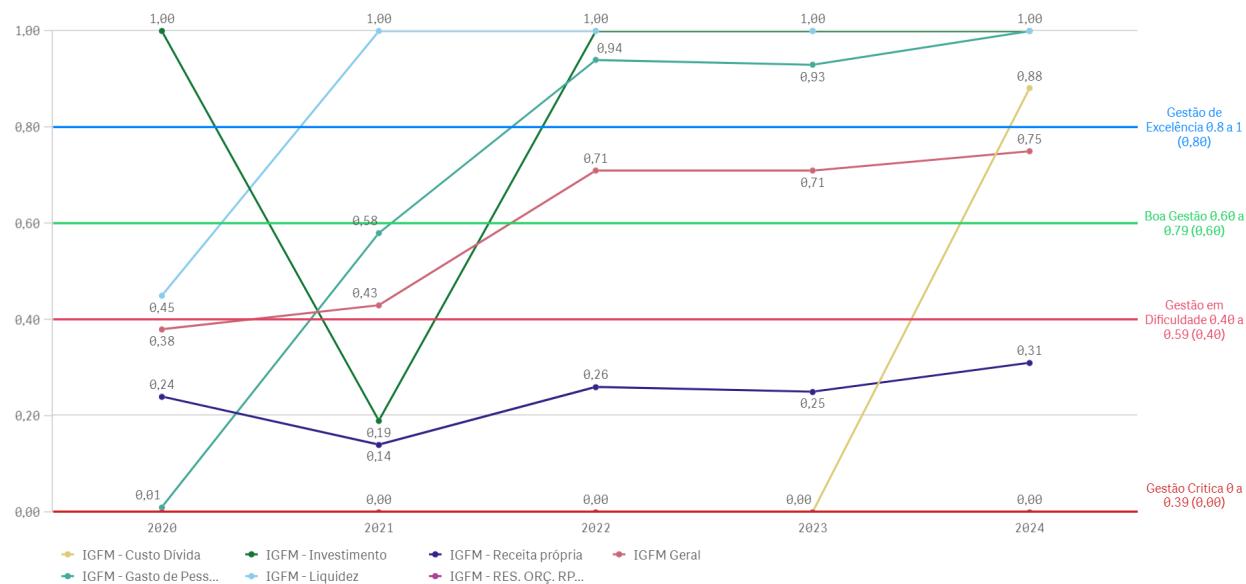
Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Investimento	IGFM - Liquidez	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
O município possui RPPS							NÃO	0
2020	0,24	0,01	1,00	0,45	0,00	0,00	0,38	133
2021	0,14	0,58	0,19	1,00	0,00	0,00	0,43	140
2022	0,26	0,94	1,00	1,00	0,00	0,00	0,71	59
2023	0,25	0,93	1,00	1,00	0,00	0,00	0,71	46
2024	0,31	1,00	1,00	1,00	0,88	0,00	0,75	-

<https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>





IGFM - Índice de Gestão Fiscal dos Municípios



2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS

As contas do Município no exercício de **2024** estiveram sob gestão dos seguintes agentes responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	LENILSON BATISTA BARROS	15/05/2014 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	ADAIR JOSE ALVES MOREIRA	05/01/2021 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSAVEL CONTABIL	JENICELIA MARIA DA CRUZ	01/11/2023 a 31/12/2024
CAMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	ROZINEI RODRIGUES DA SILVA	01/01/2023 a 31/12/2024
CAMARA MUNICIPAL	RESPONSAVEL CONTABIL	LAURO JOSNEY CORREA	01/01/2023 a 31/10/2024
CAMARA MUNICIPAL	RESPONSAVEL CONTABIL	GERALDO SERGIO GOMES	01/11/2024 a 31/12/2024

Sistema Control-P

2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:





ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
Sistema APLIC

3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos utilizados pelos Entes Federativos para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A CRFB definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- a) Plano Plurianual - PPA;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- c) Lei Orçamentária Anual - LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 171, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021-TP, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as contas anuais de governo.





Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas, mediante critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do parecer prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA

O PPA, conforme determina a CRFB, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para viger no quadriênio subsequente. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA do Município de **ALTO PARAGUAI** para o quadriênio 2022 a 2025, foi instituído pela Lei n.º 606, de 29 de dezembro de 2021, a qual foi protocolada sob o n.º 82.508-5/2021 no TCE-MT.

Em **2024**, segundo dados do sistema Aplic, o PPA foi alterado pela Lei nº 683 de 16 de setembro de 2024: "Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei nº 606 /2021, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1º."

3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a





elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO do Município de **ALTO PARAGUAI** para o exercício de **2024** foi instituída pela Lei Municipal n.º 660, de 29 de dezembro de 2023, a qual foi protocolada sob o n.º 178.110-3/2024 no TCE-MT (Documento Digital nº 407694/2024, p. 140/148).

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de LDO. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2024, Secretaria do Tesouro Nacional. - 14ª ed., pág.243).

Entende-se por:

- **Dívida Consolidada Líquida:** Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.
- **Resultado Nominal:** Diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida - DCL no final do período de referência e o saldo ao final do período anterior, representando a intenção do ente em contrair ou reduzir obrigações financeiras.





- Resultado Primário:** Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Consta na LDO/2024 o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto no art. 4º, § 1º, da LRF, estabelecendo para o exercício de 2024 as seguintes metas (Documento Digital nº 407694/2024, p. 177):

- a meta de resultado primário para o Município é de déficit de R\$ 4.900.000,00, significando que as receitas primárias projetadas serão insuficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;
- a meta de resultado nominal para o Município é de déficit de R\$ 2.835.000,00; e
- o montante da dívida consolidada líquida para 2024 ficou estabelecida em R\$ 120.000,00.

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	65.071.000,00	61.972.380,95	25.465,23	167,32	67.399.050,00	65.157.627,61	24.294,02	173,31	70.394.002,50	68.277.403,01	24.871,22	181,01
Receitas Primárias (I)	62.761.000,00	59.772.380,95	24.561,22	161,38	65.899.050,00	63.707.511,60	23.753,35	169,45	69.194.002,50	67.113.484,48	8,64	0,00
Receitas Primárias Correntes	39.061.000,00	37.200.952,38	15.286,34	100,44	41.014.050,00	39.650.087,01	14.783,54	105,46	43.064.752,50	41.769.886,03	15.215,40	110,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.500.000,00	2.380.952,38	978,36	6,43	2.625.000,00	2.537.703,02	946,18	6,75	2.756.250,00	2.673.375,36	973,82	7,09
Contribuições	850.000,00	804.523,81	332,64	2,19	892.500,00	862.819,03	321,70	2,30	937.125,00	908.947,62	331,10	2,41
Transferências Correntes	35.369.000,00	33.676.190,48	13.837,97	90,92	37.128.000,00	35.893.271,46	13.382,81	95,47	38.994.400,00	37.812.221,15	13.773,75	100,24
Demais Receitas Primárias Correntes	5.000,00	4.761,91	1,96	0,01	5.250,00	5.075,41	1,89	0,01	5.512,50	5.346,75	1,95	0,01
Receitas Primárias de Capital	23.700.000,00	22.571.428,57	9.274,88	60,94	24.895.000,00	24.057.424,59	8.969,81	63,99	26.129.250,00	25.343.598,45	9.231,84	67,19
Despesa Total	68.571.000,00	65.305.714,29	26.834,94	176,32	70.324.550,00	67.985.837,20	25.348,52	180,83	73.240.777,50	71.038.581,47	25.877,02	188,33
Despesas Primárias (II)	67.661.000,00	64.430.047,62	26.478,81	173,98	69.369.050,00	67.062.113,30	25.004,11	178,37	72.237.502,50	70.065.472,85	25.522,55	185,75
Despesas Primárias Correntes	37.645.800,00	35.853.142,66	14.732,51	96,80	39.528.090,00	38.213.544,08	14.247,92	101,64	41.504.494,50	40.256.541,71	14.664,14	106,72
Pessoal e Encargos Sociais	19.400.000,00	18.476.190,48	7.592,10	49,88	20.370.000,00	19.692.575,41	7.342,38	52,38	21.388.500,00	20.745.392,82	7.556,87	55,00
Outras Despesas Correntes	18.245.800,00	17.376.952,38	7.140,41	46,92	19.158.090,00	18.520.968,68	6.905,54	49,26	19.511.148,89	18.707,27	51,73	
Despesas Primárias de Capital	26.515.200,00	25.252.571,43	10.376,60	68,18	27.840.960,00	26.915.081,81	10.035,29	71,59	29.233.008,00	28.354.032,98	10.328,44	75,17
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	3.500.000,00	3.333.333,33	1.369,71	9,00	2.000.000,00	1.933.488,01	720,90	5,14	1.500.000,00	1.454.898,16	529,97	3,86
Resultado Primário (III) = (I - II)	-4.900.000,00	-4.666.666,67	-1.917,59	-12,60	-3.470.000,00	-3.354.601,70	-1.250,76	-8,92	-3.043.500,00	-2.951.988,37	-1.075,31	-7,83
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	2.310.000,00	2.200.000,00	904,01	5,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	245.000,00	233.333,33	95,88	0,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (VI) = (III + (IV - V))	-2.835.000,00	-2.700.000,00	-1.109,46	-7,29	-3.470.000,00	-3.354.601,70	-1.250,76	-8,92	-3.043.500,00	-2.951.988,37	-1.075,31	-7,83
Dívida Pública Consolidada	1.600.000,00	1.523.809,52	626,15	4,11	1.200.000,00	1.160.092,81	432,54	3,09	750.000,00	727.449,08	264,99	1,93
Dívida Consolidada Líquida	-120.000,00	-114.285,71	-46,96	-0,31	-610.000,00	-589.713,84	-219,87	-1,57	-940.000,00	-911.736,18	-332,12	-2,42
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema AGIL/Blue Contabilidade, Unidade Responsável ALTO PARAGUAI - MT, Data da emissão 15/03/2023 e hora de emissão 13:49:08

O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 8 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, § 3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentar (Documento Digital nº 407694/2024, p. 184).

Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2024 do Município as seguintes providências:





ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Decisões Judiciais (Ações trabalhistas e precatórios)	500.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS RELACIONADOS A CUSTEIO, CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS A SEREM REALIZADOS COM RECURSOS PRÓPRIOS;	500.000,00
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Discrepança de projeções	1.000.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS RELACIONADOS A DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS A SEREM REALIZADOS COM RECURSOS PRÓPRIOS;	1.000.000,00
Frustação da arrecadação	1.000.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS DE ACORDO COM O DETERMINADO NA LDO	1.000.000,00
Frustação da arrecadação	13.000.000,00	Contingenciamento orçamentário dos projetos atingidos pela referida frustação;	13.000.000,00
SUBTOTAL	15.000.000,00	SUBTOTAL	15.000.000,00
TOTAL	15.500.000,00	TOTAL	15.500.000,00

FONTE: Sistema AGILBue Contabilidade, Unidade Responsável ALTO PARAGUAI - MT, Data da emissão 13/6/2023 e hora de emissão 10:26:29

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:

- 1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF).
- 2) O art. 23 da LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).

Art. 23 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.





Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

3) A LDO do exercício de 2024 não foi regularmente divulgada no Portal Transparência, descumprindo os dispostos nos arts. 48, II, 48-A da LRF, conforme consulta em <https://transparencia.altoparaguai.mt.gov.br/Planejamento/Ldo/> em 9/7/2025. **NB04**.

Dispositivo Normativo:

Arts. 48, caput e § 1º, II, e 48-A da LRF.

3.1) *Não divulgar a LDO de 2024 e seus anexos no Portal Transparência do Município, em desacordo com o disposto nos Arts. 48, caput e § 1º, II, e 48-A da LRF. - NB04*

<https://transparencia.altoparaguai.mt.gov.br/Planejamento/Ldo/>, conforme consulta em Portal Transparência > Planejamento > LDO em 9/7/2025.

4) A LDO do exercício de 2024 foi publicada na edição de 2/1/2024 do Jornal Eletrônico da AMM, conforme arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.

5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.

6) Consta da LDO o percentual de 1% para a Reserva de Contingência, conforme art. 22.

3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA





A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de **ALTO PARAGUAI** para o exercício de **2024** foi publicada em conformidade com a Lei Municipal n.º 662, de 29 de dezembro de 2023, a qual foi protocolada sob o n.º 178.102-2/2024 neste TCE-MT.

A LOA para 2024 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 65.071.000,00, conforme seu art. 2º, sendo este valor desdobrado nos seguintes orçamentos:

- a) Orçamento Fiscal: R\$ 53.072.960,00; e
- b) Orçamento da Seguridade Social: R\$ 11.998.040,00.

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

- 1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social (art. 165, § 5º, da CF).
- 2) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 foi regularmente divulgada, em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, conforme consulta em 4/7/2025 em https://transparencia.altoparaguai.mt.gov.br/fotos_documentos/393.pdf.
- 3) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 e seus anexos foram publicados na Edição nº 4.392 de 3 de janeiro de 2024, em obediência aos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme consulta em 4/7/2025 em https://cdn-amm.diariomunicipal.org/publicacoes/2024/1/3/12130_d8e783ff-a70b-4065-ab53-d35bf5ba1b25_2024-01-03.pdf e <https://amm.diariomunicipal.org/publicacao/1331654/>
- 4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, § 8º, CRFB)





3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Lei Municipal nº 662/2023 definiu o seguinte parâmetro para as alterações orçamentárias:

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no curso da execução orçamentária, créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa consolidada fixada no art. 4º desta Lei, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64, de 17 de março de 1964 e § 8º do art. 165 da Constituição Federal.

§ 1º Único - no decorrer do exercício, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/64, a abertura dos créditos suplementares e especiais deverá ser procedida de exposição justificativa.

Na tabela abaixo, demonstram-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSP.	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUP.	ESP.	EXTRA.				
R\$ 65.071.000,00	R\$ 32.986.321,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.880.572,71	R\$ 78.176.749,25	20,14%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	50,69%	0,00%	0,00%	0,00%	30,55%	120,14%	-

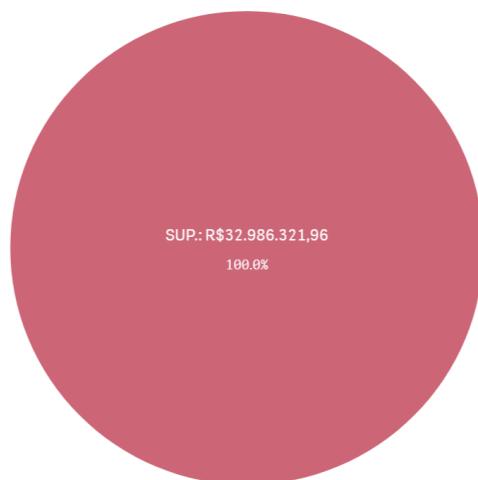
Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

Apresenta-se a seguir de forma gráfica a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.





Créditos Adicionais do Período



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc nº 594268/2025, p. 26) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 78.176.749,25, igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do sistema Aplic.

De acordo com o quadro abaixo, constata-se que as alterações orçamentárias em **2024** totalizaram 50,69% do Orçamento Inicial.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2024	R\$ 65.071.000,00	R\$ 32.986.321,96	50,69%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 19.880.572,71
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 8.137.122,82
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00

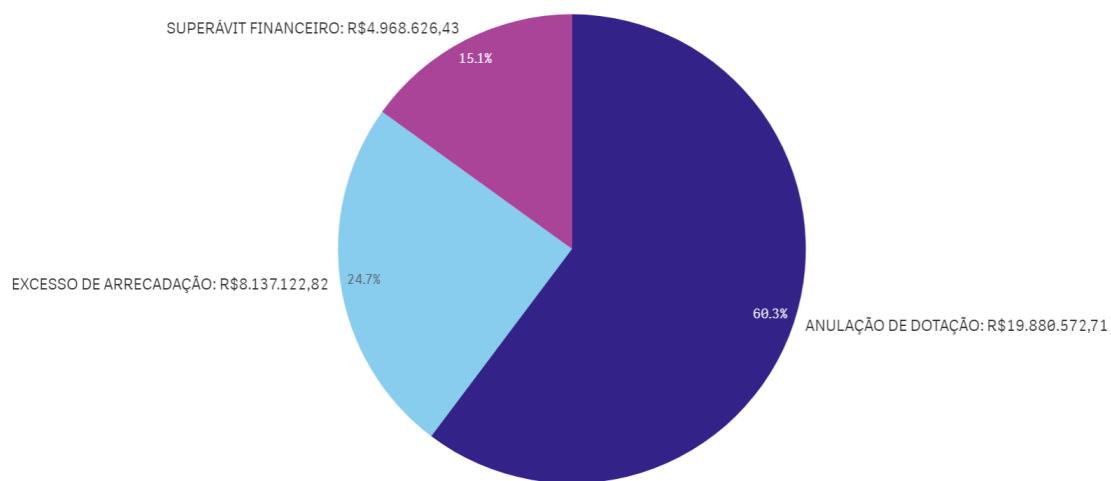




RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 4.968.626,43
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 32.986.321,96

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).

Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

Leis autorizadoras. As informações enviadas pela Administração para o sistema Aplic revelam que houve as seguintes leis que autorizaram a abertura de créditos adicionais suplementares em percentuais relacionados ao valor da despesa fixada no artigo 4º da LOA: 65.071.000,00 ou definiram o valor real autorizado.

Nº da Lei	Percentual autorizado	Valor em real
00662/2023	10% da despesa	6.507.100,00
00663/2023	10% da despesa	6.507.100,00
00670/2024	5% da despesa	3.253.550,00
00676/2024	5% da despesa	3.253.550,00
00679/2024	10% da despesa	6.507.100,00
00680/2024	Não houve.	2.074.322,82
00683/2024	Não houve.	5.000.000,00
TOTAL GERAL		33.102.722,82





A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas, por meio de créditos adicionais, constatou-se o que segue da amostra aleatória definida constante no Apêndice A, p. 4/5:

1) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados no valor de R\$ 5.849.300,00. **FB03.**

Dispositivo Normativo:

Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964.

1.1) *Abrir créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados no valor de R\$ 5.849.300,00. - **FB03***

O Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito deste relatório técnico preliminar calculou que a Fonte de Recursos 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados teve créditos abertos sem recursos disponíveis no valor de R\$ 5.849.300,00.

2) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de operações de crédito, pois não houve promulgação de lei que autorizasse a contratação de operações de crédito no exercício (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. IV da Lei nº 4.320/1964).

3) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro, conforme cálculos constantes do Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964).

4) Não houve abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320/1964).





4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Neste tópico são analisadas as ocorrências relativas à receita orçamentária e à despesa orçamentária.

4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a receita total prevista após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de **R\$ 73.149.223,82**, sendo arrecadado o montante de **R\$ 59.117.432,04**, conforme demonstrado no Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita do Anexo: 2 - RECEITA.

4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dentre as receitas auferidas no exercício de **2024**, foram selecionadas algumas Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União e pelo Estado para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Banco do Brasil.

4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco do Brasil disponibilizam consultas aos valores repassados pela União e pelo Estado aos municípios como transferências constitucionais e legais pelos links abaixo:

- Transferências Constitucionais <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>
- Demonstrativo DAF: <https://demonstrativos.apps.bb.com.br/arrecadacao-federal>

O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:





Transferências da União:

Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 15.071.636,57	R\$ 15.071.636,57	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 525.667,30	R\$ 525.667,30	R\$ 0,00
IOF-Ouro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 0,00	R\$ 635.658,06	-R\$ 635.658,06
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R\$ 9.380,57	R\$ 9.380,57	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

Transferências do Estado:

Descrição	Fonte Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota-Parte do ICMS	R\$ 9.521.787,80	R\$ 9.521.787,80	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPVA	R\$ 471.799,18	R\$ 472.797,18	-R\$ 998,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	R\$ 0,00	R\$ 164.416,81	-R\$ 164.416,81
Cota-Parte da CIDE	R\$ 34.977,15	R\$ 34.977,15	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Transferências do Fundeb	R\$ 6.211.082,80	R\$ 6.211.082,80	R\$ 0,00

APLIC> APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente





- 1) As Transferências Constitucionais e Legais não foram contabilizadas adequadamente. CB05.

Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, *caput*, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

1.1) *Registrar incorretamente as receitas de transferências de IPVA (R\$ 998,00), IPI (R\$ 164.416,81) e Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - União (R\$ 635.658,06), cujos valores contabilizados como receitas não encontram fundamento naqueles valores divulgados pela STN ou pelo Banco do Brasil. - CB05*

Conforme consultas realizadas em 10/7/2025 em:

Transferências Constitucionais <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>

Demonstrativo DAF: <https://demonstrativos.apps.bb.com.br/arrecadacao-federal>

4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2020/2024, revela oscilação nos valores da arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)	R\$ 29.921.364,82	R\$ 37.015.982,69	R\$ 44.748.093,68	R\$ 48.809.855,28	R\$ 53.971.102,24
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 1.776.918,09	R\$ 1.293.874,86	R\$ 1.901.856,71	R\$ 3.564.279,06	R\$ 2.750.742,67
Receita de					





Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
Contribuição	R\$ 29.690,38	R\$ 509.862,32	R\$ 589.693,67	R\$ 769.895,29	R\$ 859.800,46
Receita Patrimonial	R\$ 273.882,61	R\$ 170.628,61	R\$ 1.963.408,51	R\$ 1.812.113,91	R\$ 1.067.809,46
Receita Agropecuária	R\$ 0,00				
Receita Industrial	R\$ 0,00				
Receita de serviço	R\$ 269.377,48	R\$ 261.579,62	R\$ 283.934,34	R\$ 273.891,30	R\$ 307.575,99
Transferências Correntes	R\$ 27.475.023,68	R\$ 34.768.781,51	R\$ 39.982.448,45	R\$ 42.108.425,09	R\$ 48.914.889,53
Outras Receitas Correntes	R\$ 96.472,58	R\$ 11.255,77	R\$ 26.752,00	R\$ 281.250,63	R\$ 70.284
RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)	R\$ 795.193,64	R\$ 1.875.904,01	R\$ 25.721.778,15	R\$ 9.009.703,62	R\$ 11.132.451,88
Operações de crédito	R\$ 0,00				
Alienação de bens	R\$ 0,00				
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00				
Transferências de capital	R\$ 795.193,64	R\$ 1.875.904,01	R\$ 25.721.778,15	R\$ 9.009.703,62	R\$ 11.132.451,88
Outras receitas de capital	R\$ 0,00				
TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)	R\$ 30.716.558,46	R\$ 38.891.886,70	R\$ 70.469.871,83	R\$ 57.819.558,90	R\$ 65.103.554,12
DEDUÇÕES	-R\$ 2.889.329,89	-R\$ 3.984.450,44	-R\$ 4.675.549,88	-R\$ 4.918.007,37	-R\$ 5.986.122,08
RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)	R\$ 27.827.228,57	R\$ 34.907.436,26	R\$ 65.794.321,95	R\$ 52.901.551,53	R\$ 59.117.432,04
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 0,00				
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00				
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 27.827.228,57	R\$ 34.907.436,26	R\$ 65.794.321,95	R\$ 52.901.551,53	R\$ 59.117.432,04
Receita Tributária Própria	R\$ 1.635.942,24	R\$ 1.168.938,70	R\$ 1.891.201,61	R\$ 3.550.301,17	R\$ 2.680.207,33
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	5,46%	3,15%	4,22%	7,27%	4,96%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	5,01%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) , Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

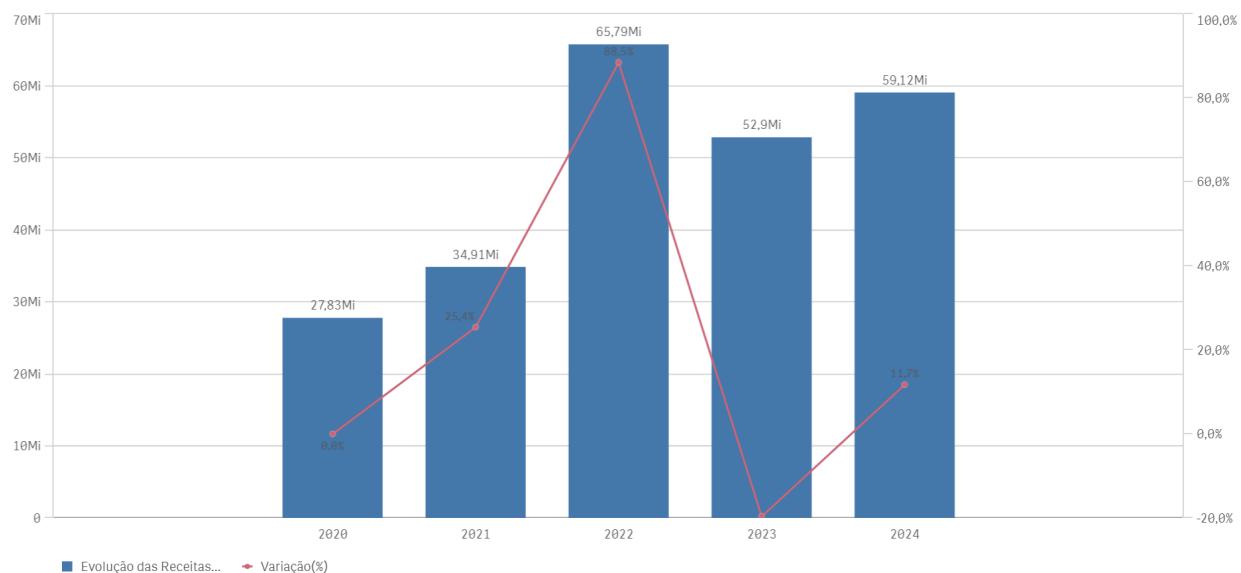




Verifica-se no quadro acima que as receitas Transferências Correntes representaram em **2024** a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de R\$ 48.914.889,53, o que corresponde a 75,13% do total da receita orçamentária, exceto a intra (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 65.103.554,12.

Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:

Evolução das Receitas Orçamentárias



4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

A receita tributária própria em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atingiu o percentual de **4,96%**.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2020 a 2024, destacando-se, individualmente, os impostos:

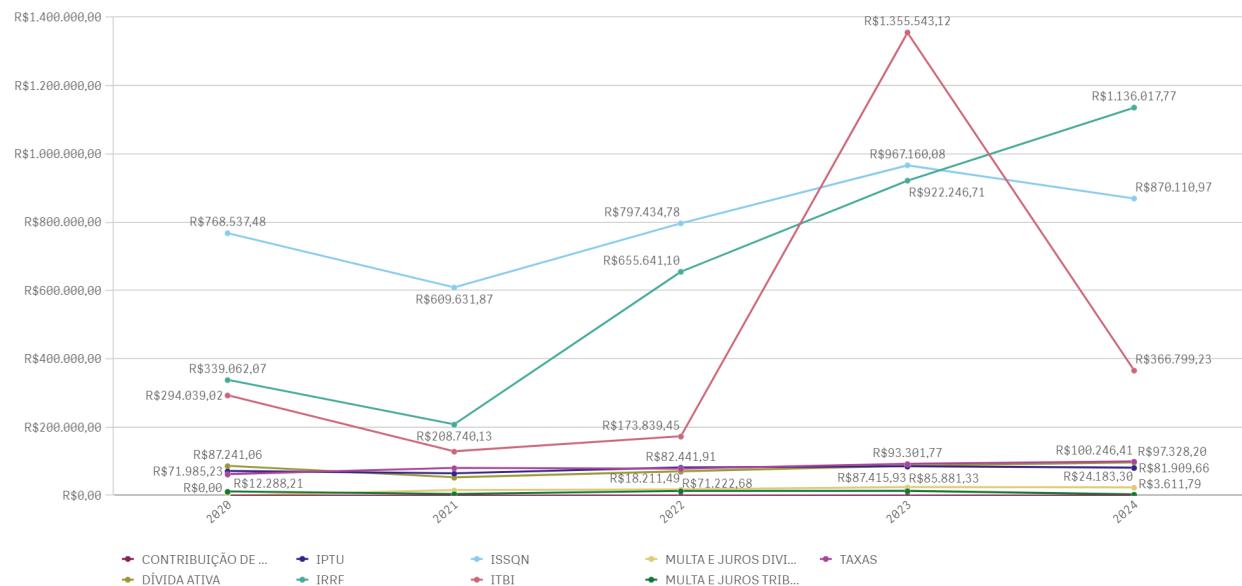




Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
IPTU	R\$ 71.985,23	R\$ 65.395,17	R\$ 82.441,91	R\$ 85.881,33	R\$ 81.909,66
IRRF	R\$ 339.062,07	R\$ 208.740,13	R\$ 655.641,10	R\$ 922.246,71	R\$ 1.136.017,77
ISSQN	R\$ 768.537,48	R\$ 609.631,87	R\$ 797.434,78	R\$ 967.160,08	R\$ 870.110,97
ITBI	R\$ 294.039,02	R\$ 129.707,36	R\$ 173.839,45	R\$ 1.355.543,12	R\$ 366.799,23
TAXAS	R\$ 62.789,17	R\$ 81.094,13	R\$ 78.738,21	R\$ 93.301,77	R\$ 100.246,41
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00				
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 12.288,21	R\$ 4.680,39	R\$ 13.671,99	R\$ 13.753,93	R\$ 3.611,79
DÍVIDA ATIVA	R\$ 87.241,06	R\$ 53.552,71	R\$ 71.222,68	R\$ 87.415,93	R\$ 97.328,20
MULTA E JUROS DÍVIDA ATIVA	R\$ 0,00	R\$ 16.136,94	R\$ 18.211,49	R\$ 24.998,30	R\$ 24.183,30
TOTAL	R\$ 1.635.942,24	R\$ 1.168.938,70	R\$ 1.891.201,61	R\$ 3.550.301,17	R\$ 2.680.207,33

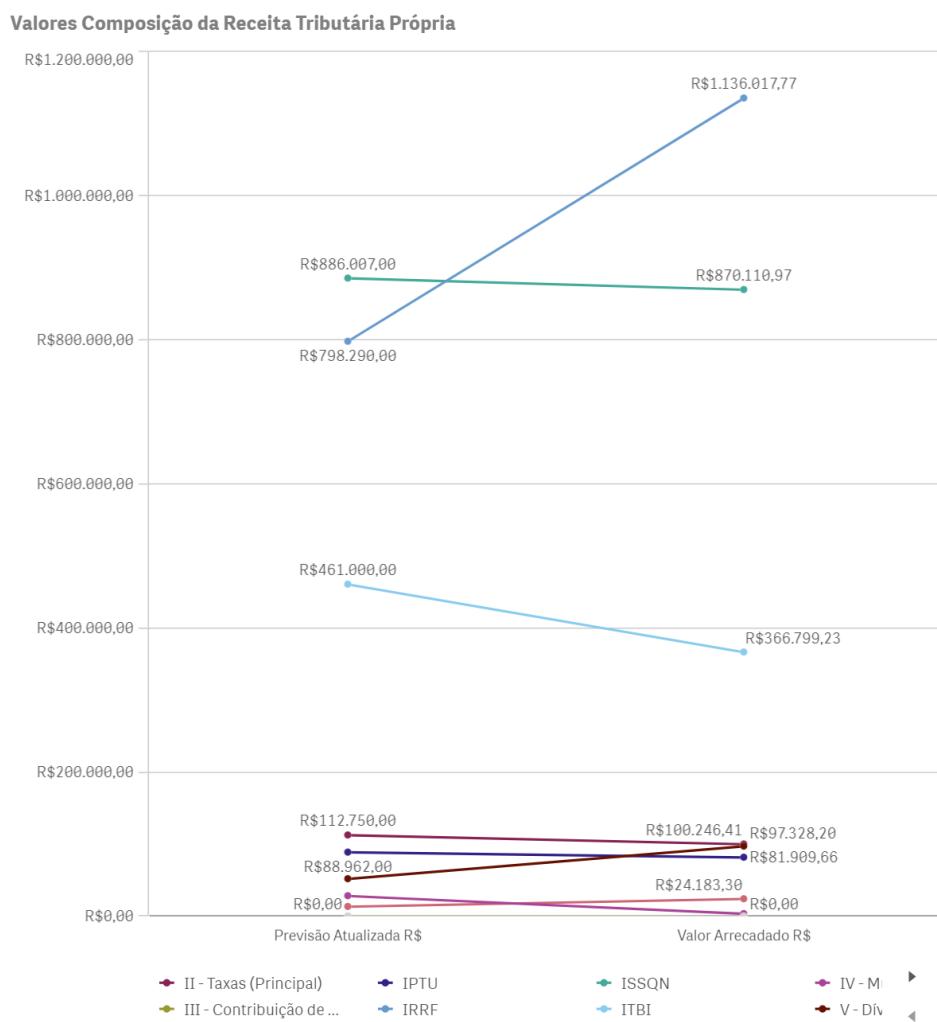
Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Série Histórica da Receita Tributária Própria por Tributo





Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em 2024:



4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

art. 30, III, da CRFB estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.





Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 65.103.554,12
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 48.914.889,53
Receita de Transferência de Capital (C)	R\$ 11.132.451,88
Total Receitas de Transferências D = (B+C)	R\$ 60.047.341,41
Receitas Próprias do Município E = (A-D)	R\$ 5.056.212,71
Índice de Participação de Receitas Próprias F = (E/A)*100	7,76%
Percentual de Dependência de Transferências G = (D/A)*100	92,23%

Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita.

A autonomia financeira de **7,76%** indica que, a cada R\$ 1,00 recebido, o município apenas contribuiu com R\$ 0,07 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi na ordem de **92,23%** .

A tabela a seguir apresentam o grau de dependência financeira do município no período de 2020 a 2024:

Dependência de Transferência					
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual de Participação de Receitas Próprias	10,55%	10,60%	6,76%	11,59%	7,76%
Percentual de Dependência de Transferências	89,44%	89,39%	93,23%	88,41%	92,23%

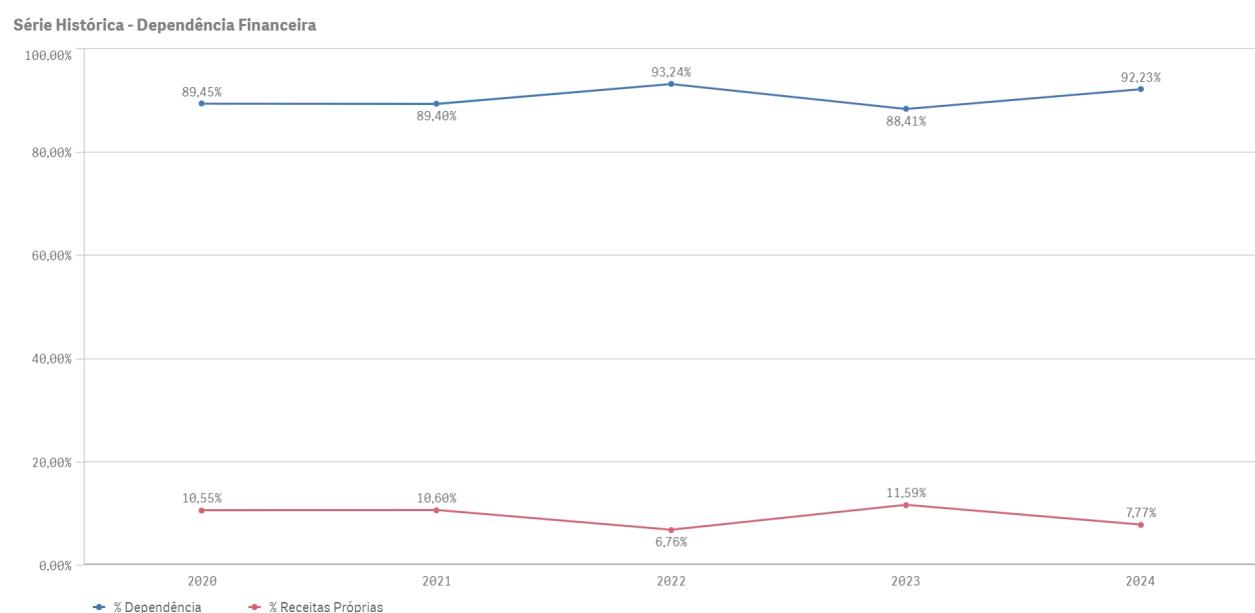
Fonte: Relatórios Contas de Governo - Tópico: Grau de Autonomia Financeira.





Verifica-se no quadro acima que índice de participação de receitas próprias no exercício de 2024 foi de **7,76%** evidenciando um diminuição tanto em relação à média dos exercícios anteriores (9,46%) quanto em relação ao exercício de 2023 (11,59%).

Segue demonstrado graficamente a série histórica do Índice de Participação de Receitas Próprias:



4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de **R\$ 78.176.749,25**, sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 61.132.459,94**, liquidado **R\$ 59.804.003,74** e pago **R\$ 58.516.126,84**, conforme valores constantes do balanço orçamentário consolidado (Documento Digital nº 594268 /2025, p. 26).

4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2020/2024, revela oscilação da despesa realizada, conforme demonstrado no





quadro a seguir, pois, em relação ao exercício de 2023, houve diminuição de 8,45% na execução da despesa, mas, em relação à 2022, houve aumento de 13%.

Grupo de despesas	2020	2021	2022	2023	2024
Despesas correntes	R\$ 25.623.419,08	R\$ 25.942.424,73	R\$ 36.132.008,85	R\$ 40.637.630,14	R\$ 46.902.906,73
Pessoal e encargos sociais	R\$ 13.430.081,49	R\$ 13.709.376,68	R\$ 15.255.654,81	R\$ 18.395.518,78	R\$ 19.024.183,85
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 46.589,64	R\$ 179.134,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras despesas correntes	R\$ 12.146.747,95	R\$ 12.053.914,00	R\$ 20.876.354,04	R\$ 22.242.111,36	R\$ 27.878.722,88
Despesas de Capital	R\$ 6.027.674,15	R\$ 1.134.418,35	R\$ 17.825.738,88	R\$ 26.143.147,64	R\$ 14.229.553,21
Investimentos	R\$ 5.594.054,92	R\$ 797.594,82	R\$ 17.529.998,89	R\$ 25.961.484,65	R\$ 13.931.211,89
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 127.656,25
Amortização da Dívida	R\$ 433.619,23	R\$ 336.823,53	R\$ 295.739,99	R\$ 181.662,99	R\$ 170.685,07
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 31.651.093,23	R\$ 27.076.843,08	R\$ 53.957.747,73	R\$ 66.780.777,78	R\$ 61.132.459,94
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00				
Total das Despesas	R\$ 31.651.093,23	R\$ 27.076.843,08	R\$ 53.957.747,73	R\$ 66.780.777,78	R\$ 61.132.459,94
Variação - %	Variação_2020	-14,45%	99,27%	23,76%	-8,45%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

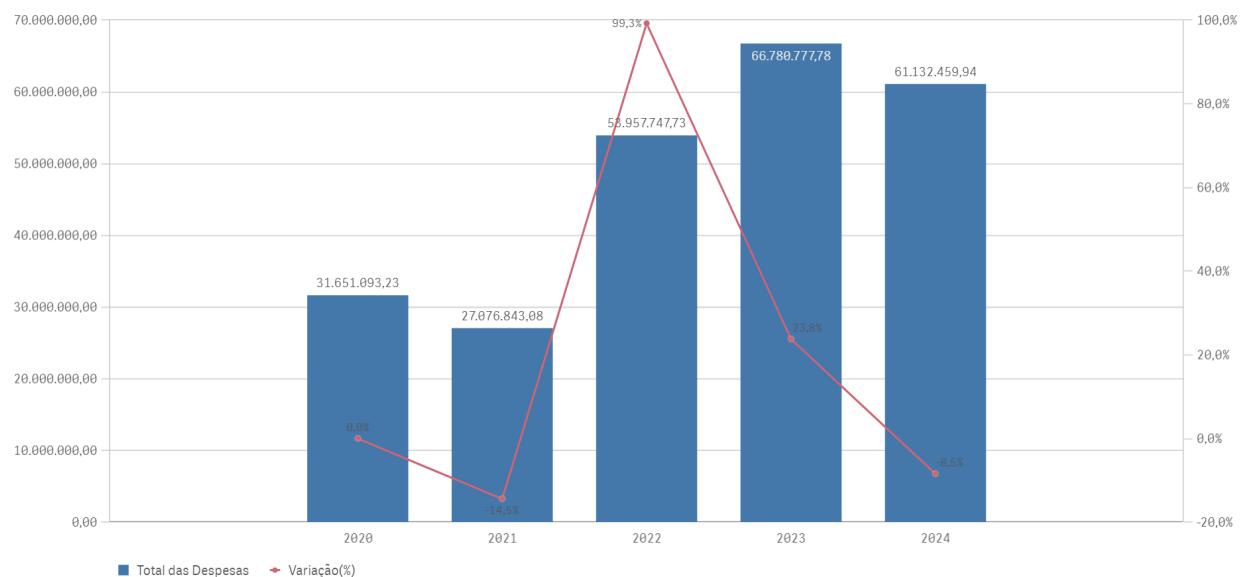
Verifica-se no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2024 na composição da despesa orçamentária municipal foi Outras Despesas Correntes, totalizando o valor de R\$ 27.878.722,88, o que corresponde a 45,6% do total da despesa orçamentária (Exceto a intra) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 61.132.459,94.





Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, verificada no quadro acima:

Série Histórica - Despesas Orçamentárias



Consta demonstrado no Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução do Anexo: 3 - DESPESA, o resultado da execução dos programas de governo previstos no orçamento.

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município e é por meio dos balanços consolidados que são feitas as análises.

O ponto de partida para a realização das análises deste tópico é a apresentação pelo Chefe do Poder Executivo das Demonstrações Contábeis. Assim, foi verificado se:

- 1) As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 foram regularmente divulgadas no Portal Transparência >Contabilidade > Balanços, conforme pesquisa em 7/7/2025 em <https://transparencia.altoparaguai.mt.gov.br/Contabilidade/Balancos/Balanco-consolidado-do-exercicio-de-2024---errata-659>.





2) As demonstrações contábeis de 2024: balanço orçamentário, balanço financeiro e balanço patrimonial foram publicadas em veículo oficial: Edição nº 4.682, de 24/2 /2025, do Jornal Eletrônico da AMM, conforme consulta realizada em 7/7/2025 no endereço eletrônico <https://amm.diariomunicipal.org/publicacao/1567021/>.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai

ANEXOS ICP 07 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2024

24 de Fevereiro de 2025 [Edição relacionada](#) [Imprimir Publicação](#)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28
Rua Tiradentes, 40 – Centro
Alto Paraguai - MT
CEP: 78.410-000

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Dezembro/2024

Não consolidado
Exercício: 2024

3) As demonstrações contábeis de 2024: balanço orçamentário, balanço financeiro e balanço patrimonial não foram publicadas de forma consolidada na Edição nº 4.682 de 24/7/2025 do Jornal Eletrônico da AMM. CB06.

Dispositivo Normativo:

Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000.

3.1) *Publicar no Jornal Eletrônico da AMM os balanços orçamentário, financeiro, patrimonial de 2024 de forma individualizada, quando deveriam ser publicados consolidando os valores da Câmara municipal. - CB06*

Na Edição nº 4.682 de 24/2/2025 do Jornal Eletrônico da AMM, foram publicados os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial individualizados de 2025, mas o artigo 50 da LRF (Seção II Da Escrituração e Consolidação das Contas) dispõe que as demonstrações do Ente devem ser apresentadas consolidada ou conjuntamente, de acordo com as normas regulamentadores do "órgão central de contabilidade da União".

Na imprensa oficial, deveriam ser publicadas as demonstrações consolidadas da mesma forma que elas foram divulgadas no Portal Transparência > Contabilidade > Balanços e enviadas para o sistema Aplic > Prestação de Contas e juntadas a este processo no Documento Digital nº 594268/2025, p. 26 e seguintes.





4) As Demonstrações contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo (Protocolo Control-P n. 184.988-3/2025: Documento Digital nº 594268/2025, p. 26 e seguintes): balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa não foram assinadas pelo titular da Prefeitura nem pelo ordenador de despesas nem pelo contador legalmente habilitado. CB08.

Dispositivo Normativo:

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330/2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946.

4.1) Deixar de assinar as demonstrações contábeis apresentadas na carga de conta de governo: balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa não foram assinadas pelo titular da Prefeitura nem pelo ordenador de despesas nem pelo contador legalmente habilitado, contrariando as normas contábeis vigentes. - CB08

As demonstrações contábeis apresentadas na carga de conta de governo (Protocolo Control-P n. 184.988-3/2025: Documento Digital nº 594268/2025, p. 26 e seguintes): balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa não foram assinadas digital ou manualmente nem pelo titular da Prefeitura nem pelo ordenador de despesas nem pelo contador legalmente habilitado, conforme imagem a seguir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI - MT

CNPJ: 03.648.532/0001-28

Rua Presidente Medici, 470, Bairro Planalto - Alto Paraguai-MT

CEP: 78.410-000

www.altoparaguai.mt.gov.br - Telefone: (65) 3396-1468

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Dezembro/2024

Consolidado
Exercício: 2024

	Inscritos				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes	886.364,86	1.291.810,46	1.220.464,21		957.711,11
Pessoal e Encargos Sociais	315.548,14	291.289,40	244.239,39		362.598,15
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	570.816,72	1.000.521,06	976.224,82		506.112,98
Despesas De Capital	112.249,33	533.991,29	309.061,77		337.178,85
Investimentos	112.249,33	533.991,29	309.061,77		337.178,85
Inversões Financeiras					
Amortização Da Dívida					
TOTAL	998.614,19	1.825.801,75	1.529.525,98		1.294.889,96

NOTA:





ALTO PARAGUAI - MT, 27 de março de 2025

JENICELIA MARIA DA CRUZ
Contadora

VAILDE LUCIANA DE OLIVEIRA
ORDENADORA DE DESPESA

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Data: 27/03/2025 09:11:22

Data da emissão: 27/03/2025 09:11:22

AgiliBlue Contabilidade - Agili Software Brasil

Página: 4 de 4

Emitiu por: JOSE LUIZ SANTOS

5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Portaria n.^º 184, de 25/08/2008, do Ministério da Fazenda dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O aumento da globalização dos negócios exige transparência das demonstrações financeiras em uma jornada rumo à harmonização contábil, uma vez que cada país possui regulamentação própria e entendimentos específicos quanto às técnicas contábeis, o que gera, assim, divergência em muitos aspectos.

A existência de padrões contábeis uniformes e consistentes eleva a qualidade da informação contábil para fins de avaliação e comparação do desempenho e da eficiência orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, bem como facilita a compreensão dos dados e promove a transparência. No cenário atual, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes evidenciações de informações geradas para prestações de contas, responsabilização, desempenho e transparência dos resultados da gestão.

A STN, com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis no âmbito da federação sob a mesma base conceitual, publica regularmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Este manual, é de observância obrigatória para todos os entes da Federação e está alinhado às diretrizes das Normas





Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, assim como está de acordo com a legislação que dá embasamento à contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº.º 4.320, de 17 de março de 1964 foram alteradas pela Portaria nº 438/2012 da STN, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A convergência das demonstrações contábeis refere-se à conciliação das práticas contábeis aos padrões internacionais visando diminuir as diferenças dos procedimentos da área e com isso viabilizar a comparação de informações em qualquer lugar do mundo. Já a consistência contábil se trata da verificação da uniformização dos critérios contábeis de modo a atingir a convergência das demonstrações contábeis.

Dessa forma, foi verificada a consistência na elaboração das demonstrações contábeis apresentadas no sistema Aplic, referentes ao exercício de 2024, considerando a Portaria nº 877/2018 da STN e as Instruções 2024 de Procedimentos Contábeis (IPC) expedidas pela STN:

- a) IPC nº 04: Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial;
- b) IPC nº 05: Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais;
- c) IPC nº 06: Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro;
- d) IPC nº 07: Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário; e
- e) IPC nº 08: Metodologia para Elaboração do Balanço Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Abaixo são apresentados os quesitos analisados, bem como as inconsistências de estrutura e omissões verificadas na análise:

5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Inclui no quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica, origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar e separadas: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de créditos/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais).	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal da despesa orçamentária, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação e separadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reservas de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.	ATENDIDO
3 Composto por um quadro principal; um quadro da execução dos Restos a Pagar não Processados e um quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e não processados liquidados e inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar não Processados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.	ATENDIDO
4 Inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, pagos, cancelados e saldo.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.	ATENDIDO
5 Demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.	ATENDIDO
6 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Saldo das contas mães.	As equações conferem.	ATENDIDO

Balanço orçamentário consolidado de 2024: Documento Digital nº 594268/2025, p. 25/28

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) O balanço orçamentário apresentado no processo de contas anuais de governo está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.





5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte ("caixa e equivalente de caixa" e "depósitos restituíveis e valores vinculados").	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.	ATENDIDO
2 Apresenta informações do exercício anterior e do exercício atual.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.	ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Saldo das contas mães.	As somas das contas filhas conferem com os saldos das contas mães.	ATENDIDO

Balanço financeiro consolidado de 2024: Documento Digital nº 594268/2025, p. 32/35.

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- O balanço financeiro apresentado no processo de contas anuais de governo está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composto por quadro principal dos Ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado, Intangível).	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.	ATENDIDO
2 Composto por quadro principal dos Passivos, incluindo na coluna do Passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, provisões a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 04 -	ATENDIDO





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).	Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.	
3 Inclui no quadro principal na coluna do Patrimônio Líquido no mínimo o Patrimônio Social, Capital Social e Resultados Acumulados.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.	ATENDIDO
4 Inclui no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.	ATENDIDO
5 Inclui no quadro das contas de compensação: atos potenciais ativos e atos potenciais passivos.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.	ATENDIDO
6 Inclui no quadro de Superávit/Déficit Financeiro: Código, descrição e saldos das fontes de recursos.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial.	ATENDIDO
7 Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	Não. Quando se comparou os valores do balanço patrimonial de 2023 com os do balanço patrimonial de 2024, houve diferenças de valores nas seguintes contas: Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo, Resultados Acumulados e Passivo Permanente. Houve diferença dos valores do Passivo Não Circulante.	NÃO ATENDIDO
8 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Saldo das contas mães.	Os cálculos conferem.	ATENDIDO

Balanço patrimonial consolidado de 2024: Documento Digital nº 594268/2025, p. 39/44.

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) O balanço patrimonial apresentado nas contas anuais de governo está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)

Demonstra-se a seguir os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024:





ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Ativo Circulante	R\$ 12.705.799,75	R\$ 12.705.799,75	R\$ 0,00
ARLP	R\$ 1.561.434,45	R\$ 1.561.434,45	R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ativo Imobilizado	R\$ 63.760.732,45	R\$ 63.760.732,45	R\$ 0,00
Ativo Intangível	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 78.027.966,65	R\$ 78.027.966,65	R\$ 0,00
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Passivo Circulante	R\$ 7.182.962,86	R\$ 7.182.962,86	R\$ 0,00
Passivo Não Circulante	R\$ 3.873.754,07	R\$ 4.379.978,60	-R\$ 506.224,53
Patrimônio Líquido	R\$ 66.465.025,19	R\$ 66.465.025,19	R\$ 0,00
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 77.521.742,12	R\$ 78.027.966,65	-R\$ 506.224,53

APLIC>Prestação de Contas>Contas de Governo>Balanço patrimonial

Com base nas informações acima, verifica-se que:

1) Não há convergência entre os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024 provenientes do exercício anterior. CB05.

Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) *Reabrir contas contábeis no balanço patrimonial de 2024 com valores diferentes daqueles dos saldos finais em 2023 naquela demonstração contábil, contrariando as normas contábeis em vigor. - CB05*

Os valores dos saldos finais do exercício de 2023 das contas a seguir foram divergentes com os valores dos saldos iniciais do exercício de 2024, quando houve a comparação entre as duas demonstrações contábeis (contas anuais de 2023: Processo nº 53.775-6/2023, Documento Digital nº 442478/2024, p. 43/47):

No quadro principal do balanço patrimonial:

Conta	2023: saldo final	2024: saldo inicial	Diferença
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.379.978,60	3.873.754,07	524.224,53
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.115.934,52	5.414.920,56	3.298.986,04





Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	4.035.190,67	3.528.966,14	506.224,53
Resultados Acumulados	67.697.387,80	66.465.025,19	1.232.362,61

No quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:

Conta	2023: saldo final	2024: saldo inicial	Diferença
Passivo Permanente	7.714.598,64	7.207.159,70	507.438,94

5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO

Demonstra-se a seguir quadro com os saldos dos subgrupos do Ativo e do Passivo do Balanço Patrimonial do exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)
Ativo Circulante	R\$ 10.262.229,48	Passivo Circulante	R\$ 3.668.230,81
ARLP	R\$ 8.429.648,54	Passivo Não Circulante	R\$ 3.293.206,81
Investimentos	R\$ 0,00	Patrimônio Líquido	R\$ 96.942.171,12
Ativo Imobilizado	R\$ 85.211.730,72		
Ativo Intangível	R\$ 0,00		
TOTAL DO ATIVO (I)	R\$ 103.903.608,74	TOTAL DO PASSIVO (II)	R\$ 103.903.608,74
DIFERENÇA (III) = I - II	R\$ 0,00		

APLIC>Prestação de Contas> Contas de Governo>Balanço Patrimonial

Da análise do quadro acima, constata-se que:

1) Na conferência de saldos do balanço patrimonial foi verificado que o total do Ativo e o do Passivo são iguais entre si.

5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

O quadro a seguir tem por objetivo demonstrar acerca da apropriação do Resultado Patrimonial no Patrimônio Líquido do Ente:





DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio Líquido de 2023 (I)	R\$ 66.465.025,19
Patrimônio Líquido de 2024 (II)	R\$ 96.942.171,12
Variação do PL (III) = II - I	R\$ 30.477.145,93
Saldo final de ajustes de Exercícios anteriores registrados em 2024 (IV)	R\$ 0,00
Resultado patrimonial evidenciado na DVP (V)	R\$ 20.848.824,39
Diferença (VI) = III - IV - V	R\$ 9.628.321,54

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais

Com base nas informações acima, verifica-se que:

1) Quanto à apropriação do resultado patrimonial do exercício, foi verificado que a diferença de R\$ 30.477.145,93 entre os valores do Patrimônio Líquido de 2024 e do Patrimônio Líquido de 2023, escriturados nos balanços patrimoniais respectivos, e o valor do resultado patrimonial evidenciado na DVP (R\$ 20.848.824,39) divergem no valor de R\$ 9.628.321,54, conforme quadro anterior. CB05.

Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, *caput*, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) *Divulgar balanço patrimonial e a DVP de 2024 com divergência no valor de R\$ 9.628.321,54, quando se compara a diferença dos valores do Patrimônio Líquido de 2024 com o de 2023 (R\$ 30.477.145,93) com o valor do resultado patrimonial evidenciado na DVP de 2024 (R\$ 20.848.824,39), contrariando as normas contábeis em vigor. - CB05*

Balanço patrimonial e DVP de 2024: Documento Digital nº 594268/2025, p. 39/53

5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO

As informações apresentadas abaixo tem por objetivo evidenciar a convergência do Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos





Financeiros/Permanentes e o apurado no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro por fontes de recursos:

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	Exercício Atual (2024)	Exercício Anterior (2023)
Ativo Financeiro	R\$ 9.841.586,22	R\$ 12.705.799,75
(-) Passivo Financeiro	R\$ 4.972.631,12	R\$ 6.516.909,79
Resultado Financeiro (I = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro)	R\$ 4.868.955,10	R\$ 6.188.889,96

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VERSUS QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

DESCRÕES	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	QUADRO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO	DIFERENÇA
Resultado financeiro 2024	R\$ 4.868.955,10	R\$ 4.868.955,10	R\$ 0,00
Resultado financeiro 2023	R\$ 6.188.889,96	R\$ 6.188.889,96	R\$ 0,00

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

Assim, verifica-se que:

- 1) Foi verificado que o total do resultado financeiro é convergente com o total das fontes de recursos.

5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Compõe a VPA: (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Transferências e Delegações Recebidas; Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas).	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.	ATENDIDO
2 Compõe a VPD: (Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Dimutivas).	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.	ATENDIDO





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
3 Apresenta o resultado patrimonial do período.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.	ATENDIDO
4 Apresenta informações do exercício anterior e exercício atual.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais.	ATENDIDO
5 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas = S das contas mães.	Os cálculos conferem.	ATENDIDO

Demonstração das Variações Patrimoniais consolidadas de 2024: Documento Digital nº 594268/2025, p. 49/52

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) A DVP apresentada nas contas de governo está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composta por quadro principal; quadro de transferências recebidas e concedidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e quadro de juros e encargos da dívida.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (ingressos e desembolsos); Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (ingressos e desembolsos); e Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.	Apresenta estrutura de acordo com as informações exigidas pela IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.	ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Saldo das contas mães.	Os cálculos conferem.	ATENDIDO

Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidada de 2024: Documento Digital nº 538426/2025, p. 57/60.

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) A DFC apresentada nas contas de governo está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.





5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 As notas explicativas apresentam informações gerais da entidade; Resumo das políticas contábeis significativas; Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis e outras informações relevantes.	As notas explicativas apresentam as informações avaliadas ou solicitadas neste quesito.	ATENDIDO
2 As notas explicativas foram apresentadas de forma sistemática e cada quadro ou item nas demonstrações contábeis a que uma nota se aplique teve referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	As notas explicativas não foram indicadas em coluna própria nas demonstrações contábeis com o objetivo de fazer vinculação entre elas e o subgrupo do ativo ou do passivo.	NÃO ATENDIDO
3 O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: 3.1. detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante, é evidenciado em notas explicativas; 3.2. Há evidenciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); 3.3. A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário é evidenciado em notas explicativas; 3.4. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária são evidenciadas em notas explicativas; 3.5. O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente é registrado em notas explicativas; 3.6. Há evidenciação do detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada; 3.7. Há evidenciação do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício (Déficit Orçamentário).	A equipe técnica entende que: 3.1: as movimentações intraorçamentárias foram ordinárias, sem relevância; 3.2: no exercício houve apenas abertura de créditos adicionais suplementares sem detalhamento em nota explicativa; 3.3: não há explicação sobre a utilização do superávit financeiro para a abertura de créditos; 3.4: não houve atualização monetária do valor inicial da LOA; 3.5: conta em nota explicativa que Os restos a pagar não processados de exercícios anteriores liquidados no exercício corrente são registrados na conta de “Restos a pagar não processados liquidados”, mantendo seu controle separadamente; 3.6: não há evidenciação da detalhamento de recursos de exercícios anteriores de destinação vinculada, apesar de haver menção de que a utilização do superávit financeiro tenha contribuído para o superávit de execução orçamentárias de 2024; 3.7: não há evidenciação das transferências financeiras recebidas e concedidas.	NÃO ATENDIDO
4 O Balanço Financeiro deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem as receitas orçamentárias líquidas de deduções. Observar se o detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte ou destinação de recursos estão apresentados em quadros anexos ou em notas explicativas.	Há o valor total das deduções no exercício em R\$ 5.986.122,08 (Documento Digital nº 594268/2025, p. 34), mas sem detalhamento de qual o tipo de dedução: renúncia fiscal, devolução de receitas ou do Fundeb por fonte de recursos.	NÃO ATENDIDO
5 O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas que indiquem: 5.1. evidenciação do detalhamento das seguintes contas: Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; Imobilizado; Intangível; Obrigações Trabalhistas,	A equipe técnica apurou que: 5.1: houve detalhamento apenas das contas Créditos a Curto Prazo e Imobilizado; 5.2., 5.4., 5.6.: há	





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; 5.2. evidenciação das políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio sejam evidenciadas, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão; 5.3. Há evidenciação em notas explicativas dos ganhos e perdas decorrentes da baixa de imobilizado estão reconhecidos no resultado Patrimonial e devidamente evidenciados em nota explicativa; 5.4. Há evidenciação em notas explicativas, dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo; 5.5. Há evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e notas explicativas; 5.6. A depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo	explicação de que os valores das contas de Bens Móveis e Bens Imóveis constam do balanço patrimonial já deduzidos os valores das depreciações acumuladas, mas não há mais detalhes sobre as políticas contábeis, critério de apuração e valores acumulados que retificam o ativo; 5.3: há explicação na DVP de que houve diminuição de ativo R\$ 28.336,05, mas não determina se essa diminuição decorreu de redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos; 5.5: não há evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	NÃO ATENDIDO
6 A Demonstração das Variações Patrimoniais deverá ser acompanhada de notas explicativas que indiquem evidenciação em notas explicativas da origem e do destino dos recursos provenientes de alienação de ativos, em atendimento ao disposto no art. 50, VI, da Lei Complementar 101/2000 (LRF).	Houve a previsão na LOA de arrecadação da receita de Alienação de Bens em R\$ 50.000,00, mas ela não foi realizada, arrecadada.	ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

- 1) As notas explicativas apresentadas no processo das contas de governo não estão de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN. CC09.

Dispositivo Normativo:

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela STN.

- 1.1) *Divulgar as notas explicativas ao balanço orçamentário, ao balanço financeiro e ao balanço patrimonial sem observar integralmente os quesitos previstos pela STN.*
- CC09

Analizando as notas explicativas enviadas pela Administração no processo de contas anuais de governo de 2024, a equipe técnica apurou o seguinte:

a) Falta da coluna Nota nas demonstrações contábeis





Verificou-se que a Contadoria não incluiu a coluna Nota nas demonstrações contábeis para fazer vinculação entre o valor da conta contábil divulgado ao detalhamento elaborado na nota explicativa, conforme a imagem a seguir:

		<ENTE DA FEDERAÇÃO> BALANÇO PATRIMONIAL	
		Exercício: 20XX	
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-
Créditos a Curto Prazo		-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		-	-
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		-	-
VPD Pagas Antecipadamente		-	-
<i>Total do Ativo Circulante</i>		-	-
Ativo Não Circulante			
Investimentos		-	-
Imobilizado		-	-
Intangível		-	-
Diferido		-	-
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>		-	-
TOTAL DO ATIVO		-	-

b) balanço orçamentário

Faltaram explicações, evidenciação ou detalhamento mais objetivos para os seguintes quesitos: 3.3:não há explicação sobre a utilização do superávit financeiro para a abertura de créditos;

3.4: não houve atualização monetária do valor inicial da LOA;

3.6: não há evidenciação do detalhamento de recursos de exercícios anteriores de destinação vinculada, apesar de haver menção de que a utilização do superávit financeiro tenha contribuído para o superávit de execução orçamentárias de 2024;

3.7: não há evidenciação das transferências financeiras recebidas e concedidas.

c) balanço financeiro

Há o valor total das deduções no exercício em R\$ 5.986.122,08 (Documento Digital nº 594268/2025, p. 34), mas sem detalhamento de qual o tipo de dedução: se foi renúncia fiscal, devolução de receitas ou do Fundeb por fonte de recursos.





d) balanço patrimonial

Faltaram explicações, evidenciação ou detalhamento mais objetivos para os seguintes quesitos:

5.1: houve detalhamento apenas das contas Créditos a Curto Prazo e Imobilizado faltando detalhes para as contas Créditos a Longo Prazo; Intangível; Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;

5.2., 5.4., 5.6.: não há mais detalhes sobre as políticas contábeis, critério de apuração e valores acumulados das depreciações acumuladas que retificam o ativo;

5.3: há explicação na DVP de que houve diminuição de ativo R\$ 28.336,05, mas não determina se essa diminuição decorreu de redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos;

5.5: não há evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.

5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Além da análise quanto à estrutura das demonstrações contábeis, e, em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, foi verificado se o Município divulgou em notas explicativas informações sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, conforme estabelecido no artigo 1º, na Portaria do STN n.º 548, de 24 de setembro de 2015:

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.





Dessa análise, observou-se que o Município de ALTO PARAGUAI divulgou/não divulgou o estágio de implementação do PIPCP em notas explicativas.

Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação do Prefeito Municipal de **ALTO PARAGUAI**:

Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo. Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes.

5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

Um dos procedimentos patrimoniais exigidos pela Portaria do STN n.º 548 /2015 é a apropriação por competência das obrigações decorrentes de benefícios a empregados, dentre eles a gratificação natalina e férias.

Segundo o MCASP (STN, 10ª Ed, p. 307):

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência... e para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência.

A apropriação mensal das férias, do abono constitucional de 1/3 e da gratificação natalina por competência deve ser registrada em contas de Variações Patrimoniais Diminutivas.

O prazo para implementação do reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados para municípios com mais de 50 mil habitantes encerrou-se em 2018 e para os municípios com até 50 mil habitantes encerrou-se em 2019.





A consulta à movimentação contábil das contas de variações patrimoniais diminutivas registrada no sistema Aplic evidencia que **não foram efetuados** os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das férias:

- a) 31111012200 13º salário;
- b) 31111012100 férias vencidas e proporcionais; e
- c) 31111012400 férias abono constitucional.

1) Ausência de apropriação mensal das provisões trabalhistas de férias e décimo terceiro. A consulta ao razão contábil das contas de variações patrimoniais diminutivas 31111012200 13º Salário, 31111012100 Férias Vencidas e Proporcionais e 31111012400 Férias Abono Constitucional registrados no sistema Aplic, referente ao exercício de 2024, evidencia que não foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das férias. CB03.

Dispositivo Normativo:

Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) *Omitir contabilização das apropriações por competência (mensal) das obrigações decorrentes de benefícios a empregados: 13º salário e férias. - CB03*

Consulta no sistema Aplic das contas contábeis de Gratificação por Atividade Exposta das seguintes contas contábeis:

- a) 31111012200 13º salário
- b) 31111012100 Férias Vencidas e Proporcionais
- c) 31111012400 Férias Abono Constitucional.

5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de **2024** do Município de **ALTO PARAGUAI**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes efetuados pela equipe quanto às receitas e/ou despesas:

5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1) ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Líquida Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 35.170.894,96	R\$ 28.760.292,86	R\$ 75.325.472,69	R\$ 84.604.932,94	R\$ 73.149.223,82
Receita Líquida Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 27.827.228,57	R\$ 34.907.436,26	R\$ 65.794.321,95	R\$ 52.901.551,53	R\$ 59.117.432,04
Quociente de execução da Receita (QER)=B/A	0,7912	1,2137	0,8734	0,6253	0,8081

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de **2024** o resultado indica que a receita arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a **80,81% do valor estimado**, indicando a existência de frustração de receita para a cobertura de despesas, resultado negativo que ocorreu em quatro dos últimos cinco anos.

5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA





-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 32.140.152,35	R\$ 28.063.002,86	R\$ 34.448.158,54	R\$ 44.892.313,65	R\$ 49.896.122,82
Receita Corrente Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 29.921.364,82	R\$ 37.015.982,69	R\$ 44.748.093,68	R\$ 48.809.855,28	R\$ 53.971.102,24
Quociente execução da receita corrente (QERC)=B/A	0,9309	1,3190	1,2990	1,0873	1,0816

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de **2024** o resultado indica que a receita corrente arrecadada foi maior do que a prevista, ficando **8,16% acima do valor estimado**, ou seja, houve excesso de arrecadação da receita corrente, como ocorrido nos últimos quatro exercícios financeiros.

5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita de Capital Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 5.964.352,61	R\$ 3.665.000,00	R\$ 44.847.484,15	R\$ 45.011.943,23	R\$ 28.700.000,00
Receita de Capital Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 795.193,64	R\$ 1.875.904,01	R\$ 25.721.778,15	R\$ 9.009.703,62	R\$ 11.132.451,88
Quociente execução da receita de capital (QRC)+B/A	0,1333	0,5118	0,5735	0,2002	0,3878

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a receita de capital arrecadada foi menor que a prevista, correspondendo a **38,78% do valor estimado**, ou seja, houve frustração de receitas de capital em 2024 em nos outros quatro exercícios anteriores: a média de arrecadação da receita de capital nos últimos cinco exercícios foi de 36,13%.

5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA





Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 36.157.421,08	R\$ 39.271.269,25	R\$ 77.515.572,69	R\$ 102.287.376,70	R\$ 78.176.749,25
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 31.651.093,23	R\$ 27.076.843,08	R\$ 53.957.747,73	R\$ 66.780.777,78	R\$ 61.132.459,94
Quociente execução da despesa (QED)+B/A	0,8753	0,6894	0,6960	0,6529	0,7819

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a despesa realizada foi menor do que a autorizada, representando 78,19% do valor inicial orçado, indicando economia orçamentária **ou** ineficiência no processo planejamento-execução **ou** reflexo de contingenciamento efetuado no decorrer do exercício.

5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 28.184.027,75	R\$ 36.668.824,01	R\$ 38.924.543,23	R\$ 44.827.517,08	R\$ 55.251.636,60
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 25.623.419,08	R\$ 25.942.424,73	R\$ 36.132.008,85	R\$ 40.637.630,14	R\$ 46.902.906,73





-	2020	2021	2022	2023	2024
Quociente execução da Despesa Corrente (QEDC)=B/A	0,9091	0,7074	0,9282	0,9065	0,8489

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2024 o resultado indica que a despesa corrente realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 84,89% do valor estimado. A média da execução da despesa corrente dos últimos cinco exercícios foi de 86%.

5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 7.755.393,33	R\$ 2.464.445,24	R\$ 38.441.029,46	R\$ 57.269.859,62	R\$ 22.575.112,65
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 6.027.674,15	R\$ 1.134.418,35	R\$ 17.825.738,88	R\$ 26.143.147,64	R\$ 14.229.553,21
Quociente execução da Despesa de Capital (QDC)=A/B	0,7772	0,4603	0,4637	0,4565	0,6303

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2024, o resultado indica que a despesa de capital realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 63,03% do valor estimado. A média da execução da despesa de capital dos últimos cinco exercícios foi 55,76%.

5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa n.º 43/2013 deste Tribunal de Contas, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do resultado da execução





orçamentária nas contas de governo dos fiscalizados, conforme demonstrados no Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS do Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)

O art. 167, III, da CRFB determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

Apresenta-se abaixo a série histórica para verificação do cumprimento da regra de ouro:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (A)	R\$ 6.027.674,15	R\$ 1.134.418,35	R\$ 17.825.738,88	R\$ 26.143.147,64	R\$ 14.229.553,21
Operações de Créditos (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Regra de Ouro B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:





1) C. GOV M - REGRA DE OURO

Não houve receitas de operações de créditos no exercício de 2024, não ultrapassaram o montante das despesas de capital, as quais foram integralmente custeadas com receitas correntes.

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que as receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.

5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

A seguir, apresenta-se o histórico da execução orçamentária de 2020 a 2024:

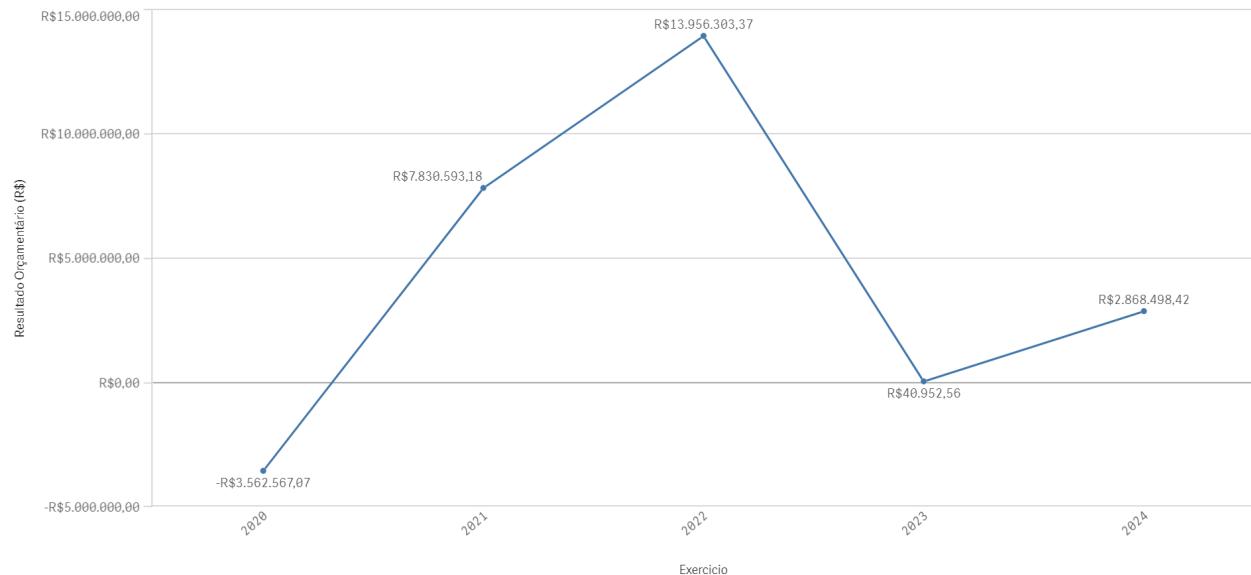
-	2020	2021	2022	2023	2024
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro - Créditos Adicionais (A)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.995.829,87	R\$ 13.920.178,81	R\$ 4.883.526,32
Despesa Orçamentária Consolidada Ajustada (B)	R\$ 31.651.093,23	R\$ 27.076.843,08	R\$ 53.833.848,45	R\$ 66.780.777,78	R\$ 61.132.459,94
Receita Orçamentária Consolidada Ajustada (C)	R\$ 28.088.526,16	R\$ 34.907.436,26	R\$ 65.794.321,95	R\$ 52.901.551,53	R\$ 59.117.432,04
QREO-->2020 a 2023=C+A/B Exercício 2024= Se (C-B)<0; (C+A/B); (C /B)	0,8874	1,2892	1,2592	1,0006	1,0469

Relatórios dos Exercícios 2020-2023





Série Histórica - Execução Orçamentária



A partir da análise do quociente da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

1) C. GOV M - Quociente da Execução Orçamentária

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1) ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

Esse resultado apurado, conforme diretrizes estabelecidas na Resolução Normativa n.º 43/2013, indica que receita arrecadada é maior que a despesa realizada: houve superávit de execução orçamentária.

5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de **2024** do Município de **ALTO PARAGUAI**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes apurados pela equipe técnica.





5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o Exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados do Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR apresenta os seguintes valores:

Restos a Pagar Processados: R\$ 2.584.690,54

de Restos a Pagar Não Processados: R\$ 1.328.456,20

Total de restos a pagar: R\$ 3.913.146,74

5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O cálculo da disponibilidade financeira por fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra) e Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra) do Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR deste relatório de contas de governo.

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de 2024.

Disciplinando o assunto, a STN esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de





caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios". (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional - 14ª ed., pág. 567).

De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Inclui-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio n.º 41 /2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24 /10/2017. Processo n.º 8.385-2/2016).(Item 7.8. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30).

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados e Demais Obrigações Financeiras).

Apresenta-se a seguir o quadro da série histórica de 2020 a 2024:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Disp. Bruto - Exceto RPPS (A)	R\$ 2.559.910,31	R\$ 10.707.391,26	R\$ 24.111.997,25	R\$ 12.247.625,88	R\$ 9.383.412,35
Demais Obrigações - Exceto RPPS (B)	R\$ 0,00	R\$ 1.134.225,27	R\$ 1.192.648,92	R\$ 1.054.509,49	R\$ 1.088.856,70
Restos a Pagar Processados -					





-	2020	2021	2022	2023	2024
Exceto RPPS (C)	R\$ 1.992.992,94	R\$ 1.815.716,10	R\$ 2.272.987,14	R\$ 2.824.415,94	R\$ 2.584.690,54
Restos a Pagar Não Processados - Exceto RPPS (D)	R\$ 1.927.026,11	R\$ 1.965.900,64	R\$ 3.014.366,94	R\$ 2.667.356,68	R\$ 1.328.456,20
Quociente Disponibilidade Financeira (QDF)= (A-B)/(C+D)	0,6530	2,5315	4,3347	2,0382	2,1196

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do exercício em análise indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 2,12 de disponibilidade financeira, conforme detalhado nos Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5.

5.4.1.2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Inscrição de Restos a Pagar no Exercício (A)	R\$ 3.518.273,71	R\$ 1.335.793,67	R\$ 2.837.511,62	R\$ 4.294.537,16	R\$ 2.616.333,10
Total Despesa - Execução (B)	R\$ 31.651.093,23	R\$ 27.076.843,08	R\$ 53.957.747,73	R\$ 66.780.777,78	R\$ 61.132.459,94
Quociente inscrição de restos a pagar (QIRP)=A/B	0,1111	0,0493	0,0527	0,0643	0,0428

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2024 o resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,04 foram inscritos em restos a pagar, menor quociente de inscrição dos últimos cinco exercícios.

5.4.1.3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS





Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei n.º 4.320/64.

O cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 6.4 do Anexo 6 (Análise da Situação Financeira e Patrimonial) deste Relatório de Contas de Governo.

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Ativo Financeiro - Exceto RPPS (A)	R\$ 3.018.334,18	R\$ 11.163.887,13	R\$ 24.570.171,12	R\$ 12.705.799,75	R\$ 9.841.586,22
Total Passivo Financeiro - Exceto RPPS (B)	R\$ 4.567.424,95	R\$ 4.886.469,69	R\$ 6.451.231,56	R\$ 6.516.909,79	R\$ 4.972.631,12
Quociente Situação Financeira (QSF)=A/B	0,6608	2,2846	3,8086	1,9497	1,9791

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2024 o resultado indica que houve **superávit financeiro** no valor de R\$ 4.868.955,10, considerando todas as fontes de recursos.

6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais relativos à Dívida Pública, Educação, Saúde, Despesas com Pessoal, Limites da Câmara Municipal e Limite entre as Despesas Correntes e as Receitas Correntes - Artigo 167-A da CRFB, que devem ser observados pelo Município:





6. 1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inciso I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inciso III, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inciso V, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal).

6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)

Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS do Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

Conforme art. 52, inc. VI, da CRFB, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).





Assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 vezes a RCL.

-	2020	2021	2022	2023	2024
DCL (A)	R\$ 2.218.371,51	-R\$ 6.417.225,92	-R\$ 16.059.605,92	-R\$ 2.863.194,38	-R\$ 3.370.140,64
RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO (B)	R\$ 27.032.034,93	R\$ 33.031.532,25	R\$ 40.072.543,80	R\$ 43.891.847,91	R\$ 47.984.980,16
Quociente Limite de Endividamento (QLE) = SE(A<=0,0,A/B)	0,0820	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

1) C. GOV M - Quociente do Limite de Endividamento (QLE)

A dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada conforme demonstrado no Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS deste Relatório.

6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas “operações de crédito”, definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº43/2001, como “os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros”.





O art. 7º, inciso I, da Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% RCL.

Segue, abaixo, a série histórica do indicador:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 27.032.034,93	R\$ 33.031.532,25	R\$ 40.072.543,80	R\$ 43.891.847,91	R\$ 47.984.980,16
Total Dívida Contratada (B)	R\$ 0,00				
Quociente Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC) =B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2024, verificou-se:

1) C. GOV M - Quociente da Dívida Pública Contratada no Exercício (QDPC)

Este resultado indica que o Município não contratou dívida em 2024.

6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, inciso II, da Resolução n.º 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% da RCL.

Apresenta-se, a seguir, a série histórica do quociente:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 27.032.034,93	R\$ 33.031.532,25	R\$ 40.072.543,80	R\$ 43.891.847,91	R\$ 47.984.980,16





-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Dispêndio da Dívida Pública (B)	R\$ 480.208,87	R\$ 515.957,58	R\$ 295.739,99	R\$ 181.662,99	R\$ 170.685,07
Quociente Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)=B/A	0,0177	0,0156	0,0073	0,0041	0,0035

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

1) C. GOV M - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP)

Este resultado indica que os dispêndios da dívida pública efetuados no exercício representaram 0,35% da RCL Ajustada para fins de Endividamento, ou seja, estão dentro do limite estabelecido na legislação vigente.

6. 2. EDUCAÇÃO

O art. 12 da CRFB dispõe sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejulgada contida no Acórdão n.º 1.098/2004 deste Tribunal e constante do inciso VIII do artigo 1º da sua Decisão Administrativa n.º 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na MDE.





Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a MDE considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme sua Resolução Normativa n.º 14 /2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 3/5/2022, por ocasião do julgamento de embargos de declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 - Tribunal Pleno - Processo n.º 22.153-8/2020) transrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC n.º 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta n.º 21/2008.

A série histórica da aplicação de recursos na MDE, no período de 2020 /2024, indica que a administração municipal de **ALTO PARAGUAI** vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%

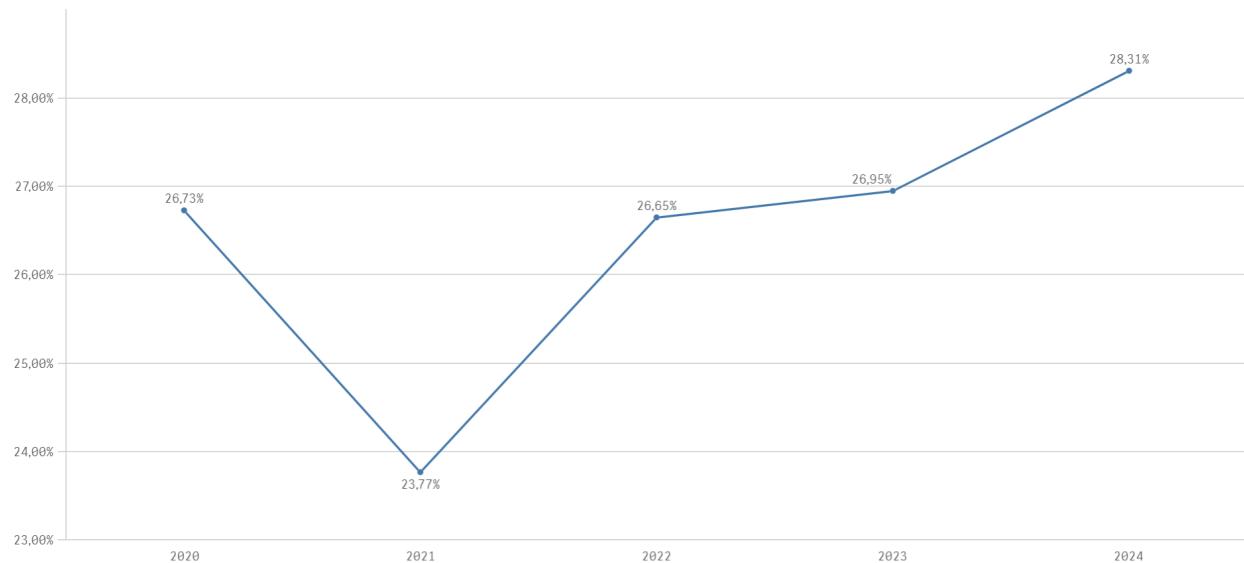
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	26,73%	23,77%	26,65%	26,95%	28,30%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).





Série Histórica - Aplicação na Educação



Nesse sentido, da análise das informações, é possível verificar o cumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatando que:

1) C. GOV M - Aplicação em MDE

O percentual aplicado de 28,30% assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007 e pelo Decreto n.º 6.253 /2007, e trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:





Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa EC, determina que a proporção não inferior a 70% do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício: antes era 60%.

Diante disso, a Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º/1/2021, a Lei n.º 11.494/2007, ressalvado o *caput* do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto n.º 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto n.º 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

- a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei n.º 14.113/2020);
- b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional: antes era 5% (art. 25, § 3º).

O superávit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.





Nesse sentido, era a jurisprudência do TCE-MT, na vigência da Lei 11.494/2007:

Educação. Superávit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. Sendo apurado superávit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.

2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio n.º 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo n.º 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais da Educação Básica, período 2020/2024, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

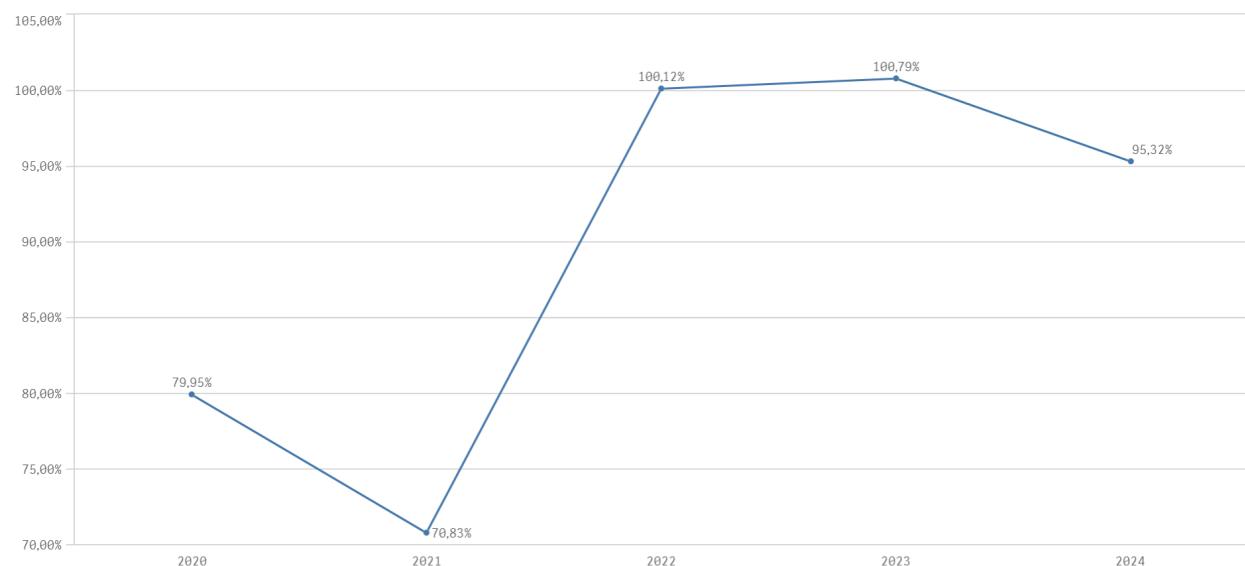
HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	79,95%	70,83%	100,12%	100,79%	95,32%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%.





Série Histórica - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica



Nesse sentido, da análise das informações, é possível verificar o cumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício, constatando que:

1) C. GOV M - FUNDEB 70%

O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício de 95,32% assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação: Art. 26 da Lei nº 14.113/2020.

2) C. GOV M - FUNDEB - Aplicação Mínimo 90%

O resultado de 0,61% indica o cumprimento do limite estabelecido no art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020:

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.





3) No exercício de 2023, não houve saldo de recursos para ser aplicado até o término do primeiro quadrimestre de 2024, conforme imagem a seguir.

Quadro: 7.13 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 5.574.087,60
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 6.306.802,28
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C)	R\$ 0,30
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)	R\$ 732.714,68
Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%	R\$ 557.408,76
Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)	R\$ 0,00
Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D<=0;0;C-D))	R\$ 0,00
Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-	

6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

A Complementação da União ao FUNDEB é um mecanismo de repasse de recursos federais para a educação básica pública, com o objetivo de promover equidade na distribuição dos recursos, reduzindo desigualdades regionais e socioeconômicas.

A complementação da União é distribuída em três modalidades, de acordo com critérios específicos:

- Valor Anual por Aluno FUNDEB (VAAF) - 50% da complementação**

Destinado a estados e municípios que não atingem um valor mínimo de investimento por aluno com os recursos próprios do FUNDEB.

- Valor Anual Total por Aluno (VAAT) - 35% da complementação**

Beneficia redes de ensino cuja arrecadação total vinculada à educação (incluindo outros impostos e transferências) não atinge um patamar mínimo por aluno.

1. Pelo menos 50% dos recursos da complementação VAAT, nos municípios, devem ser aplicados na educação infantil.

2. No mínimo 15% desses recursos devem ser aplicados em despesas de capital.





- **Valor Anual por Aluno para Equidade e Qualidade (VAAR) - 15% da complementação**

Mecanismo que reconhece o esforço das redes de ensino na redução de desigualdades educacionais e na melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, os municípios que recebem recursos da Complementação VAAT devem cumprir duas exigências principais:

1. Mínimo de 50% dos recursos destinados à Educação Infantil

- Aplicação prioritária em creches e pré-escolas, visando ampliar e qualificar a oferta de atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

2. Mínimo de 15% dos recursos aplicados em Despesas de Capital

Esses recursos devem ser investidos em melhorias permanentes na rede de ensino.

No exercício de 2024, houve recebimento de recurso de complementação da União ao Fundeb - VAAR no valor de R\$ 9.380,57, o qual foi destinado para a Ação 20450 - REMUNERACAO PROFISSIONAIS EDUC. - ENS. FUNDAMENTAL -FUNDEB 70%, atendendo ao disposto no art. 5º, III, da Lei nº 14.133 /2020: "... cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, ..."

1.7.1.5	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	35.000,00	9.380,57
1.7.1.5.52	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	35.000,00	9.380,57
1.7.1.5.52.0	Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR	35.000,00	9.380,57
1.7.1.5.52.0.1	Receita - Transferências de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB - VAAR - Principal	35.000,00	9.380,57
	Fontes: 1.543.000000	35.000,00	9.380,57

Da análise das informações do exercício atual é possível verificar que:

1) C. GOV M - FUNDEB 50% - Ed. Infantil - COMPL UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do Fundeb - Complementação da União - VAAT - Fundeb 50%.





2) C. GOV M - FUNDEB 15% - DESP CAPITAL - COMPL UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do Fundeb - Complementação da União - VAAT - Fundeb 15%.

6. 3. SAÚDE

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, da CRFB.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da CRFB. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do ADCT, foi publicada a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, da CRFB.

Quanto à formação da base de cálculo para as Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), é importante ressaltar que a tese prejulgada contida no Acórdão n.º 1.098/2004 deste Tribunal e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa n.º 16/2005 deste Tribunal, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta n.º 16/2018 deste Tribunal.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º/1/2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas ASPS.



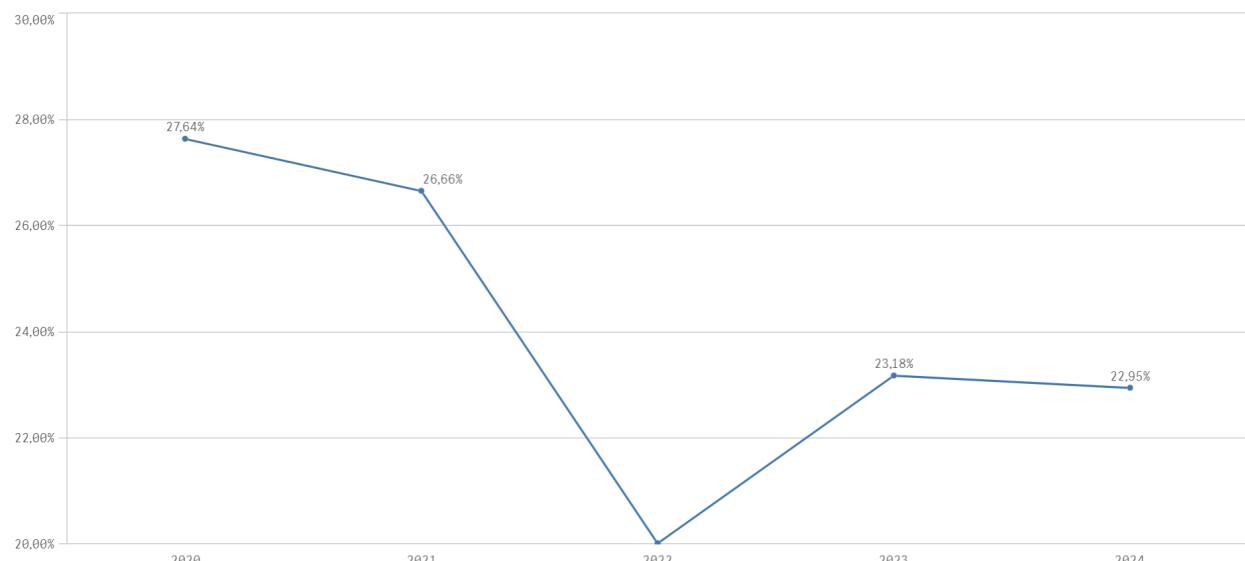


No período 2020/2024, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	27,64%	26,66%	20,02%	23,18%	22,94%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Saúde



Assim, da análise das informações, constata-se que:

1) C. GOV M - Aplicação em ASPS

O percentual aplicado de 22,94% assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

6. 4. DESPESAS COM PESSOAL





O art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da RCL de 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à RCL, no período 2020/2024, mantiveram-se abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2020	2021	2022	2023	2024
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	57,08%	46,08%	38,92%	39,26%	35,18%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	2,66%	2,27%	2,25%	2,23%	2,00%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	59,74%	48,35%	41,17%	41,49%	37,19%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Limites com Pessoal - LRF
Limite máximo Fixado - Poder Executivo





A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:

1) C. GOV M - Pessoal _Limite_LRF

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 16.654.138,97, correspondente a 35,18% da RCL Ajustada, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, *b*, da LRF.

6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo nos Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN e Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado do Anexo: 9 - PESSOAL) foi de R\$ 16.654.138,97, que correspondeu a 35,18% da RCL Ajustada, estando abaixo do Limite de Alerta de 48,6% estabelecido pela LRF, que corresponde a 90% do valor máximo permitido para gastos com pessoal.

6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A CRFB dispõe, em seu art. 29-A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;
- II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinquinhentos mil) habitantes;





IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29-A, CF;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

No caso do Município de **ALTO PARAGUAI**, com Estimativa de População do Município - IBGE - 2024 de **7.717** habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido em **7,00%** da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2020/2024 está apresentada a seguir:

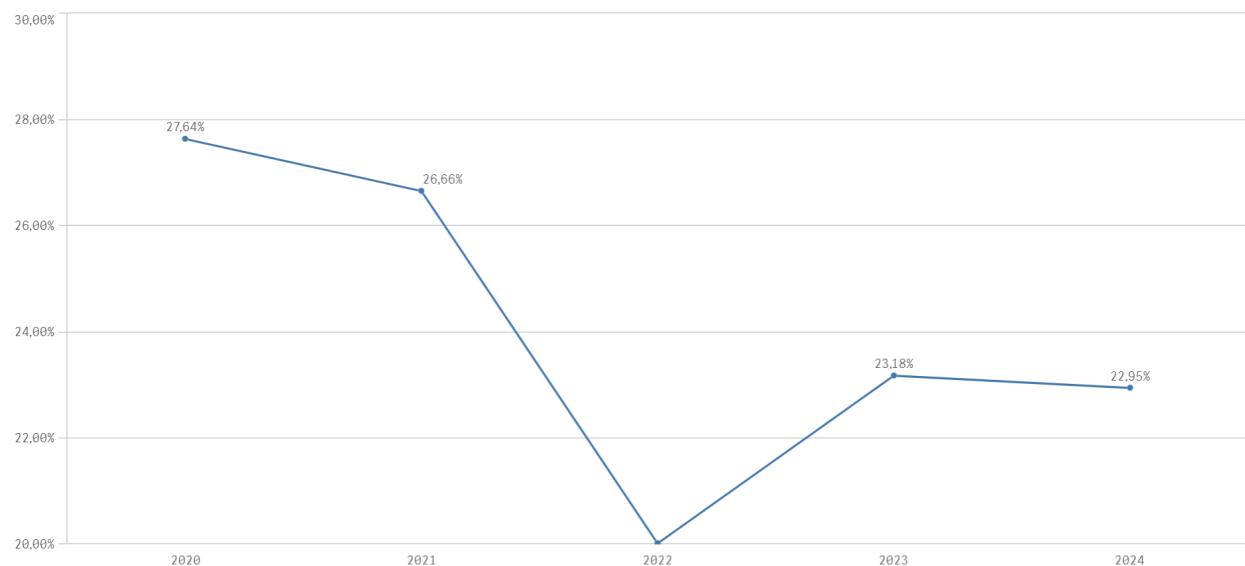
REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,57%	6,91%	6,66%	6,95%	6,74%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).





Série Histórica - Aplicação na Saúde



A partir da análise dos Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29- A, CF) e Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF), constantes no Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA deste relatório, constata-se:

- 1) Os repasses ao Poder Legislativo no valor de R\$ 2.011.447,72 foram inferiores aos limites definidos no art. 29-A da CRFB no valor de R\$ 2.088.222,72.

Razão Contábil
:: Clique com o botão direito do mouse para mais opções

12 registro(s)

Resultado(s) da consulta

Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO | Conta contábil: 35112020100

Data	Cód. Conta	Descrição	Val. débito
19/01/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	154.287,48
20/02/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	154.287,31
20/03/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	154.287,31
19/04/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	154.287,31
20/05/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	154.287,31
20/06/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	177.147,00
19/07/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	177.144,00
20/08/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	177.144,00
20/09/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	177.144,00
21/10/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	177.144,00
19/11/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	177.144,00
20/12/2024	35112020100	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	177.144,00
			2.011.447,72





2) Os repasses ao Poder Legislativo foram iguais à proporção estabelecida em leis locais no valor de R\$ 2.011.447,72 (art. 29-A, § 2º, III, CRFB).

A LOA fixou despesa para o Legislativo no valor de R\$ 1.851.447,72.

A Lei nº 667/2024 suplementou valor ao Legislativo: R\$ 160.000,00.

O total autorizado para o Legislativo foi o valor de R\$ 2.011.447,72.

3) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês, conforme demonstrado na figura anterior e o disposto no art. 29-A, § 2º, II, da CRFB.

6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O art. 167-A da CRFB preconiza que:

Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de





despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e;

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos





implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da CRFB prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal,





como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma “faculdade” aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de doze meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95%.

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os Tribunais de Contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95%, atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

A seguir apresenta a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos exercícios de 2021 a 2024:

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquida (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 33.031.532,25	R\$ 25.570.953,14	R\$ 371.471,59	78,53%
2022	R\$ 40.072.543,80	R\$ 34.980.510,53	R\$ 1.024.061,04	89,84%
2023	R\$ 43.891.847,91	R\$ 39.555.489,22	R\$ 1.082.140,92	92,58%
2024	R\$ 47.984.980,16	R\$ 45.613.617,22	R\$ 1.289.289,51	97,74%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.





Em relação ao exercício de 2024 verifica-se que houve excesso no cálculo das despesas correntes em relação à receita corrente, o que poderá prejudicar o Ente em caso de eventual necessidade de realizar uma operação de crédito perante a União ou com outro Ente.

7. REGIME PREVIDENCIÁRIO

O município de ALTO PARAGUAI não possui Regime Próprio de Previdência - RPPS, estando todos os servidores públicos municipais vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13ª ed., pág. 74).

8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivo demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.





Receitas Não-Financeiras - RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

Despesas Não-Financeiras - DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Déficits primários indicam parcela do aumento da Dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassaram as receitas não-financeiras. **Superávits primários** direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque da dívida líquida.

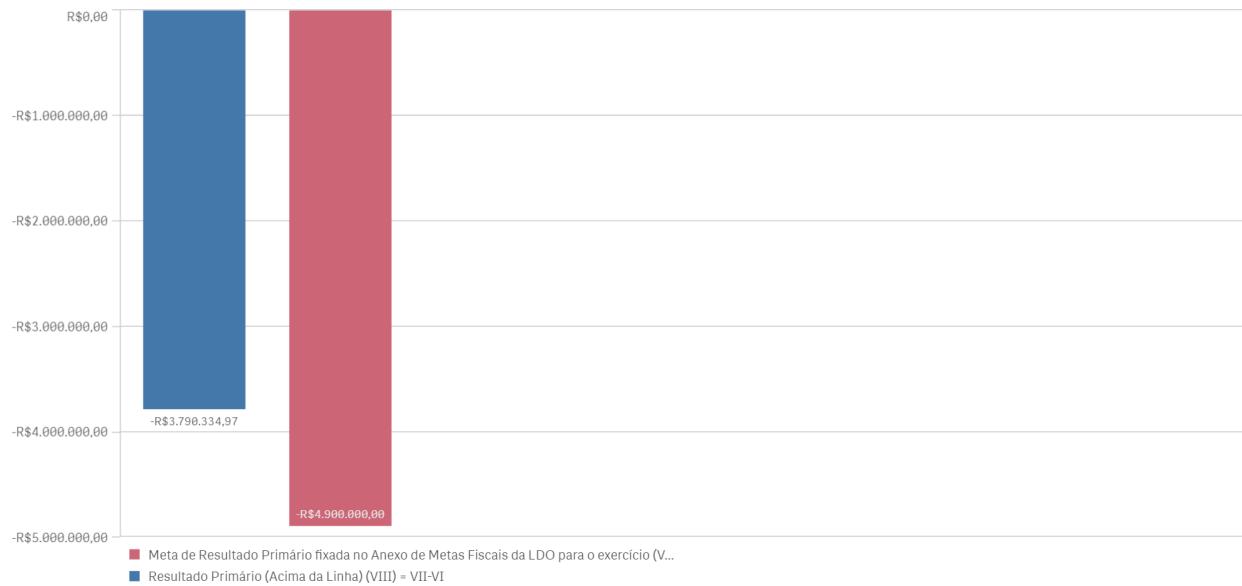
A meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 é de déficit de R\$ 4.900.000,00 e o Resultado Primário alcançou o montante de R\$ -R\$ 3.790.334,97, ou seja, o valor alcançado está acima da meta estipulada na LDO, conforme demonstra o Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS) constante no Anexo: 11 - METAS FISCAIS.

Utiliza-se, para fins de análise, o Resultado “Acima da Linha”, ou seja, a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas). Essa metodologia permite a avaliação dos resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal.





Resultado Primário



1) Houve o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2024.

9. POLÍTICAS PÚBLICAS

Apresentam-se neste tópicos os valores dos indicadores relativos à Educação, Meio Ambiente e Saúde.

9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos. As políticas públicas de educação são ações e programas implementados pelos governos federal, estadual e municipal visando assegurar o acesso à educação de qualidade para todos. Essas políticas visam não somente a universalização do ensino, mas também a melhoria contínua da qualidade educacional, a valorização dos profissionais da educação e a adequação da infraestrutura escolar.





Os municípios possuem responsabilidades prioritárias em relação às políticas públicas de educação. A Constituição Federal estabelece no § 2º do art. 211 que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, que abrange creches (que atendem bebês e crianças de até 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos).

Para a análise das Contas Anuais de Governo dos municípios de Mato Grosso priorizaram-se indicadores do exercício de 2024, que refletem a situação dos municípios no exercício analisado. Entretanto, há mais indicadores relevantes como Adequação da Formação Docente, Média de Alunos por Turma, Taxa de Distorção Idade-série, Taxas de Rendimento Escolar, e outros que até o fechamento deste tópico, não continham dados de 2024. Estes indicadores podem ser acessados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>).

9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS

O Censo Escolar é a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, sendo a mais importante pesquisa estatística educacional do país. Coordenado pelo Inep, o Censo Escolar é realizado anualmente em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, abrangendo todas as escolas públicas e privadas do território nacional.

A pesquisa estatística do Censo Escolar é dividida em duas etapas principais. A primeira etapa coleta dados sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa, realizada ao final do ano letivo, coleta informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos.

O objetivo do Censo Escolar é fornecer um panorama da situação educacional do país, permitindo a análise de diversos indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb), taxas de rendimento e fluxo escolar, e a





distorção idade-série. Esses indicadores são fundamentais para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais, além de servirem de base para o planejamento e a distribuição de recursos governamentais.

A realização do Censo Escolar é obrigatória para todas as escolas, conforme regulamentado por instrumentos normativos que estabelecem prazos, responsabilidades e procedimentos para a coleta de dados.

De acordo com o Censo Escolar, em 2024 a quantidade de matrículas na rede pública municipal de **ALTO PARAGUAI** era:

Alunos Matriculados - Ensino Regular								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	79.0	57.0	158.0	0.0	368.0	0.0	59.0	0.0
Rural	0.0	0.0	36.0	0.0	127.0	0.0	0.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Alunos Matriculados - Educação Especial								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	3.0	0.0	8.0	0.0	9.0	0.0	1.0	0.0
Rural	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0	0.0	0.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Dados do Censo Escolar 2024 - Planilhas no site <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>
DOU Anexo I (ensino regular) e DOU Anexo II (educação especial)

9. 1. 2. IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado por meio da Portaria n.º 931, de 21 de março de 2007, do MEC e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da





educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Ademais, sua relevância está reforçada em legislações posteriores, como:

- a) a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): estabelece a necessidade de avaliação do ensino e do desempenho escolar,
- b) o Decreto n.º 6.094/2007: define o Ideb como referência para monitoramento da qualidade da educação no Brasil e
- c) a Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014: Plano Nacional de Educação (PNE): fixa metas educacionais baseadas no Ideb.

O Ideb agrupa ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica.

Embora este indicador não englobe dados do exercício de 2024, ele foi trazido às Contas Anuais de Governo, pois os impactos dos indicadores da educação geralmente demoram alguns anos para aparecerem de forma significativa, especialmente quando se referem a mudanças estruturais em políticas públicas, formação de professores, currículo ou gestão escolar. Educação é uma política de longo prazo. Entretanto, os dados aqui trazidos são informativos e não gerarão punição ao gestor neste relatório.





No último Ideb realizado, no ano de 2023, cuja divulgação ocorreu em 2024, o município de **ALTO PARAGUAI** atingiu os índices, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	Nota Município	Meta Nacional	Nota - Média MT	Nota - Média Brasil
Ideb - anos iniciais	4,5	6,0	6,02	5,23
Ideb - anos finais	0,0	5,5	4,8	4,6

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Conforme demonstrado, o desempenho do município está abaixo da meta do Plano Nacional de Educação - PNE, bem como das médias MT e Brasil.

Abaixo apresenta-se o histórico da nota do Ideb do município das últimas 5 avaliações:

Descrição	2017	2019	2021	2023
Ideb - anos iniciais	5,1	4,5	4,5	4,5
Ideb - anos finais	0,0	0,0	0,0	0,0

Séries Históricas - IDEB

Séries Históricas - IDEB



Conforme se observa, os índices revelam de maneira geral oscilação na nota Ideb ao longo dos últimos 8 anos no município, o que requer dos gestores, em





conjunto com a comunidade escolar, identificar as causas bem como as medidas necessárias para manter tendência evolutiva constante, em busca de mais eficiência e efetividade na qualidade da educação municipal.

9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT

A primeira infância (0 a 6 anos de idade) é a fase mais importante no desenvolvimento do ser humano, pois o que acontece nessa etapa gera impactos positivos ou negativos por todas a vida.

Esses anos iniciais marcam o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (art 29 c/c art 30 da Lei n.º 9.394 /1996)

Neste aspecto, as unidades de educação infantil desempenham um papel crucial para garantir o direito de acesso e de qualidade na educação, recebendo todos os estímulos necessários e a atenção para o seu desenvolvimento integral, neste período. (Lei n.º 8090/1990 - Estatuto da criança e do Adolescente).

Cita-se a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida no Recurso Extraordinário nº 1.008.166 (Tema 548 de Repercussão Geral), que considerou a responsabilidade do poder público de garantir a oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade.

As diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), especificamente a sua Meta 1, que consiste em atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência do PNE, bem como dois dos seus indicadores, o "1A", que previa a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade; e o "1B", que estabelece a ampliação e oferta de vagas em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o ano de 2024.

Diante desse cenário, considerando que as creches públicas são ambientes que contribuem diretamente no desenvolvimento físico, mental e cognitivo da criança, o TCE-MT, em conjunto com o Gabinete de Articulação para a Efetividade



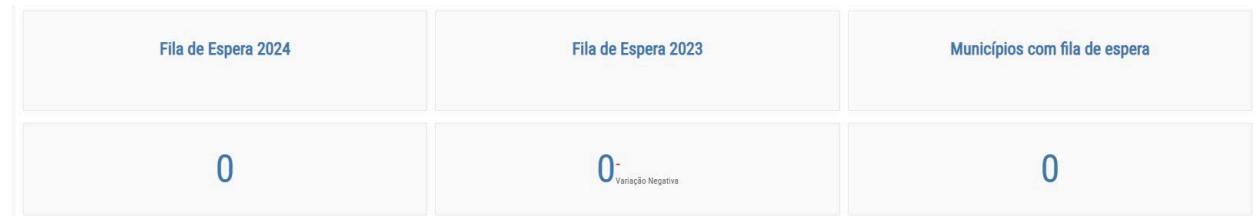


da Política da Educação no Estado de Mato Grosso, realizou diagnóstico para conhecer a realidade de cada município de MT quanto à existência de filas por vagas em creche e pré-escolas em MT, no ano de 2024.

De acordo com os dados declarados pelos gestores municipais de educação, o município de **ALTO PARAGUAI** apresentou os seguintes resultados:

Item	Resposta	Quantidade
Possui fila de espera por vaga em creche?	NÃO	0
Possui fila de espera por vaga em pré-escola?	NÃO	0
Possui obras de creches em andamento? Se sim, quantas vagas serão ampliadas?	NÃO	0
Possui obras paralisadas de creches?	NÃO	0

Resultados do questionário sobre creches e pré-escolas aplicado pelo GAEPE MT em 2024



9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental eficiente é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios e para a garantia de qualidade de vida da população. O monitoramento de indicadores ambientais permite avaliar a efetividade das políticas públicas, orientar a tomada de decisão e assegurar o cumprimento da legislação vigente.

A utilização desses indicadores permite uma análise detalhada e precisa do desempenho ambiental dos municípios, facilitando a identificação de áreas que necessitam de melhorias e a implementação de ações corretivas. Além disso, são essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes, promovendo a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das





comunidades. Ao monitorar e avaliar continuamente esses indicadores, os gestores públicos podem tomar decisões informadas e estratégicas, contribuindo para um futuro mais sustentável e equilibrado.

O art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, dispõe ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar as florestas, a fauna e a flora, cuja regulamentação se dá pela Lei Complementar n.º 140/2011 que, em seu art. 9º, dispõe sobre as ações administrativas de competência dos Municípios.

Ademais, a Lei n.º 12.651 de 25 de maio de 2012 - Código Florestal - estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais. Em seu art. 1º, parágrafo único, reforça a responsabilidade comum dos entes federativos e da sociedade civil na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa em áreas urbanas e rurais. Dessa forma, os municípios possuem papel ativo na fiscalização, implementação de políticas ambientais e de incentivo a práticas sustentáveis para a conservação de seus biomas.

Apresenta-se os seguintes indicadores ambientais:

9. 2. 1. DESMATAMENTO

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza, periodicamente, indicadores de desmatamento por meio dos sistemas PRODES e DETER. O PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) mede anualmente a taxa de desmatamento consolidada, fornecendo informações sobre a área desmatada e permitindo análises históricas da supressão da vegetação nativa. Já o DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real) é um sistema de alerta rápido que identifica desmatamentos em estágios iniciais, possibilitando ações imediatas de fiscalização.



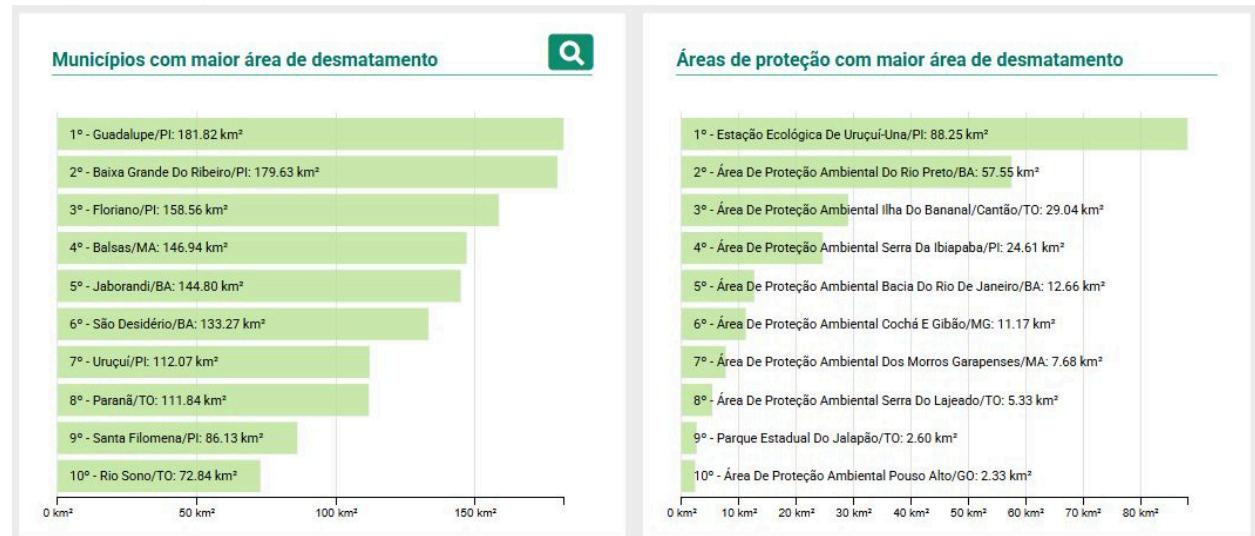


A divulgação desses indicadores é fundamental para orientar políticas públicas, estratégias de combate ao desmatamento ilegal e planejamento territorial sustentável nos municípios.

O Município de **ALTO PARAGUAI** não consta da lista do Ranking Estadual dos Municípios com maior área desmatada no bioma cerrado, em 2024, de acordo com a imagem a seguir.



O Município **ALTO PARAGUAI** não consta da lista do Ranking Nacional dos Municípios com maior área desmatada no bioma cerrado, em 2024, conforme imagem a seguir.





9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA

De acordo com o Inpe, os termos foco de queima, foco de calor, foco de queimada e foco de incêndio têm o mesmo significado no monitoramento, via satélite, e se referem à detecção de locais com queima de vegetação. Devido à impossibilidade de diferenciar pelo satélite se o fogo é controlado ou um incêndio descontrolado, algumas fontes preferem “fogo ativo”. O Programa Queimadas do INPE adota o termo “foco de queima”, pois a maioria das detecções ocorre em vegetação.

Ainda, segundo o INPE:

(...) “focos de queima” detectados por satélites são excelentes indicadores da queima da vegetação e não uma medida precisa e absoluta do que está ocorrendo na superfície. O número dos focos é diretamente relacionado à extensão queimada e permite comparações temporais e regionais da ocorrência de fogo na vegetação.

A Lei n.º 14.944, de 31 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, estabelecendo diretrizes para o seu manejo adequado e a prevenção de incêndios florestais no Brasil. Os municípios têm um papel fundamental na implementação dessa política, conforme previsão acerca de sua responsabilidade compartilhada na articulação e execução das ações relacionadas ao manejo do fogo.

Em seu art. 6º, § 2º, prevê a participação dos municípios no Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, instância consultiva e deliberativa vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, responsável por facilitar a articulação institucional e propor normas. Outrossim, a mencionada lei, no art. 17, ainda, prevê que os municípios que atuam no manejo integrado do fogo devem inserir informações no Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), garantindo a transparência e o compartilhamento de dados sobre incêndios florestais, queimas controladas e prescritas.

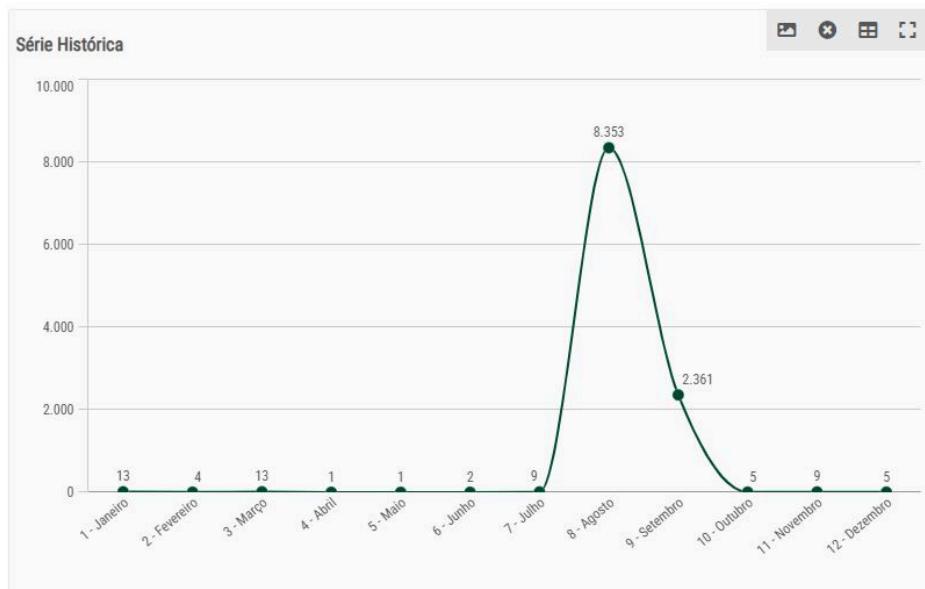




O artigo 21, por sua vez, estabelece os instrumentos para implementação dessa política, que visam promover o manejo integrado do fogo, a recuperação de áreas afetadas por incêndios florestais e a implementação de técnicas sustentáveis para a substituição gradual do uso do fogo como prática agrossilvipastoril. Esses objetivos são alcançados por meio de incentivos e investimentos em ações, estudos, pesquisas e projetos científicos e tecnológicos. Entre os instrumentos financeiros, mencionados no artigo 22, destacam-se as dotações orçamentárias dos municípios, que incentivam investimentos municipais em ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

O indicador de Foco de Queima, divulgado pelo INPE, apresentado no Radar de Controle Público do Meio Ambiente, auxilia na identificação e monitoramento de queima da vegetação, sendo uma ferramenta importante para ações preventivas e de combate. O sistema de detecção de focos de calor baseia-se na análise de imagens de satélite que captam emissões térmicas, permitindo que órgãos ambientais e de defesa civil ajam rapidamente para conter os incêndios.

Esse indicador é, especialmente, relevante para a gestão municipal, pois possibilita a implementação de medidas de mitigação, como campanhas educativas, criação de brigadas municipais de incêndio e a formulação de planos de resposta rápida.





9. 3. INDICADORES DE SAÚDE

No exercício de sua função de controle externo, TCE-MT tem ampliado sua atuação para além da análise contábil e financeira, incorporando o monitoramento de indicadores estratégicos de saúde nas contas de governo. Essa iniciativa visa qualificar a avaliação da gestão municipal e promover a tomada de decisão baseada em evidências.

Os indicadores selecionados refletem aspectos fundamentais da política pública de saúde, como cobertura assistencial, qualidade do atendimento, vigilância epidemiológica e desfechos populacionais. Ao disponibilizar uma série histórica de cinco anos (2020-2024), o Tribunal permite a identificação de tendências e o diagnóstico da efetividade das ações implementadas, contribuindo também para o fortalecimento do controle social.

A análise concentra-se nos dados referentes ao exercício de 2024, que serve como base para as recomendações e conclusões deste relatório. Ainda que alguns dados estejam em fase de consolidação, os resultados apresentados possibilitam identificar avanços, estagnações ou retrocessos, apoiando os gestores na reorientação de suas políticas e no aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Os critérios de classificação utilizados, ainda que não formalizadas por norma legal em alguns casos, são amplamente aceitos e respaldados por diretrizes técnicas nacionais e internacionais. Para garantir transparência e objetividade na avaliação, **as fontes oficiais e metodologias utilizadas para apuração dos dados** encontram-se detalhadas no **Subtópico 9.3.6 - Fonte e Metodologia de Apuração dos Dados em Saúde - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

Os **critérios utilizados para classificar cada indicador como de situação boa, média ou ruim** estão sistematizados no **Subtópico 9.3.6.1 - Quadro de Referência Técnica para Classificação dos Indicadores de Saúde nas Contas de Governo - Exercício 2024 - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.





Adicionalmente, para fins de síntese avaliativa, foi adotado um critério de agrupamento proporcional que permite classificar o desempenho geral do município nos indicadores de saúde como **bom, regular ou ruim**, conforme detalhado no **Subtópico 9.3.6.2 - Critério de Classificação da Situação Geral dos Indicadores de Saúde (Anexo Políticas Públicas de Saúde)**. Esse modelo proporciona uma visão integrada do cenário municipal, respeitando a diversidade dos indicadores analisados e orientando a gestão para ações de maior impacto.

Por fim, a análise de cada indicador tem como referência principal os dados de 2024, mas considera também a série histórica dos anos anteriores (2020 a 2023). Para o cálculo da média histórica, o auditor responsável deverá aplicar a seguinte metodologia: valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos** se informados oficialmente; **campos vazios** devem ser considerados **dados ausentes** e excluídos do cálculo. A média será obtida pela **soma dos valores válidos dividida pelo número de anos com dados disponíveis**, desconsiderando os anos sem informação. Essa abordagem assegura a comparabilidade dos dados e evita distorções em função da ausência de registros.

9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE

A análise de indicadores como mortalidades infantil, materna, por doenças crônicas, homicídios e acidentes de trânsito permite avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios. Esses dados revelam aspectos essenciais da gestão, como acesso, qualidade do cuidado e condições socioeconômicas locais.

9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI

Taxa de Mortalidade Infantil - TMI	
Conceito	Proporção de óbitos em crianças menores de 1 ano de idade para cada 1000 nascidos vivos no mesmo período.
Interpretação	Estima o risco de um nascido vivo morrer antes de completar o primeiro ano de vida.
Aplicação	Permite aos gestores identificar áreas com maior incidência de mortalidade infantil, orientando intervenções para qualificar o pré-natal, o parto e os cuidados neonatais. Envolve a ampliação do acesso aos serviços, a capacitação das equipes de saúde e o incentivo à realização de partos seguros.
	Numerador: SIM-DATASUS





Taxa de Mortalidade Infantil - TMI

Fonte	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Infantil

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	10,9	23,8	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMI é considerada Alta (20 ou mais), Média (entre 10 e 19,99) e Baixa (<10) por 1000 nascidos vivos no mesmo período.

Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** não informou os dados da TMI em 2020, 2021 e 2024. A média dos indicadores de 2022 e de 2023 foi de 17,4, que é uma situação classificada como média, significando que o município deve revisar suas ações na atenção básica e intensificar a vigilância dos casos evitáveis.

9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade Materna - TMM

Conceito	Razão de óbitos femininos ocorridos durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação a cada 100 mil nascidos vivos.
Interpretação	Estima a frequência de óbitos femininos em idade fértil atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações (representado pelo total de nascidos vivos)
Aplicação	Auxilia gestores a identificar falhas e melhorar os serviços de saúde materna, exigindo qualificação da assistência obstétrica, redução de cesarianas desnecessárias e ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual





Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade Materna - TMM

Último dado

30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Materna

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado				

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMM é considerada Alta (>110 por 100 mil nascidos vivos), Média (entre 70 e 110) e Baixa (<70).

Com base nos dados apresentados, o Município de **ALTO PARAGUAI** não enviou informações para o Datasus nos últimos cinco anos.

9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por homicídio - TMH	
Conceito	Proporção de óbitos causados por agressões (causa básica CID-10 X85-Y09) a cada 100 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por homicídios e sua relevância como problema de saúde pública. Reflete fatores culturais, socioeconômicos e específicos da violência interpessoal, além de indicar condições da assistência médica e qualidade dos registros das ocorrências.
Aplicação	Orienta políticas e ações intersetoriais para reduzir a violência, refletindo desafios na segurança pública e desenvolvimento social. Exige abordagens integradas, incluindo inclusão social de jovens, combate à violência doméstica, fortalecimento das forças de segurança e ampliação da assistência às populações vulneráveis.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Homicídio

2020	2021	2022	2023	2024
95,9	43,2	89,5	62,6	51,8

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A TMH é considerada: **Alta: > 30** por 100 mil habitantes, Média: 10 a 30 e Baixa: < 10 (referência ideal OMS).

Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMH em **2024** é **classificada como ruim** porque a elevada taxa de homicídios indica cenário crítico de violência, exigindo ações integradas entre saúde, segurança pública e assistência social, com foco especial na juventude e nas populações vulneráveis.

9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito - TMAT	
Conceito	Proporção de óbitos causados por acidentes de transporte (causa básica CID-10 V01-V99) a cada 100 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por acidentes de transporte, relacionado à insegurança, falta de educação no trânsito e consumo de álcool, afetando especialmente jovens do sexo masculino, com variações ligadas à qualidade da assistência médica. A TMAT é considerada: Alta: < 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.
Aplicação	Oferece subsídios para ações educativas, melhoria da infraestrutura viária e reforço na fiscalização, visando reduzir acidentes de trânsito. Destaca a importância da educação desde a infância, fiscalização intensificada, modernização das vias, programas de mobilidade segura e controle de fatores como consumo de álcool e excesso de velocidade.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito

2020	2021	2022	2023	2024
8,7	25,9	17,9	26,8	51,8

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMAT é considerada: **Alta: < 20** por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.

Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMAT de





2024 é classificada como ruim, pois a taxa elevada de mortes no trânsito evidencia falhas na infraestrutura viária, fiscalização e conscientização da população. O município deve adotar medidas urgentes para melhorar a segurança no trânsito e prevenir novos óbitos.

9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA

Os indicadores de acesso e cobertura em saúde avaliam a capacidade do sistema em garantir atendimento adequado à população nos diferentes níveis de atenção. Esses parâmetros refletem o alcance e a organização dos serviços básicos de saúde, como atenção primária, vacinação, disponibilidade de profissionais e infraestrutura hospitalar. Altos níveis de cobertura tendem a melhorar a prevenção, reduzir a sobrecarga hospitalar e ampliar a resolutividade do cuidado. Por outro lado, déficits nesses indicadores revelam desigualdades de acesso e demandam ações estruturantes por parte da gestão municipal.

A análise a seguir apresenta os principais indicadores dessa dimensão, com base na série histórica 2020/2024 e ênfase nos resultados do exercício de 2024.

9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura da Atenção Básica - CAB	
Conceito	A Cobertura da Atenção Básica (CAB) representa a estimativa percentual da população residente em um território que potencialmente tem acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, por meio de equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou de Atenção Primária (eAP) registradas no Sistema Único de Saúde (SUS). É um dos principais indicadores de acesso da população aos cuidados essenciais em saúde.
Interpretação	O indicador de cobertura populacional estimada na Atenção Básica atualmente é utilizado para o monitoramento do acesso aos serviços de Atenção Básica, com vistas ao fortalecimento do planejamento do SUS.
Aplicação	Permite identificar áreas com baixa cobertura, orientando a expansão dos serviços de saúde. A ampliação requer novas UBS em regiões desassistidas, horários estendidos e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), melhorando o acesso ao atendimento primário e reduzindo a sobrecarga hospitalar.
Fonte	Numerador: CNES Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024





Série Histórica dos indicadores de Cobertura da Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
78,4	77,7	80,5	80,5	155,5

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A CAB É calculada com base no número de equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) ativas e parametrizadas, em relação à população estimada pelo IBGE. Sua classificação considera como **alta** (adequada) a cobertura acima de 80%, média entre 50% e 80%, e baixa quando inferior a 50%.

Nesse sentido, tem-se que, com base nos dados do Município **ALTO PARAGUAI**, a situação quanto à CAB em **2024** é **classificada como boa**, tendo em vista que a cobertura da atenção básica está em nível satisfatório, garantindo acesso ampliado à rede primária de saúde. Recomenda-se a continuidade da expansão territorial e qualificação das equipes de saúde da família.

9.3.2.2. COBERTURA VACINAL

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura Vacinal - CV	
Conceito	Percentual da população contemplado com doses de imunizantes do calendário vacinal em relação ao total da população para a mesma faixa etária, multiplicado por 100.e.
Interpretação	Quanto maior melhor, uma maior cobertura reflete uma população com melhor bloqueio para a circulação do agente infeccioso.
Aplicação	Orienta campanhas de vacinação e identificação de grupos vulneráveis, prevenindo surtos e doenças imunopreveníveis. Sua ampliação exige conscientização educativa, descentralização dos pontos de vacinação e oferta ampliada nos serviços de saúde, incluindo horários estendidos e estratégias móveis para atingir maior cobertura.
Fonte	Numerador: PNI Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Cobertura Vacinal





2020	2021	2022	2023	2024
68,1	60,2	84,1	78,9	71,5

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Cobertura Vacinal (CV), para a maioria das vacinas, tem meta de cobertura de 90% a 95%.

Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da CV Geral de 2024 é **classificada como ruim**, haja vista a baixa cobertura vacinal representa risco de surtos e reintrodução de doenças. É necessário intensificar campanhas educativas, descentralizar os pontos de vacinação e melhorar a adesão da população.

9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH

Indicador de Acesso e Cobertura: Número de Médicos por Habitante - NMH	
Conceito	Razão de profissionais médicos por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica.
Aplicação	Facilita o planejamento da distribuição de médicos e a identificação de áreas com escassez, assegurando atendimento equitativo. Pode ser ampliada com incentivos à fixação profissional em regiões remotas, expansão da telemedicina e parcerias com instituições de ensino para capacitação médica alinhada às necessidades locais.
Fonte	Numerador: CNES Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Número de Médicos por Habitantes

2020	2021	2022	2023	2024
0,3	0,7	1,1	1,4	3,6

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O NMH é considerado: **Alto** (acima de 2,5 médico por 1 mil habitantes - Acima da Média Nacional), **Médio** (entre 1,0 e 2,5 - Zona Intermediária) e **Baixo** (Abaixo de 1,0 - déficit de cobertura).





Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da NMH de **2024** é **classificada como boa**, uma vez que o Município apresenta número adequado de médicos por habitante, favorecendo o acesso à assistência em saúde. É recomendável manter políticas de fixação e valorização profissional para garantir a continuidade da cobertura.

9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Os indicadores de qualidade apresentados nesta seção permitem avaliar a efetividade dos serviços ofertados no âmbito da atenção básica, especialmente em relação à capacidade de prevenir hospitalizações evitáveis e de acompanhar adequadamente o pré-natal. Mais do que mensurar a cobertura, esses indicadores revelam a capacidade do sistema municipal de saúde em garantir cuidado contínuo, acesso oportuno e intervenções eficazes.

Altas proporções de internações por condições sensíveis à atenção primária e baixa realização de consultas pré-natais adequadas sugerem falhas na organização e desempenho da rede de serviços, exigindo revisão das estratégias de gestão e fortalecimento da atenção básica. A seguir, apresentam-se os dois principais indicadores de qualidade selecionados, com base na série histórica de 2020 a 2024 e foco nos dados mais recentes do exercício de 2024.

9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - ICSAP	
Conceito	Percentual de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por condições sensíveis à atenção primária em relação ao número total de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Revela o resultado das ações e serviços de promoção da saúde, prevenção de riscos, e do diagnóstico e tratamento precoces. Mensura, de forma indireta, a avaliação da atenção primária e a eficiência no uso dos recursos. Em síntese, o ICSAP mede o percentual de internações hospitalares que poderiam ser evitadas por ações eficazes da Atenção Básica, como prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado de doenças comuns. Altas proporções indicam falhas na resolutividade da APS.





Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - ICSAP

Aplicação	Facilita a avaliação da resolutividade e efetividade da Atenção Primária à Saúde (APS), orientando o planejamento de ações para reduzir hospitalizações evitáveis. Sua melhoria envolve o fortalecimento da APS, ampliação do acesso aos serviços primários, capacitação das equipes multiprofissionais e implementação de estratégias que garantam diagnóstico e tratamento oportunos, reduzindo internações desnecessárias e otimizando recursos.
Fonte	Numerador: CNES Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
4,4	5,8	12,2	11,9	7,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O ICSAP é considerado Alto (acima de 30% - Indicativo de baixa resolutividade da Atenção Básica), Médio (entre 15% e 30% - Situação intermediária) e **Baixo (desejável) (abaixo de 15% - Boa** atuação da APS na prevenção de internações).

Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação do ICSAP de 2024 é classificado como boa, pois a proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica é baixa, indicando boa resolutividade da atenção primária. É importante manter os investimentos em ações preventivas e acompanhamento ambulatorial.

9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas	
Conceito	Percentual de gestantes que realizaram o número recomendado de consultas pré-natais do total de nascidos vivos (seis ou mais consultas de pré-natal, com início até a 12ª semana de gestação) em relação ao total de nascidos vivos com informações disponíveis, multiplicado por 100.
	Demonstra a capacidade de oferta de consultas médicas e do acompanhamento pré-natal entre os nascidos vivos,





Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas	
Interpretação	quanto maior melhor.
Aplicação	Facilita a avaliação e o planejamento da assistência pré-natal, orientando ações para ampliar o acesso das gestantes às consultas recomendadas. A melhoria envolve qualificação das equipes de saúde, fortalecimento da rede de atenção primária, busca ativa das gestantes com acompanhamento irregular e ações educativas sobre a importância do pré-natal, visando garantir maior cobertura e qualidade na atenção à gestante e ao recém-nascido.
Fonte	Numerador: SINASC Denominador: SINASC
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	100,0	Não Informado	100,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é considerada **Alta (adequada) quando o percentual for $\geq 60\%$** (Meta do Previne Brasil), Média entre 40% a 59,9% (situação intermediária) e Baixa (inadequada) que é $< 40\%$.

Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da **Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas em 2024 é classificado como boa**, uma vez que a proporção de gestantes com pré-natal adequado é satisfatória, refletindo bom acompanhamento da gestação. Recomenda-se manter a busca ativa e o acolhimento qualificado das gestantes na atenção primária.

9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS

Os indicadores epidemiológicos permitem monitorar o perfil de adoecimento da população, fornecendo subsídios para ações de prevenção, controle e resposta a surtos e doenças transmissíveis. Avaliam, sobretudo, a efetividade da vigilância em saúde, a cobertura das ações de diagnóstico e a capacidade de resposta dos serviços públicos.





Diferentemente de outros indicadores, taxas elevadas podem refletir um sistema de vigilância atuante e sensível, enquanto valores muito baixos, em alguns casos, podem indicar subnotificação ou falhas na identificação precoce. Dessa forma, é essencial interpretar esses indicadores à luz do contexto local, sazonalidade e estrutura da rede de atenção à saúde.

A seguir, apresentam-se os principais indicadores epidemiológicos utilizados na avaliação das contas públicas municipais, com base na série histórica de 2020 a 2024, destacando os dados do exercício de 2024.

9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES

Indicador Epidemiológico: Prevalência de Arboviroses	
Conceito	Proporção de casos confirmados de Dengue, Chikungunya e Zika em relação ao total da população, multiplicado por 100 mil habitantes.
Interpretação	Revela o risco da população ser infectada e desenvolver sintomatologia condizente com o quadro clínico diagnóstico dessas doenças infecciosas.
Aplicação	Orienta ações para controle das arboviroses, incluindo intensificação das estratégias de prevenção, monitoramento ambiental e epidemiológico, fortalecimento das ações educativas e melhoria das condições de saneamento básico, visando reduzir o risco de surtos e epidemias.
Fonte	Numerador: SINAN Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Dengue

2020	2021	2022	2023	2024
17,4	25,9	26,8	17,9	2824,9

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção Chikungunya

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	803,4

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A Prevalência de Arboviroses é considerada Baixa (menor que 100) - Situação controlada; Média (100 a 299) - Alerta intermediário; Alta (300 a 499) - Alta transmissão; e **Muita Alta/Epidêmica** (500 ou mais) - Situação epidêmica.

Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Prevalência de Arboviroses **em 2024 é classificada como ruim**, haja vista que a elevada prevalência de arboviroses indica falhas no controle de vetores e na prevenção. É urgente intensificar ações integradas de vigilância, saneamento e mobilização social para conter a transmissão.

9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado (CID-10 A30).
Interpretação	Estima o risco de ocorrência de casos novos da doença, refletindo níveis de exposição ao bacilo causador (<i>Mycobacterium leprae</i>) e indicando as condições socioeconômicas e assistenciais locais.
Aplicação	Facilita o planejamento de ações para o controle da hanseníase, exigindo fortalecimento das equipes de atenção primária, campanhas de diagnóstico precoce, capacitação profissional e melhoria das condições socioeconômicas e de vida da população.
Fonte	Numerador: SINAN Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase

2020	2021	2022	2023	2024
8,7	17,3	26,8	Não Informado	25,9

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase é considerada Muito Forte (≥ 40) - Forte transmissão comunitária; **Alta (20,00 a 39,99) - Endemia relevante**; Média (10,00 a 19,99) - Situação intermediária; e Baixa (2,00 a 9,99) - Controle Razoável e Muito baixa (<2,00) - Meta da OMS, todos por 100 mil habitantes.





Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da **Taxa de Detecção de Hanseníase em 2024 é classificada como ruim**, tendo em vista que a elevada taxa de detecção de hanseníase pode indicar falhas no controle da doença e transmissão ativa. O município deve intensificar ações de diagnóstico precoce, capacitação das equipes e melhoria das condições sociais.

9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase em pessoas menores de 15 anos (CID-10 A30), a cada 100 mil habitantes da mesma faixa etária.
Interpretação	Indica a existência de transmissão ativa e descontrole da doença, sugerindo fragilidades na vigilância epidemiológica e no sistema de saúde.
Aplicação	Orienta ações específicas para interromper a cadeia de transmissão, com estratégias intensificadas de diagnóstico precoce, acompanhamento familiar, capacitação das equipes e fortalecimento da vigilância epidemiológica, especialmente em áreas mais vulneráveis.
Fonte	Numerador: SINAN Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos

2020	2021	2022	2023	2024
0,0	0,0	0,0	Não Informado	0,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos é considerada Muito Alta (≥ 10) - Transmissão intensa e recente; Alta (5,00 a 9,99) - Endemia relevante para crianças; Média (2,5 a 4,99) - Sinal de transmissão ativa; Baixa (0,50 a 2,49) - Situação Controlada e **Muito baixa/eliminação (<0,50)** - Indicador de interrupção da cadeia de transmissão.





Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação, quanto à **Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos, é classificada como boa em 2024**, pois a taxa é inexistente, sugerindo controle da transmissão da hanseníase em populações jovens. Ainda assim, é necessário manter vigilância ativa e acompanhamento de contatos.

9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE

Indicador Epidemiológico: Percentual de Casos de Hanseníase Grau 2 de Incapacidade	
Conceito	Proporção de casos novos de hanseníase diagnosticados já com grau 2 de incapacidade física em relação ao total de casos novos, multiplicado por 100.
Interpretação	Revela a gravidade dos casos diagnosticados, refletindo falhas no diagnóstico precoce e nas ações preventivas e assistenciais.
Aplicação	Subsidia o planejamento para ampliar estratégias de diagnóstico precoce, prevenção das incapacidades, capacitação das equipes de saúde e melhoria do acompanhamento dos pacientes, reduzindo sequelas e promovendo qualidade de vida.
Fonte	Numerador: SINAN Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade

2020	2021	2022	2023	2024
0,0	100,0	0,0	Não Informado	50,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Segundo a OMS/MS, a classificação de grau de incapacidade varia de grau 0 a 2, sendo 0 (zero) - sem comprometimento neural evidente; 1 (um) - perda de sensibilidade em mãos, pés ou olhos e 2 (dois) - deformidades ou incapacidades visíveis (ex. retração de mão, úlcera plantar, lagofalmo).

O Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade considera como **Muito Alta ($\geq 10\%$)** - Diagnóstico muito tardio; Alta (5% a 9,99%) -





Situação preocupante; Média (1% a 4,9%) - Alerta moderado; Baixa (<1%) - Boa detecção precoce.

Com base nos dados do Município de **ALTO PARAGUAI** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto ao **Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 em 2024 é classificado como ruim** porque o percentual elevado indica diagnóstico tardio da hanseníase e falhas no acompanhamento. O município deve ampliar estratégias de prevenção de incapacidades, capacitar profissionais e fortalecer o diagnóstico oportuno.

9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL

A análise dos indicadores evidencia um cenário crítico na gestão da saúde municipal, com desempenho insatisfatório em múltiplas dimensões avaliadas. Os dados revelam fragilidades na estrutura da rede assistencial, baixa resolutividade da atenção primária, falhas na vigilância epidemiológica e carência de ações efetivas de prevenção. Recomendam-se medidas corretivas urgentes, priorizando a ampliação da cobertura, a qualificação das equipes, o controle de agravos e o fortalecimento da gestão baseada em evidências.

Os indicadores abaixo exigem máxima atenção do gestor municipal, pois eles têm a classificação ruim com base nas referências técnicas:

- a) Taxa de Mortalidade por Homicídio;
- b) Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito;
- c) Cobertura Vacinal;
- d) Prevalença de Arboviroses;
- e) Taxa de Detecção de Hanseníase (geral); e
- f) Grau 2 de Incapacidade por Hanseníase.





9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE

Os dados utilizados na análise dos indicadores de saúde municipal foram extraídos e tratados com base em microdados oficiais disponibilizados por sistemas públicos nacionais de informação em saúde, especialmente aqueles gerenciados pelo Ministério da Saúde e acessíveis via DATASUS, OpenDATASUS, TABNET e bases do IBGE. A série histórica contempla os exercícios de 2020 a 2024, com prioridade para os dados do exercício de 2024.

A extração, tratamento, padronização e cálculo dos indicadores foram automatizados por meio de scripts desenvolvidos em linguagem R, seguindo critérios metodológicos uniformes, descritos detalhadamente no documento interno “Metodologia Indicadores Municipais”. As bases de origem incluem, entre outras:

- SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
- SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
- SIH - Sistema de Informações Hospitalares
- SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- SIVEP-Gripe, CNES, TABNET, OpenDATASUS e base IBGE

Para cada indicador, foram adotados critérios específicos de cálculo, respeitando normas técnicas como a Portaria SAS/MS nº 221/2008 e classificações CID-10 conforme orientações do MS e da OMS. A apuração dos dados considera o município de residência e utiliza identificadores padronizados de código IBGE.

Em casos de ausência de informação para determinado ano, o campo foi considerado como dado ausente e excluído do cálculo da média histórica. Valores informados como zero foram mantidos, desde que constassem nas bases oficiais. O cálculo da média histórica segue a seguinte fórmula-padrão, a ser aplicada pelo analista ou auditor:

Média histórica = Soma dos valores válidos / Número de anos com dado disponível.

Esta metodologia visa garantir transparência, comparabilidade e equidade na avaliação dos municípios, sendo replicável e auditável. O procedimento





técnico encontra-se documentado com versionamento e scripts arquivados no repositório interno do TCE-MT, podendo ser acessado para fins de verificação metodológica sempre que necessário.

9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE

Este quadro apresenta os critérios utilizados para classificar os indicadores de saúde como de situação **boa (adequada)**, **média (intermediária)** ou **ruim (inadequada)**, com base em diretrizes técnicas de organismos nacionais e internacionais como o **Ministério da Saúde (MS)**, a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e outros documentos de referência oficial.

Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Boa: < 10% Média: 10 a 19,99% Ruim: =20%	OMS, MS, Unicef
Taxa de Mortalidade Materna (TMM)	Boa: < 70/100 mil Média: 70 a 110 Ruim: > 110	ODS/OMS/MS
Mortalidade por Homicídios (TMH)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 30 Ruim: > 30	OMS
Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 20 Ruim: > 20	OMS, MS
Cobertura da Atenção Básica (CAB)	Boa: > 80% Média: 50% a 80% Ruim: < 50%	e-Gestor AB/MS
Cobertura Vacinal (CV)	Boa: = 90% a 95% Média: abaixo da meta Ruim: muito abaixo	PNI/S
Nº de Médicos por Habitante (NMH)	Boa: = 2,5/1.000 hab. Média: 1,0 a 2,49 Ruim: < 1,0	CFM, OMS
ICSA (Internações por Condições Sensíveis à APS)	Boa: < 15% Média: 15% a 30% Ruim: > 30%	MS, estudos técnicos sobre APS
Consultas Pré-Natal Adequadas	Boa: = 60% Média: 40% a 59,9% Ruim: < 40%	Programa Previne Brasil/MS
	Boa: < 100/100 mil Média: 100 a 299	





Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Prevalência de Arboviroses	Alta: 300 a 499 Muito Alta: = 500	MS (vigilância epidemiológica)
Detecção de Hanseníase (geral)	Boa: < 10 Média: 10 a 19,99 Alta: 20 a 39,99 Muito Alta: = 40 por 100 mil hab.	OMS, MS
Hanseníase em < 15 anos	Boa: < 0,5 Média: 0,5 a 2,49 Alta: 2,5 a 9,99 Muito Alta: = 10 por 100 mil	OMS, MS
Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade	Boa: < 1% Média: 1% a 4,9% Alta: 5% a 9,99% Muito Alta: = 10%	OMS, MS

A avaliação dos indicadores de saúde tem como base principal os dados do exercício de 2024, por refletirem a situação mais recente da gestão municipal. Contudo, dada a natureza dinâmica e sensível da área da saúde, considerou-se também a série histórica dos últimos cinco anos (2020 a 2024) como elemento complementar para análise de tendência, estabilidade ou regressão dos resultados.

Para fins de cálculo da média histórica, o auditor deverá considerar as seguintes diretrizes:

Valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos**, desde que informados nos sistemas oficiais, por representarem uma situação efetivamente monitorada (mesmo que sem ocorrência).

Campos **vazios ou não preenchidos** devem ser considerados como **dados ausentes**, sendo excluídos do denominador da média.

A **fórmula recomendada** para o cálculo da média histórica consiste na soma dos valores válidos informados dividida pelo número de exercícios com dado disponível, desconsiderando os anos sem informação.

Essa metodologia deve ser aplicada pelo analista responsável no momento da apuração dos dados, assegurando que a ausência de registros não comprometa a média histórica nem penalize o município por eventual falha de reporte. Os indicadores com dados incompletos deverão ser analisados com a devida ressalva quanto à confiabilidade da tendência histórica.





9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES

Para fins de análise integrada, o desempenho geral do município nos indicadores de saúde avaliados foi classificado em três categorias: Boa, Regular e Ruim. Essa classificação considera o percentual de indicadores que se enquadram na faixa de “Situação Boa”, conforme os critérios técnicos previamente estabelecidos. A categorização obedece aos seguintes parâmetros:

- a) Situação Ruim: até 25% dos indicadores avaliados classificados como “Boa”;
- b) Situação Regular: mais de 25% e até 75% dos indicadores classificados como “Boa”;**
- c) Situação Boa: mais de 75% dos indicadores classificados como “Boa”.

Essa métrica permite uma visão global da gestão municipal em saúde no exercício analisado, respeitando as especificidades de cada indicador individualmente, mas orientando a tomada de decisão a partir de um referencial sintético e objetivo.

A imagem a seguir apresenta a análise dos indicadores da saúde de 2024 comparando-os com os dados de 2023 e média dos últimos cinco anos. As categorizações dos índices estão identificadas de acordo com as cores das células aos quais se referem: a) situação ruim: vermelha; b) situação regular ou média: amarela; e c) situação boa: verde.

Indicador	Critérios de Classificação	2024	2023	Média
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Boa: < 10%	Não informado.	23,8	17,4
	Média: 10 a 19,99%			
	Ruim: > 20%			
Taxa de Mortalidade Materna (TMM)	Boa: < 70/100 mil	Não informado.	Não informado.	Não há.
	Média: 70 a 110			
	Ruim: > 110			
Mortalidade por Homicídios (TMH)	Boa: < 10/100 mil	51,8	62,6	68,9
	Média: 10 a 30			
	Ruim: > 30			
Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)	Boa: < 10/100 mil	51,8	26,8	26,2
	Média: 10 a 20			
	Ruim: > 20			





Cobertura da Atenção Básica (CAB)	Boa: > 90%.	155,5	80,5	94,5
	Média: 50% a 80%.			
	Ruim: < 50%.			
Cobertura Vacinal (CV)	Boa: = 90% a 95%.	71,5	78,9	72,6
	Média: abaixo da meta			
	Ruim: muito abaixo			
Nº de Médicos por Habitante (NMH)	Boa: = 2,5/1.000 hab.	3,6	1,4	1,4
	Média: 1,0 a 2,49			
	Ruim: < 1,0			
ICSAP (Internações por Condições Sensíveis à APS)	Boa: < 15%.	7	11,9	8,3
	Média: 15% a 30%.			
	Ruim: > 30%.			
Consultas Pré-Natal Adequadas	Boa: = 60%.	100	Não informado.	100
	Média: 40% a 59,9%.			
	Ruim: < 40%.			
Prevalência de Arboviroses	Boa: < 100/100 mil	1814,2	17,9	619,4
	Média: 100 a 299			
	Alta: 300 a 499			
	Muito Alta: = 500			
Detecção de Hanseníase (geral)	Boa: < 10	25,9	Não informado.	19,6
	Média: 10 a 19,99			
	Alta: 20 a 39,99			
	Muito Alta: = 40 por 100 mil hab.			
Hanseníase em < 15 anos	Boa: < 0,5	0	Não informado.	0
	Média: 0,5 a 2,49			
	Alta: 2,5 a 9,99			
	Muito Alta: = 10 por 100 mil			
Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade	Boa: < 1%	50	Não informado.	75
	Média: 1% a 4,9%			
	Alta: 5% a 9,99%			
	Muito Alta: = 10%			

10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO

A LRF postula o equilíbrio das contas públicas por meio de uma gestão responsável que evite o endividamento público não sustentável. Em relação ao último ano de mandato do gestor, a LRF tem regras e proibições específicas que serão relacionadas nos tópicos a seguir:





10. 1. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDAS NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO

Ao titular de Poder ou Órgão é vedado contrair despesas nos últimos oito meses do último ano de mandato que não possam ser cumpridas de foram integral dentro do exercício financeiro ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.

Ressalta-se que as despesas e encargos compromissados a pagar até o final do exercício são utilizados para determinação da disponibilidade de caixa, conforme previsto no parágrafo único do art. 42 da LRF.

A metodologia adotada pela equipe técnica para apurar se houve ou não despesas contraídas nos últimos 8 meses do final de mandato, foi comparar o valor registrado por fonte de recurso, nos quadros Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12 /2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF) e Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 - LRF) do Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO deste relatório, nas datas de 30/04/2020 e 31/12 /2020.

A comparação por fonte de recursos poderia ter a seguinte conclusão, conforme as naturezas dos saldos em 30/4 e em 31/12/2024:

Natureza do saldo da fonte de recursos	Conclusão do saldo
a) Fonte de recursos com saldo positivo em 31/12/2024: Quadro 13.1	Regular
b) Fonte de recursos com saldo negativo em 31/12/2024 deve ser comparado o saldo da mesma fonte em 30/4 /2024: b1) a indisponibilidade pode ter aumentado de 30/4 para 31/12/2024 ou b2) a situação positiva ficou negativa (com indisponibilidade)	Irregular
c) a fonte de recurso estava com indisponibilidade em 30/4, mas esta não aumentou, diminuiu em 31/12/2024	Regular
d) a fonte de recurso estava com indisponibilidade em 30/4 e aumentou em 31/12/2024	Irregular

Seguindo esta metodologia, a equipe técnica procedeu assim:

1. identificou e relacionou as fontes de recursos com indisponibilidade financeira em 31 /12/2024;





2. verificou o saldo desta fonte de recurso vigente em 30/4/2024;
3. aplicou a comparação entre as duas datas, conforme o quadro anterior;
4. concluiu se o saldo da fonte de recurso foi regular ou irregular, de acordo com as letras b, c ou d.

Após a análise ou comparação dos saldos de (in) disponibilidades das fontes de recursos em 30/4 para 31/12/2024, a equipe técnica concluiu qual a situação de cada uma delas:

Fonte e descrição da fonte	Indisponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício	(In) Disponibilidade Caixa Líquida em 30/4/2024	Situação da fonte
500 Recursos não Vinculados de Impostos	-R\$ 261.682,27	-R\$ 3.668.467,36	Regular
540 Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	-R\$ 37.087,90	-R\$ 460.536,69	Regular
569 Outras Transferências de Recursos do FNDE	-R\$ 7.378,40	-R\$ 7.367,17	Regular

1) Não foram contraídas obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira para seu pagamento (art. 42, *caput* e parágrafo único da LRF).

10. 2. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

A contratação de operação de crédito é vedada nos 120 dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 15, *caput*, da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001.

São exceções a essa regra:

1. O refinanciamento da Dívida Mobiliária;
2. As operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou Ministério da Fazenda, até 120 dias antes do final do mandato.





1) Não houve a contratação de operação de crédito nos 120 dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Município (art. 15, *caput*, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO

A contratação de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) são aquela em que o setor financeiro antecipa aos entes públicos as receitas tributárias futuras, sendo que, nessas operações, os tributos são oferecidos em garantia.

Quanto às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária vedou-se a realização dessas operações no último ano de mandato do Chefe do Executivo, a fim de dificultar ainda mais a possibilidade de que sejam transferidas dívidas para o mandato subsequente (art. 38, IV, b, da LRF).

1) Não houve a contratação de antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato do municipal (art. 38, IV, “b”, da LRF; art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001), após consultar as contas contábeis:

- a) 21211020501: Antecipação da Receita Orçamentária (F); e
- b) 21211020551: Antecipação da Receita Orçamentária (P).

10. 4. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

De acordo com o art. 21, II, da LRF é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

A vedação prevista no artigo 21, IV, a, da LRF incide sobre o ato de aprovação de lei expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato que implique





em aumento da remuneração dos agentes públicos, independentemente da data em que o respectivo projeto de lei foi proposto ou colocado em pauta para apreciação legislativa, com base na jurisprudência do TCE-MT -Resolução Consulta n.º 21/2014-TP e Acórdão n.º 1.784/2006.

Não se encontra vedada pelo art. 21, IV, a, da LRF, a edição de atos vinculados e decorrentes de direitos já assegurados constitucionalmente ou legalmente, ou provenientes de situações jurídicas consolidadas antes do período de vedação, independentemente do momento em que tenham sido expedidos.

Nesse período legal, foram editados os seguintes atos pelo Prefeito que aumentaram as despesas com pessoal, de acordo com consulta no Portal Transparência > Legislação > Leis Municipais:

- a) Lei nº 689, de 11 de dezembro de 2024: dispõe sobre a criação e organização da Procuradoria Jurídica do Município e institui o Fundo Especial de Honorários;
- b) Lei nº 690, de 11 de dezembro de 2024: "O subsídio devido a cada Conselheiro Tutelar (em exercício da função) será de R\$1.800,00 (Hum mil e oitocentos Reais) mensais, será efetuado o recolhimento devido por lei ao INSS, garantindo a cobertura previdenciária";
- c) Lei nº 694/2024, de 18 de dezembro de 2024: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder verba indenizatória a secretários municipais em razão da complexidade, demanda e dedicação exigida pelo cargo, no valor de R\$ 3.000,00;
- d) Lei nº 697, de 18 de dezembro de 2024: "Dispõe sobre a alteração do salário base dos cargos Operador de ETA e Gari;
- e) Lei nº 699, de 18 de dezembro de 2024: salário base dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais no valor de R\$ 1.800,00

1) Foram expedidos cinco atos que resultaram em aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato. DA07.

Dispositivo Normativo:

Art. 21, II e IV, a, da LRF





1.1) Conceder aumento de verba indenizatórias aos secretários; aumento do subsídios dos conselheiros tutelares; aumento dos salários-base dos operadores de ETA, garis e auxiliar de serviços gerais; criação da Procuradoria Jurídica e de um cargo de Procurador-Geral do Município e de um cargo de Assessor Jurídico no período vedado pelo disposto no artigo 21, II e IV, a, da LRF; aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder. - DA07

Portal Transparência > Legislação > Leis Municipais

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS

11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar n.º 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa n.º 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa n.º 03/2020 - TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa n.º 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de





governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de 2024, cujos envios intempestivos poderão ser objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de contas de governo.

Contabilidade

Competência	Prazo	Prazo in...	1º envio	Último envio	Situação	Di...	Controlep
► Carga Inicial	15/03/2024		22/04/2024 18:28:33	04/06/2024 11:25:17	ENVIADO FORA DO PRAZO	38	0
Peças de PL..	30/01/2024		19/02/2024 10:20:17	19/02/2024 10:20:17	ENVIADO FORA DO PRAZO	20	0
Janeiro	01/04/2024		25/04/2024 10:33:02	04/06/2024 11:32:33	ENVIADO FORA DO PRAZO	24	0
Fevereiro	16/04/2024		26/04/2024 10:17:53	04/06/2024 11:57:33	ENVIADO FORA DO PRAZO	10	0
Março	30/04/2024		20/05/2024 15:14:25	04/06/2024 13:55:27	ENVIADO FORA DO PRAZO	20	0
Abril	03/06/2024		21/06/2024 14:50:41	21/06/2024 14:50:41	ENVIADO FORA DO PRAZO	18	0
Maio	01/07/2024		18/07/2024 08:19:32	18/07/2024 08:19:32	ENVIADO FORA DO PRAZO	17	0
Junho	31/07/2024		31/07/2024 14:46:20	08/08/2024 16:31:48	ENVIADO NO PRAZO		0
Julho	02/09/2024		30/08/2024 16:00:04	30/08/2024 16:00:04	ENVIADO NO PRAZO		0
Agosto	30/09/2024		14/10/2024 13:27:48	14/10/2024 13:27:48	ENVIADO FORA DO PRAZO	14	0
Setembro	31/10/2024		14/11/2024 18:06:33	14/11/2024 18:06:33	ENVIADO FORA DO PRAZO	14	0
Outubro	10/12/2024		03/12/2024 14:25:18	03/12/2024 14:25:18	ENVIADO NO PRAZO		0
Novembro	03/02/2025		14/02/2025 18:34:19	14/02/2025 18:34:19	ENVIADO FORA DO PRAZO	11	0

1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE-MT a prestação de contas anuais de governo de 2024 dentro do prazo legal e conforme a Resolução Normativa n.º 16 /2021, ou seja, em 16/4/2025.

2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF e protocolo do Ofício nº 20/2024, de 14/2 /2025 na Câmara dos Vereadores (Apêndice A, p. 45/47).

3) O poder executivo contratou solução tecnológica para a implantação do Siafic no âmbito do município, nos termos do Decreto nº 10.540/2020, por meio do Contrato nº 57/2022 com a empresa Agili Software Brasil Ltda (Apêndice A, p. 53/55)

12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO





De acordo com a Orientação Normativa n.º 02/2016 deste Tribunal de Contas, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização julgados do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o resultado dos processos de fiscalização da comunicação de irregularidade protocolada no Processo nº 185.264-7 /2024:

Processos		Descrição do Processo	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1852647/2024	CHAMADO N.º 466/2024. COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE.	NÃO
Sistema Control-P			

13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas nos pareceres prévios dos exercícios de 2022 e 2023:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
Processo de Contas de Governo Anteriores					
2023	537756 /2023	44/2024	10/09/2024	recomendando ao respectivo Poder Legislativo Municipal que recomende ao Chefe do Poder Executivo que:	
					No exercício de 2024, houve





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				I) contabilize de forma fidedigna os valores das transferências recebidas da Secretaria do Tesouro Nacional;	diferenças nos valores contabilizados das transferências de Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do IPI - Municípios e Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União). Recomendação não atendida.
				II) coloque oportunamente as contas anuais à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal;	As contas anuais de governo de 2024 foram protocoladas na Câmara Municipal dia 17/2/2025. Recomendação atendida.
				III) envie para o sistema Aplic da Prefeitura as atas de realização das audiências públicas relativas ao segundo e ao terceiro quadrimestres de 2023 para demonstrar a avaliação do cumprimento de metas fiscais, conforme previsto na LRF;	Em consulta ao sistema Aplic 2023 > Informes: Mensais > CF/LRF - Limites /Documentações>Documentos e Publicações, houve o envio apenas da audiência pública relativa ao segundo quadrimestre de 2023. Recomendação não atendida.
				IV) implemente medidas visando o atendimento de 100% dos requisitos de transparência pública, em observância aos preceitos constitucionais e legais, uma vez que a Prefeitura apresentou nível básico de transparência;	O nível de transparência de 2024 foi de 62,94%. Recomendação não atendida.
				V) calcule a meta de resultado primário na LDO com o objetivo de que seja dimensionada à realidade fiscal do Município;	A meta fiscal prevista na LDO foi cumprida em relação à realização do resultado primário de 2024. Recomendação atendida.
				VI) implemente as disposições contidas na Lei Federal nº 14.164 /2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante à exigência de que os currículos escolares tenham conteúdo sobre a prevenção da violência contra a criança, o adolescente e à mulher; e	Em 2024 não houve adoção de ações nem atualização dos currículos escolares com conteúdo sobre a prevenção da violência contra a criança, o adolescente e à mulher. Recomendação não atendida.
				VII) cumpra a recomendação constante do Parecer Prévio nº 81 /2023-TP, atualizando o cadastro imobiliário do Município	Em 2024 e em 2025, não houve promulgação de lei atualizando o cadastro imobiliário do Município. Recomendação não atendida.
2022	89648/2022	81/2023	03/10/2023	recomendando ao Poder Legislativo Municipal que, quando da deliberação destas contas, recomende ao Chefe do Poder Executivo do Município que incremente a receita do IPTU, a partir da normatização e execução de	Em 2024 e em 2025, não houve promulgação de lei atualizando o





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				procedimentos relacionados à atualização do Cadastro Imobiliário, a fim de subsidiar o cálculo do IPTU	cadastro imobiliário do Município. Recomendação não atendida.

Control-p

13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Considerando a relevância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública - em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação - este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

De acordo com a metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados a partir dos índices obtidos, que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se demonstra abaixo:

Faixa de Transparência	Nível Mínimo de Transparência	Requisito Adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-

Fonte: Cartilha PNTP 2024





Assim, apresenta-se abaixo o resultado da avaliação realizada em 2024 acerca da transparência da Prefeitura Municipal de **ALTO PARAGUAI**, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão nº 918/2024 - PV.

EXERCÍCIO	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
2023	0.4167	Básico
2024	0.6294	Intermediário

Conforme se observa, os índices revelam níveis intermediários de transparência da Prefeitura Municipal de **ALTO PARAGUAI**, sendo imprescindível a implementação de medidas para garantir níveis mais elevados.

1) Considerando o índice de transparência de 62,94%, do exercício de 2024 (<https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>), sugere-se a expedição de recomendação à atual gestão da Prefeitura Municipal de ALTO PARAGUAI para que implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais.

13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa nº 10/2024)

A Lei nº.º 14.164/2021 alterou a Lei 9.394/1996 (LDB Nacional), determinando no §9º, do art. 26, a inclusão de temas transversais, conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e no art. 2º, instituiu a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” a se realizar preferencialmente no mês de março.

Assim, a publicação desse normativo incentiva a comunidade escolar a uma reflexão sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher, bem como permite o debate desse tema desde a infância (Fonte: Agência Senado).

Dada a importância do tema foram avaliadas as ações adotadas pelo município:





- 1) Não foram alocados recursos na LOA de 2024 para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, em consulta aos projetos anexos à Lei nº 663/2023 (Processo nº 178.102-2/2024: Documento Digital nº 407679/2024) OC99.

Dispositivo Normativo:

Lei nº 14.164/2021

- 1.1) *Deixar de alocar recursos na Lei Orçamentária Anual de 2024 para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher - OC99*

LOA de 2024

- 2) Não foi realizada nenhuma ação relativa ao cumprimento da Lei n.º 14.164/2021 em 2024, conforme resposta da Responsável pela Unidade de Controle Interno (Apêndice A, p. 52. As ações mencionadas na resposta da UCI referem-se ao exercício de 2023.) OB02.

Dispositivo Normativo:

Lei n.º 14.164/2021

- 2.1) *Não realizar nenhuma ação relativa ao cumprimento da Lei n.º 14.164/2021 em 2024. - OB02*

Apêndice A, p.

- 3) Não foram inseridos nos currículos escolares, conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996. OC19.

Dispositivo Normativo:

Art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996 e Lei nº 14.164/2021





3.1) *Deixar de inserir nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996. - OC19*

Declaração juntada ao sistema Aplic 2024 > Prestação de Contas > Contas de Governo > Documento 173

4) Não foi instituída nem realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, contrariando o que preconiza o art. 2º da Lei nº 14.164/2021. OC20.

Dispositivo Normativo:

Art. 2º da Lei nº 14.164/2021

4.1) *Não instituir nem realizar a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 14.164 /2021. - OC20*

Apêndice A, p. 52 (As ações mencionadas na resposta da UCI referem-se ao exercício de 2023.)

13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa nº 07/2023)

A Decisão Normativa nº 7/2023 - PP/TCE-MT homologou as soluções técnico-jurídicas produzidas na Mesa Técnica nº 4/2023, que teve como objetivo estabelecer consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). Essa decisão visa promover o cumprimento dos dispositivos legais e constitucionais que regulamentam essas categorias, especialmente aqueles introduzidos pelas Emendas Constitucionais nº 51/2006 e nº 120/2022.

Dessa forma, foram analisados os seguintes pontos destacados na Decisão Normativa nº 7/2023:





1) O salário inicial percebido pelos ACS e pelos ACE se encontra no patamar correspondente ao montante de R\$ 2.824,00, correspondendo a dois salários-mínimos, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 120/2022.

2) Não houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE. ZA01.

De acordo com a legislação, a insalubridade deve ser concedida conforme o nível de exposição aos agentes nocivos, seguindo os seguintes percentuais: 40% do vencimento ou salário-base para atividades de grau máximo; 20% do vencimento ou salário-base para atividades de grau médio; 10% do vencimento ou salário-base para atividades de grau mínimo. No entanto, o Laudo Técnico das Condições de Insalubridade e Periculosidade no município de Alto Paraguai-MT, que foi homologado pelo Decreto nº 67, de 6 de novembro de 2023, classificou as duas atividades dos servidores como sem risco, conforme documento enviado para o sistema Aplic > Prestação de Contas > Contas de Governo > Tipo: 167:

ANALISE DE RISCOS DOS POSTOS DE TRABALHO - AVALIAÇÃO AMBIENTAL						
Identificação do Posto de Trabalho						
Setor	Função	Agente de Combate a Endemias	CBO	3522-10	Quant. Expostos	6
Secretaria Municipal de Saúde - Departamento de Vigilância Epidemiológica	Atividades Desenvolvidas					

Análise Qualitativa e/ou Quantitativa										
Tipo	Fator de Risco	Exposição	N.A.	Avaliação	Limite de Tolerância	Técnica utilizada	EPC fornecido	EPC eficaz?	EPI fornecido	EPI eficaz?
Sem Riscos Ocupacionais específicos (Físicos, Químicos ou Biológicos) previsto na Portaria 3214/78 em sua NR-15.										

Independentemente o laudo técnico ter analisado os riscos dos postos de trabalho dos ACS e ACE e ter concluído pela inexistência do fator de risco, ele contraria a conciliação e a mediação decidida na Decisão Normativa nº 7/2023-PP, que no art. 4º dispõe que “Os gestores devem assegurar o pagamento do adicional de insalubridade aos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, calculo sobre o vencimento ou salário-base, não inferior a dois salários-mínimos.”, o que se comprova pelo comprovante de pagamento de um desses servidores enviados ao sistema Aplic, que não há o pagamento desta gratificação:

Cargo :00278/A /01 - AGENTE DE COMBATE A ENDEMIA - ACE		Afastamento: 06 - Licença Premio		Data Nascto: 21/11/1986		Horas mensais: 220							
Tipo Admissão: Efetivo		Banco/Agência/Conta: 748 / 0810 / 00000004186-4		CP		Provento / Desconto / Neutro	Nº Parc.	Base	DEP	Referência	Provento	Desconto	Neutro
1	1	SALARIO		2.824,00		D	1,00			94,13			
1	68	LICENCA PREMIO		2.824,00		D	29,00			2.729,86			
1	6013	CONSIG. CAIXA ECON. I	4/120	185,00		V	185,00				185,00		
1	6022	CONSIGNADO SICREDI II	15/120	655,99		V	655,99				655,99		
1	6030	CONSIGNADO SICRED VI	15/120	63,69		V	63,69				63,69		





1	8000 INSS	2.823,99	T	12,00	237,69		
Sal. Base.:	2.824,00	Sal. Bruto.:	2.823,99	Total Desc.:	1.142,37	Sal. Líquido:	1.681,62

Dispositivo Normativo:

Art. 4º, parágrafo único, da Decisão Normativa nº 07/2023

2.1) *Não pagar o adicional insalubridade aos ACS e ACE nos percentuais previstos na Decisão Normativa nº 7/2023-PP deste Tribunal desde outubro de 2023. - ZA01*

Folha de pagamento de dezembro de 2024 e laudo técnico das condições de trabalho enviados para o sistema Aplic.

3) No exercício de 2024, o Chefe do Poder Executivo não concedeu reajuste geral anual para as carreiras dos servidores municipais.

4) A previsão de aposentadoria especial para os ACS e os ACE não se aplica porque o Município não possui RPPS.

13. 4. OUVIDORIA

A existência de ouvidorias ou unidades responsáveis pelo recebimento de manifestações é uma exigência legal prevista na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública. No contexto das contas de governo analisadas pelo TCE-MT, a implementação dessas estruturas tem papel fundamental na promoção da transparência, no fortalecimento do controle social e na melhoria da gestão pública.

Com o objetivo de fomentar a criação e o funcionamento dessas unidades nos municípios, o TCE-MT lançou, em 2021, o projeto "Ouvidoria para





Todos", estruturado em quatro fases. A primeira fase consistiu em uma pesquisa de cenário sobre a existência das ouvidorias municipais, acompanhada da atualização cadastral.

Na segunda fase, foi emitida a Nota Técnica nº 002/2021 (<https://www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/nota-tecnica-no-02-2021-processo-no-6008572021/103596>), que dispõe sobre o posicionamento do TCE-MT quanto à adequação das unidades jurisdicionadas à Lei nº 13.460/2017, além da realização de um evento de sensibilização para gestores e servidores. A terceira fase teve foco na capacitação, por meio de um curso voltado à implantação e funcionamento das ouvidorias. Agora, na quarta e última fase, será realizada a fiscalização da efetiva implementação dessas unidades nos municípios.

O presente relatório técnico tem como propósito analisar a existência e o funcionamento das ouvidorias no âmbito municipal, bem como a existência e atualização de carta de serviços subsidiando a avaliação das contas de governo e contribuindo para o aprimoramento das políticas de transparência e participação cidadã.

- 1) Existe um ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da entidade pública: a **Lei nº 378** de 28 de abril de 2014: sistema Aplic > Prestação de Contas > Contas de Governo.
- 2) Existe ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria: a **Portaria nº 260/2024**: Nomear a servidora pública municipal, MARIA APARECIDA DE ALMEIDA OLIVEIRA para exercer o Cargo em Comissão – Função Gratificada de Direção e Assessoramento Superior- DAS 5- OUVIDORA GERAL da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai.
- 3) Não há regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria, conforme dispõe a Nota Técnica nº 2/2021: ZA01.

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70 c/c o art. 75 da Constituição Federal e pelo art. 47 da Constituição Estadual, combinados com o art. 3º da Lei Complementar nº 269, de 29/01/2007, vem, por meio desta Nota Técnica, firmar os seguintes





posicionamentos em face das autoridades responsáveis pela implantação da Lei nº 13.460/2017, que estabelece os requisitos de proteção aos usuários dos serviços oferecidos pelos órgãos e entidades da administração pública:

a) RECOMENDAR a normatização da Lei nº 13.460/2017 no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Estadual, nos Órgãos independentes Estaduais e nos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, em prazo não superior a 180 dias, disciplinando:

I – as atribuições, organização, funcionamento e os procedimentos a serem adotados pela Ouvidoria ou Unidade responsável pelo recebimento de manifestações, incluindo a obrigatoriedade da publicação de relatório de gestão nos termos do inciso II do caput do art. 14 e art. 15;

Dispositivo Normativo:

Lei nº 13.460/2017 e Nota Técnica nº 02/2021.

3.1) *Não promulgar regulamentação específica do Controle Interno que estabeleça as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria no âmbito do município descumprindo determinação constante da Nota Técnica nº 002/2021. - ZA01*

Sistema Aplic > Prestação de Contas > Contas de Governo

4) A entidade pública disponibiliza Carta de Serviços ao Usuário atualizada com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e com os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações, conforme consulta em <https://ouvidoria.altoparaguai.mt.gov.br/> disponível em 8/7/2025.

14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO





Após análise da prestação de contas apresentada pelo gestor do município de ALTO PARAGUAI do exercício de 2024, concluíram-se pelas seguintes recomendações e pelos seguintes achados.

14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Sugere-se ao Relator que recomende ao Chefe do Poder Executivo municipal de ALTO PARAGUAI que:

- a) expeça determinação à Contadoria Municipal para que as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025 sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo. Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes;
- b) mantenha a continuidade da expansão territorial e qualificação das equipes de saúde da família referente ao indicador Cobertura da Atenção Básica (Tópico 9.3.2.1);
- c) mantenha políticas de fixação e valorização profissional médico para garantir a continuidade da cobertura no Município (Tópico 9.3.2.3);
- d) mantenha a busca ativa e o acolhimento qualificado das gestantes na atenção primária (Tópico 9.3.3.2).
- e) exija máxima atenção aos indicadores que têm a classificação ruim com base nas referências técnicas: a) Taxa de Mortalidade por Homicídio; b) Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito; c) Cobertura Vacinal; d) Prevalência de Arboviroses; e) Taxa de Detecção de Hanseníase (geral); e f) Grau 2 de Incapacidade por Hanseníase (Tópico 9.3.5); e
- f) adote as providências necessárias para a efetiva contratação de solução tecnológica que viabilize a implementação integral do Siafic, conforme os padrões mínimos de qualidade exigidos (Tópico 11.1).





14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o Senhor **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, Prefeito do Município de **ALTO PARAGUAI** no exercício de **2024** deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 05/01/2021 a 31/12/2024

1) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

1.1) *Omitir contabilização das apropriações por competência (mensal) das obrigações decorrentes de benefícios a empregados: 13º salário e férias.* - Tópico - 5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

2) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.1) *Divulgar balanço patrimonial e a DVP de 2024 com divergência no valor de R\$ 9.628.321,54, quando se compara a diferença dos valores do Patrimônio Líquido de 2024 com o de 2023 (R\$ 30.477.145,93) com o valor do resultado patrimonial evidenciado na DVP de 2024 (R\$ 20.848.824,39), contrariando as normas contábeis em vigor.* - Tópico - 5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

2.2) *Reabrir contas contábeis no balanço patrimonial de 2024 com valores diferentes daqueles dos saldos finais em 2023 naquela demonstração contábil, contrariando as normas contábeis em vigor.* - Tópico - 5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)





2.3) *Registrar incorretamente as receitas de transferências de IPVA (R\$ 998,00), IPI (R\$ 164.416,81) e Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais - União (R\$ 635.658,06), cujos valores contabilizados como receitas não encontram fundamento naqueles valores divulgados pela STN ou pelo Banco do Brasil.* - Tópico - 4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO

3) CB06 CONTABILIDADE_GRAVE_06. Ausência de apresentação de contas individualizadas e consolidadas (art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000).

3.1) *Publicar no Jornal Eletrônico da AMM os balanços orçamentário, financeiro, patrimonial de 2024 de forma individualizada, quando deveriam ser publicados consolidando os valores da Câmara municipal.* - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

4) CB08 CONTABILIDADE_GRAVE_08. Demonstrações Contábeis sem assinaturas do titular ou representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado (Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330 /2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946).

4.1) *Deixar de assinar as demonstrações contábeis apresentadas na carga de conta de governo: balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa não foram assinadas pelo titular da Prefeitura nem pelo ordenador de despesas nem pelo contador legalmente habilitado, contrariando as normas contábeis vigentes.* - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

5) CC09 CONTABILIDADE_MODERADA_09. Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

5.1) *Divulgar as notas explicativas ao balanço orçamentário, ao balanço financeiro e ao balanço patrimonial sem observar integralmente os quesitos previstos pela STN.*





- Tópico - 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

6) DA07 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_07. Aumento da despesa com pessoal no período de 180 dias anteriores ao final do mandato (art. 21, II e IV, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000).

6.1) *Conceder aumento de verba indenizatórias aos secretários; aumento do subsídios dos conselheiros tutelares; aumento dos salários-base dos operadores de ETA, garis e auxiliar de serviços gerais; criação da Procuradoria Jurídica e de um cargo de Procurador-Geral do Município e de um cargo de Assessor Jurídico no período vedado pelo disposto no artigo 21, II e IV, a, da LRF: aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder.* - Tópico - 10. 4. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

7) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

7.1) *Abrir créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados no valor de R\$ 5.849.300,00.* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8) NB04 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_04. Informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira não divulgadas, em meios eletrônicos de acesso público e em tempo real, para o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade (arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000).

8.1) *Não divulgar a LDO de 2024 e seus anexos no Portal Transparência do Município, em desacordo com o disposto nos Arts. 48, caput e § 1º, II, e 48-A da LRF.* - Tópico - 3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO





9) OB02 POLÍTICAS PÚBLICAS_GRAVE_02. Ineficiência no planejamento, na execução, governança e/ou avaliação de programas ou ações do poder público para desenvolvimento, implementação e melhoria das políticas públicas na área de educação (arts. 6º, 37, caput, e 208 da Constituição Federal).

9.1) *Não realizar nenhuma ação relativa ao cumprimento da Lei n.º 14.164/2021 em 2024. - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)*

10) OC19 POLÍTICAS PÚBLICAS_MODERADA_19. Currículo escolar da educação infantil, do ensino fundamental e/ou ensino médio, sem abranger os conteúdos mínimos exigidos pela legislação (art. 26 da Lei nº 9.394/1996).

10.1) *Deixar de inserir nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996. - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)*

11) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA_MODERADA_20. Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

11.1) *Não instituir nem realizar a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 14.164 /2021. - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)*

12) OC99 POLITICAS PÚBLICAS_MODERADA_99. Irregularidade referente a Políticas Públicas não contemplada em classificação específica).

12.1) *Deixar de alocar recursos na Lei Orçamentária Anual de 2024 para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10 /2024)*





13) ZA01 DIVERSOS_GRAVISSIMA_01. Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

13.1) *Não pagar o adicional insalubridade aos ACS e ACE nos percentuais previstos na Decisão Normativa nº 7/2023-PP deste Tribunal desde outubro de 2023.* - Tópico - 13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)

13.2) *Não promulgar regulamentação específica do Controle Interno que estabeleça as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria no âmbito do município descumprindo determinação constante da Nota Técnica n.º 002/2021.* - Tópico - 13.

4. OUVIDORIA

14. 3. APÊNDICES

Este relatório possui apêndice que pode ser acessado via ferramenta de leitura de PDF pela opção Anexos.

Em Cuiabá-MT, 11 de julho de 2025

PAULO CESAR PAIM

AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA





ANEXOS

REL. PRELIMINAR CONTAS ANUAIS GOVERNO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI - 2024

Anexo: 1 - ORÇAMENTO

Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 13.038.212,77
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 283.000,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 631.987,57
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 179.011,29
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 60.700,00
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 459.700,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 671.800,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 84.000,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 247.619,68
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 67.491,05
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 310.800,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 81.350,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 14.850,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 45.400,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 2.616.623,35
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 150.000,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 938.027,00
		R\$ 19.880.572,71
FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.128.062,82





FONTE	DESCRÍÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 493.100,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 38.800,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 332.400,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 48.250,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 33.710,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 5.849.300,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 213.500,00
		R\$ 8.137.122,82
FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		
FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO		
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 324.978,24
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 886.106,66
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 34.639,88
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 223.282,62
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 26.849,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 541.153,44
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 2.803.416,59
706	Transferência Especial da União	R\$ 128.200,00
		R\$ 4.968.626,43
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
	TOTAL GERAL	R\$ 32.986.321,96

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > por Fonte/Financiamento > Dados Consolidados do Ente



Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 280.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.700,00	R\$ 247.200,00	-11,99%
ASSESSORIA TECNICA ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	R\$ 171.000,00	R\$ 53.698,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 76.200,00	R\$ 148.498,82	-13,15%
ASSISTENCIA AO ENSINO SUPERIOR	R\$ 6.931.837,00	R\$ 327.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.590.000,00	R\$ 1.668.837,00	-75,92%
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 1.851.447,72	R\$ 547.720,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 387.720,79	R\$ 2.011.447,72	8,64%
CENTRO DE REABILITACAO	R\$ 5.500.000,00	R\$ 1.763.382,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.263.382,57	32,06%
CHEFIA DE GABIENETE	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	0,00%
DEPART. DE AGRICULT. E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	R\$ 330.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 378.000,00	14,54%
DEPART. DE MEIO AMBIENTE	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	0,00%
departamento de Administração Rural	R\$ 860.000,00	R\$ 265.897,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.125.897,00	30,91%
DEPARTAMENTO								



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DE AGUA E ESGOTO	R\$ 583.148,00	R\$ 219.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 802.648,00	37,64%
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	R\$ 602.798,00	R\$ 1.418.210,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.618,00	R\$ 2.019.390,82	235,00%
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	R\$ 100.506,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.618,00	R\$ 114.888,00	14,31%
DEPARTAMENTO DE SAUDE	R\$ 7.494.652,00	R\$ 3.565.594,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 63.800,00	R\$ 10.996.446,53	46,72%
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS CADASTRO E FISCALIZACAO	R\$ 1.055.608,00	R\$ 341.368,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.394.976,32	32,14%
DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 16.764.142,19	R\$ 12.046.117,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.049.222,99	R\$ 16.761.036,99	-0,01%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.035.618,00	R\$ 92.050,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 52.984,40	R\$ 1.074.683,60	3,77%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 875.000,00	R\$ 187.049,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.500,00	R\$ 1.040.549,00	18,92%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 1.933.708,00	R\$ 1.044.780,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 286.236,00	R\$ 2.692.252,54	39,22%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 639.090,00	R\$ 201.610,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 201.285,11	R\$ 639.414,89	0,05%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 9.914.040,00	R\$ 5.788.835,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 172.882,00	R\$ 15.529.993,56	56,64%



UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DO SECRETARIO DE ADM E FINANCAS	R\$ 2.512.000,00	R\$ 1.940.797,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 476.901,00	R\$ 3.975.896,32	58,27%
GABINETE DO SECRETARIO DE CULTURA E DESPORTOS	R\$ 1.971.520,00	R\$ 1.598.826,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 126.368,00	R\$ 3.443.978,50	74,68%
GABINETE DO SECRETARIO DE INFRA ESTRUTURA	R\$ 133.708,00	R\$ 1.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 135.208,00	1,12%
GABINETE DO SECRETARIO DE OBRADAS	R\$ 1.166.180,00	R\$ 579.705,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 160.000,00	R\$ 1.585.885,28	35,99%
GABINETE SEC. SERVICOS URBANOS	R\$ 1.347.588,00	R\$ 801.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 167.536,42	R\$ 1.981.851,58	47,06%
GANBINETE DO SECRETARIO DE SAUDE	R\$ 512.472,00	R\$ 132.877,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 640.349,12	24,95%
SUB PREFEITURA DE CAPAO VERDE	R\$ 234.037,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234.037,09	0,00%
R\$ 65.071.000,00		R\$ 32.986.321,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.880.572,71	R\$ 78.176.749,25	
Intraorçamentários								
TOTAL	R\$ 65.071.000,00	R\$ 32.986.321,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.880.572,71	R\$ 78.176.749,25	20,14%

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária>Dados Consolidados do Ente



Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit							
500	Recursos não Vinculados de Impostos	-R\$ 2.023.885,76	R\$ 370.729,60	-R\$ 1.653.156,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 1.233,69	R\$ 0,30	R\$ 1.233,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	-R\$ 93.304,14	R\$ 0,30	-R\$ 93.303,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 1.514,34	R\$ 8.329,90	R\$ 9.844,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 2.010,82	R\$ 1.277,59	R\$ 3.288,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 13.269,17	R\$ 0,00	R\$ 13.269,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências do Governo Federal						



FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
570	referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.127.732,08	R\$ 5.980,96	R\$ 2.133.713,04	R\$ 324.978,24	R\$ 0,00	R\$ 324.978,24
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 800,34	R\$ 0,00	R\$ 800,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 42.674,68	R\$ 0,00	R\$ 42.674,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 952.605,11	R\$ 76.337,82	R\$ 1.028.942,93	R\$ 886.106,66	R\$ 0,00	R\$ 876.028,58
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do						



FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
601	SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 114.000,00	R\$ 56.790,00	R\$ 170.790,00	R\$ 34.639,88	R\$ 0,00	R\$ 27.366,08
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 22.669,87	R\$ 18.895,45	R\$ 41.565,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 0,00	R\$ 33,00	R\$ 33,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Assistência financeira						



FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
605	da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 150.885,04	R\$ 0,00	R\$ 150.885,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 335.568,75	R\$ 25.362,89	R\$ 360.931,64	R\$ 223.282,62	R\$ 0,00	R\$ 181.675,45
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 151.678,02	R\$ 0,00	R\$ 151.678,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 142.034,36	R\$ 140,94	R\$ 142.175,30	R\$ 26.849,00	R\$ 0,00	R\$ 5.918,99
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 116.356,58	R\$ 0,00	R\$ 116.356,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Outras Transferências						



FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
700	de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 1.106.775,49	R\$ 67,00	R\$ 1.106.842,49	R\$ 541.153,44	R\$ 0,00	R\$ 541.153,44
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 2.818.873,75	R\$ 26.929,13	R\$ 2.845.802,88	R\$ 2.803.416,59	R\$ 0,00	R\$ 2.798.255,26
706	Transferência Especial da União	R\$ 132.290,96	R\$ 0,00	R\$ 132.290,96	R\$ 128.200,00	R\$ 0,00	R\$ 128.150,28
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 2.871,04	R\$ 0,00	R\$ 2.871,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	-R\$ 60.660,85	R\$ 0,00	-R\$ 60.660,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências						



FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
715	Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 117.503,96	R\$ 0,00	R\$ 117.503,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 2.957,15	R\$ 0,00	R\$ 2.957,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 65.131,15	R\$ 1.989,80	R\$ 67.120,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	-R\$ 54.695,65	R\$ 107.578,52	R\$ 52.882,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 6.188.889,96	R\$ 700.443,20	R\$ 6.889.333,16	R\$ 4.968.626,43	R\$ 0,00	R\$ 4.883.526,32





APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.



Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito

FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 25.098.516,00	R\$ 28.698.593,37	R\$ 3.600.077,37	R\$ 1.128.062,82	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 520.823,00	R\$ 560.117,64	R\$ 39.294,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 5.444.000,00	R\$ 6.229.951,51	R\$ 785.951,51	R\$ 493.100,00	R\$ 0,00
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 35.100,00	R\$ 9.380,57	-R\$ 25.719,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 220.500,00	R\$ 380.874,71	R\$ 160.374,71	R\$ 38.800,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 110.551,00	R\$ 114.330,38	R\$ 3.779,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 115.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 115.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 11.000,00	R\$ 142,39	-R\$ 10.857,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 5.103.032,61	R\$ 2.415.383,03	-R\$ 2.687.649,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Outras Transferências de Convênios e					



FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
575	Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 700.000,00	R\$ 776.162,49	R\$ 76.162,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.674.400,00	R\$ 2.715.743,04	R\$ 1.041.343,04	R\$ 332.400,00	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 81.025,00	R\$ 22.410,72	-R\$ 58.614,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 536.000,00	R\$ 649.520,00	R\$ 113.520,00	R\$ 48.250,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 0,00	R\$ 832.328,98	R\$ 832.328,98	R\$ 33.710,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 129.025,00	R\$ 1.172.641,38	R\$ 1.043.616,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 308.000,00	R\$ 275.585,36	-R\$ 32.414,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 61.000,00	R\$ 5.085,90	-R\$ 55.914,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 242.000,00	R\$ 508.384,35	R\$ 266.384,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00



FONTE (a)	DESCRÍÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 21.586.417,39	R\$ 10.250.660,24	-R\$ 11.335.757,15	R\$ 5.849.300,00	R\$ 5.849.300,00
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 280.000,00	R\$ 340.548,98	R\$ 60.548,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 13.000,00	R\$ 295.109,08	R\$ 282.109,08	R\$ 213.500,00	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 260.000,00	R\$ 365.118,12	R\$ 105.118,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 34.500,00	R\$ 35.614,84	R\$ 1.114,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 873.000,00	R\$ 869.605,88	-R\$ 3.394,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 50.110,00	R\$ 0,00	-R\$ 50.110,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.584.000,00	R\$ 1.520.693,03	-R\$ 63.306,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 65.071.000	R\$ 59.117.432,04	-R\$ 5.953.567,96	R\$ 8.137.122,82	R\$ 5.849.300,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.



Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação								
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 3.600.077,37	R\$ 1.128.062,82	R\$ 0,00	R\$ 28.698.593,37	R\$ 30.474.605,37	-R\$ 1.776.012,00	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 39.294,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 560.117,64	R\$ 324.559,63	R\$ 235.558,01	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 785.951,51	R\$ 493.100,00	R\$ 0,00	R\$ 6.229.951,51	R\$ 6.191.730,81	R\$ 38.220,70	R\$ 0,00
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	-R\$ 25.719,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.380,57	R\$ 9.380,00	R\$ 0,57	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 160.374,71	R\$ 38.800,00	R\$ 0,00	R\$ 380.874,71	R\$ 353.188,68	R\$ 27.686,03	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 3.779,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 114.330,38	R\$ 102.842,09	R\$ 11.488,29	R\$ 0,00
	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa							



Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
553	Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-R\$ 115.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-R\$ 10.857,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 142,39	R\$ 0,00	R\$ 142,39	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-R\$ 2.687.649,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.415.383,03	R\$ 3.039.523,42	-R\$ 624.140,39	R\$ 0,00
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 76.162,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 776.162,49	R\$ 797.283,69	-R\$ 21.121,20	R\$ 0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12,00	-R\$ 12,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.041.343,04	R\$ 332.400,00	R\$ 0,00	R\$ 2.715.743,04	R\$ 1.857.162,04	R\$ 858.581,00	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo							



Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
601	de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	-R\$ 58.614,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.410,72	R\$ 66.714,84	-R\$ 44.304,12	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 113.520,00	R\$ 48.250,00	R\$ 0,00	R\$ 649.520,00	R\$ 809.501,68	-R\$ 159.981,68	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 832.328,98	R\$ 33.710,00	R\$ 0,00	R\$ 832.328,98	R\$ 665.646,10	R\$ 166.682,88	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 1.043.616,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.172.641,38	R\$ 890.051,35	R\$ 282.590,03	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-R\$ 32.414,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 275.585,36	R\$ 330.461,09	-R\$ 54.875,73	R\$ 0,00



Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	-R\$ 55.914,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.085,90	R\$ 59.876,00	-R\$ 54.790,10	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 266.384,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 508.384,35	R\$ 169.737,83	R\$ 338.646,52	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-R\$ 11.335.757,15	R\$ 5.849.300,00	R\$ 5.849.300,00	R\$ 10.250.660,24	R\$ 7.628.371,42	R\$ 2.622.288,82	R\$ 0,00
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 60.548,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 340.548,98	R\$ 0,00	R\$ 340.548,98	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 282.109,08	R\$ 213.500,00	R\$ 0,00	R\$ 295.109,08	R\$ 0,00	R\$ 295.109,08	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 105.118,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 365.118,12	R\$ 500,00	R\$ 364.618,12	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00



Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 1.114,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.614,84	R\$ 0,00	R\$ 35.614,84	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	-R\$ 3.394,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 869.605,88	R\$ 767.045,85	R\$ 102.560,03	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	-R\$ 50.110,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	-R\$ 63.306,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.520.693,03	R\$ 1.710.739,73	-R\$ 190.046,70	R\$ 0,00
		-R\$ 5.953.567,96	R\$ 8.137.122,82	R\$ 5.849.300,00	R\$ 59.117.432,04	R\$ 56.248.933,62	R\$ 2.868.498,42	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Execução Orçamentaria vs Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.500.0000000	R\$ 1.519.500,81	-R\$ 118.970,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.500.1001000	R\$ 1.129.240,00	-R\$ 127.700,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.500.1002000	R\$ 345.710,00	-R\$ 987.060,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.501.0000000	R\$ 34.223,84	-R\$ 364.014,64
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.540.0000000	R\$ 20.000,00	-R\$ 22.020,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.540.1070000	R\$ 20.000,00	-R\$ 284.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.543.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 25.720,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.550.0000000	R\$ 3.500,00	-R\$ 35.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.552.0000000	R\$ 5.000,00	-R\$ 70.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.553.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 57.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.570.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 3.300,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.571.0000000	R\$ 2.000,00	-R\$ 100,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.575.0000000	R\$ 211.100,00	-R\$ 565.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.599.0000000	R\$ 500,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.600.0000000	R\$ 373.750,00	-R\$ 938.420,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.601.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 10.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.605.0000000	R\$ 576.200,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.621.0000000	R\$ 729.410,00	-R\$ 76.200,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.621.3210000	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.660.0000000	R\$ 34.800,00	-R\$ 15.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.661.0000000	R\$ 10.000,00	-R\$ 18.000,00





TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.700.0000000	R\$ 45.070,00	-R\$ 32.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.701.0000000	R\$ 1.200,00	-R\$ 1.116.947,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.708.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 180.500,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.711.0000804	R\$ 0,00	-R\$ 50.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.751.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 59.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.759.0000000	R\$ 100,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.759.0000700	R\$ 432.060,83	-R\$ 302.523,84
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	1.759.0000701	R\$ 26.000,00	-R\$ 75.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	00663/2023	00000/2024	2.621.0000000	R\$ 110,00	R\$ 0,00
				R\$ 5.534.475,48	-R\$ 5.534.475,48
				R\$ 5.534.475,48	-R\$ 5.534.475,48

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destinações de Recursos > Dados Consolidados do Ente.



Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO						
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	
Alterações Orçamentárias												
00662 /2023	00003/2024	R\$ 1.195.601,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.195.601,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
00662 /2023	00012/2024	R\$ 185.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 185.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
00662 /2023	00013/2024	R\$ 700.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
00662 /2023	00017/2024	R\$ 177.890,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 177.890,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
00662 /2023	00024/2024	R\$ 9.830,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.830,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
00662 /2023	00030/2024	R\$ 363.009,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 363.009,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
00662 /2023	00041/2024	R\$ 1.033.955,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.033.955,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
00662 /2023	00047/2024	R\$ 1.139.157,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.139.157,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
00662 /2023	00055/2024	R\$ 962.382,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 962.382,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
00662												



LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO						
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	
/2023	00062/2024	R\$ 86.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 86.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00662 /2023	00068/2024	R\$ 213.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 213.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00663 /2023	00002/2024	R\$ 268.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 268.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00663 /2023	00010/2024	R\$ 520.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00663 /2023	00015/2024	R\$ 331.251,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 331.251,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00663 /2023	00022/2024	R\$ 1.721.687,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.721.687,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00663 /2023	00028/2024	R\$ 1.120.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.120.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00663 /2023	00039/2024	R\$ 1.484.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.484.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00663 /2023	00052/2024	R\$ 1.042.905,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.042.905,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00667 /2024	00059/2024	R\$ 160.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 160.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00670 /2024	00044/2024	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00670 /2024	00045/2024	R\$ 1.758.006,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.758.006,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00670 /2024	00053/2024	R\$ 1.396.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.396.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
00670 /2024	00064/2024	R\$ 72.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 72.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00676 /2024	00063/2024	R\$ 3.245.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.245.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00679 /2024	00070/2024	R\$ 2.331.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.331.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00679 /2024	00073/2024	R\$ 52.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 52.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00679 /2024	00074/2024	R\$ 2.194.081,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.194.081,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00679 /2024	00083/2024	R\$ 1.915.569,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.915.569,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00679 /2024	00086/2024	R\$ 149.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 149.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00679 /2024	00089/2024	R\$ 39.499,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.499,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00679 /2024	00090/2024	R\$ 521,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 521,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00680 /2024	00085/2024	R\$ 2.074.322,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.074.322,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00683 /2024	00071/2024	R\$ 5.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 32.986.321,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.880.572,71	R\$ 8.137.122,82	R\$ 0,00	R\$ 4.968.626,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$				R\$			R\$		



LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO						
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	
		32.986.321,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	19.880.572,71	R\$ 8.137.122,82		R\$ 0,00	4.968.626,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 2 - RECEITA

Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 49.896.122,82	R\$ 53.971.102,24	108,16%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 2.576.000,00	R\$ 2.750.742,67	106,78%
Receita de Contribuições	R\$ 850.000,00	R\$ 859.800,46	101,15%
Receita Patrimonial	R\$ 2.310.100,00	R\$ 1.067.809,46	46,22%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 346.000,00	R\$ 307.575,99	88,89%
Transferências Correntes	R\$ 43.809.022,82	R\$ 48.914.889,53	111,65%
Outras Receitas Correntes	R\$ 5.000,00	R\$ 70.284,13	1.405,68%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 28.700.000,00	R\$ 11.132.451,88	38,78%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 28.650.000,00	R\$ 11.132.451,88	38,85%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 78.596.122,82	R\$ 65.103.554,12	82,83%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 5.446.899,00	-R\$ 5.986.122,08	109,90%
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 5.313.000,00	-R\$ 5.966.069,68	112,29%
Renúncias de Receita	-R\$ 117.798,00	-R\$ 5.375,12	4,56%
Outras Deduções	-R\$ 16.101,00	-R\$ 14.677,28	91,15%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 73.149.223,82	R\$ 59.117.432,04	80,81%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 73.149.223,82	R\$ 59.117.432,04	80,81%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 44.449.223,82	R\$ 47.984.980,16	107,95%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 2.442.101,00	R\$ 2.730.690,27	111,81%
Receita de Contribuições	R\$ 850.000,00	R\$ 859.800,46	101,15%
Receita Patrimonial	R\$ 2.310.100,00	R\$ 1.067.809,46	46,22%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 346.000,00	R\$ 307.575,99	88,89%
Transferências Correntes	R\$ 38.496.022,82	R\$ 42.948.819,85	111,56%
Outras Receitas Correntes	R\$ 5.000,00	R\$ 70.284,13	1.405,68%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 28.700.000,00	R\$ 11.132.451,88	38,78%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 28.650.000,00	R\$ 11.132.451,88	38,85%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV- SUBTOTAL DA RECEITA	R\$ 73.149.223,82	R\$ 59.117.432,04	80,81%
V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 73.149.223,82	R\$ 59.117.432,04	80,81%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 53.971.102,24
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 20.052,40
(=) Subtotal (III) = (I - II)	R\$ 53.951.049,84
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 0,00
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 0,00
(-) Deduções da Receita para formação do FUNDEB (VI)	R\$ 5.966.069,68
(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)	R\$ 47.984.980,16
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)	R\$ 47.984.980,16
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da	





Receitas	Total R\$
CF) (X)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)	R\$ 47.984.980,16
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (XIII)	R\$ 649.520,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (XIX)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	R\$ 47.335.460,16

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 20.052,40
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 20.052,40

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 2.234.259,00	R\$ 2.454.837,63	91,59%
IPTU	R\$ 88.962,00	R\$ 81.909,66	3,05%
IRRF	R\$ 798.290,00	R\$ 1.136.017,77	42,38%
ISSQN	R\$ 886.007,00	R\$ 870.110,97	32,46%
ITBI	R\$ 461.000,00	R\$ 366.799,23	13,68%
II - Taxas (Principal)	R\$ 112.750,00	R\$ 100.246,41	3,74%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 28.448,00	R\$ 3.611,79	0,13%
V - Dívida Ativa	R\$ 52.052,00	R\$ 97.328,20	3,63%





Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
VI -Multas e Juros de Mora (Dív. Ativa)	R\$ 13.492,00	R\$ 24.183,30	0,90%
TOTAL	R\$ 2.441.001,00	R\$ 2.680.207,33	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).





Anexo: 3 - DESPESA

Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 55.251.636,60	R\$ 46.902.906,73	84,89%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 21.759.179,93	R\$ 19.024.183,85	87,43%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 243.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 33.249.456,67	R\$ 27.878.722,88	83,84%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 22.575.112,65	R\$ 14.229.553,21	63,03%
Investimentos	R\$ 21.846.494,65	R\$ 13.931.211,89	63,76%
Inversões Financeiras	R\$ 135.618,00	R\$ 127.656,25	94,12%
Amortização da Dívida	R\$ 593.000,00	R\$ 170.685,07	28,78%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 78.176.749,25	R\$ 61.132.459,94	78,19%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX - TOTAL DESPESA	R\$ 78.176.749,25	R\$ 61.132.459,94	78,19%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro



Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRÍÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 1.851.447,72	R\$ 2.011.447,72	R\$ 2.011.447,72	R\$ 2.011.447,72	R\$ 2.011.447,72
04	Administração	R\$ 8.452.759,09	R\$ 11.008.718,65	R\$ 8.912.348,17	R\$ 8.818.742,88	R\$ 8.712.693,72
06	Segurança Pública	R\$ 61.236,00	R\$ 376.787,00	R\$ 367.185,31	R\$ 366.965,31	R\$ 366.651,39
08	Assistência Social	R\$ 2.084.000,00	R\$ 2.551.446,00	R\$ 2.018.069,44	R\$ 1.971.352,81	R\$ 1.903.167,94
10	Saúde	R\$ 9.914.040,00	R\$ 15.529.993,56	R\$ 12.994.204,02	R\$ 12.684.607,53	R\$ 12.304.867,49
12	Educação	R\$ 14.090.272,00	R\$ 19.702.826,22	R\$ 15.535.233,61	R\$ 15.313.190,29	R\$ 15.185.542,51
13	Cultura	R\$ 1.555.944,00	R\$ 2.184.699,00	R\$ 2.105.854,54	R\$ 2.097.353,14	R\$ 2.011.448,24
15	Urbanismo	R\$ 8.739.374,00	R\$ 7.846.519,72	R\$ 6.886.760,13	R\$ 6.566.650,76	R\$ 6.273.606,99
16	Habitação	R\$ 101.000,00	R\$ 120.061,00	R\$ 98.840,55	R\$ 98.840,55	R\$ 98.840,55
17	Saneamento	R\$ 5.609.983,00	R\$ 29.983,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	Gestão Ambiental	R\$ 100.506,00	R\$ 114.888,00	R\$ 22.199,28	R\$ 22.199,28	R\$ 22.199,28
20	Agricultura	R\$ 1.241.888,00	R\$ 2.658.805,71	R\$ 1.756.158,42	R\$ 1.466.744,08	R\$ 1.378.569,71
23	Comércio e Serviços	R\$ 16.854,00	R\$ 16.854,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	Energia	R\$ 527.360,00	R\$ 688.360,00	R\$ 537.956,60	R\$ 537.824,74	R\$ 532.498,20
26	Transporte	R\$ 1.740.614,19	R\$ 9.499.110,12	R\$ 5.178.977,30	R\$ 5.153.275,10	R\$ 5.121.774,04
27	Desporto e Lazer	R\$ 7.408.722,00	R\$ 1.844.263,23	R\$ 1.658.409,07	R\$ 1.645.993,77	R\$ 1.544.003,28
28	Encargos Especiais	R\$ 1.225.000,00	R\$ 1.641.986,32	R\$ 1.048.815,78	R\$ 1.048.815,78	R\$ 1.048.815,78
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 65.071.000,00	R\$ 78.176.749,25	R\$ 61.132.459,94	R\$ 59.804.003,74	R\$ 58.516.126,84
Despesa Intraorçamentária por Função						





FUNÇÃO	DESCRIPÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
		R\$ 65.071.000,00	R\$ 78.176.749,25	R\$ 61.132.459,94	R\$ 59.804.003,74	R\$ 58.516.126,84

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRÍÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução /Dotação Atualizada
Execução Orçamentária - Programas de Governo Previsão e Execução					
0019	COOPERACAO PELA SEGURANCA	R\$ 50.000,00	R\$ 122.500,00	R\$ 118.284,50	96,55%
0018	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL	R\$ 5.618,00	R\$ 5.618,00	R\$ 0,00	0,00%
0010	DESENVOLVIMENTO RURAL E ECONOMICO	R\$ 715.158,00	R\$ 2.131.850,82	R\$ 1.279.594,63	60,02%
0003	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	R\$ 13.577.800,00	R\$ 19.062.477,10	R\$ 15.183.518,88	79,65%
0009	ESPAÇO URBANO HUMANIZADO, ESTRUTURA E COM	R\$ 5.812.231,00	R\$ 342.183,00	R\$ 306.131,91	89,46%
0006	ESPORTE E LAZER, MAIS QUALIDADE DE VIDA	R\$ 157.524,00	R\$ 528.854,00	R\$ 453.301,24	85,71%
0001	GESTAO EFICAZ	R\$ 12.138.361,09	R\$ 16.141.144,16	R\$ 13.122.479,41	81,29%
0002	GESTAO ESTRUTURADA E MODERNA	R\$ 1.578.574,00	R\$ 2.165.392,32	R\$ 1.282.124,50	59,21%
0008	INFRAESTRUTURA EM DESENVOLVIMENTO	R\$ 17.809.482,19	R\$ 18.323.627,57	R\$ 12.819.672,75	69,96%
0011	MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO	R\$ 100.506,00	R\$ 114.888,00	R\$ 22.199,28	19,32%
0005	MORADIA CIDADADA	R\$ 101.000,00	R\$ 120.061,00	R\$ 98.840,55	82,32%
0015	PROCESSO LEGISLATIVO EM ACAO	R\$ 1.851.447,72	R\$ 2.011.447,72	R\$ 2.011.447,72	100,00%
0017	PROMOCAO E ACESSO A CULTURA	R\$ 1.418.090,00	R\$ 2.085.205,00	R\$ 2.045.284,86	98,08%
0004	PROTECAO E INCLUSAO SOCIAL PRODUTIVA	R\$ 1.280.000,00	R\$ 1.636.341,00	R\$ 1.293.589,64	79,05%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0007	SAUDE MAIS PERTO DO CIDADAO	R\$ 8.113.972,00	R\$ 12.780.872,56	R\$ 10.847.089,26	84,87%
0012	SEGURANCA PRO ATIVA E INTELIGENTE	R\$ 11.236,00	R\$ 254.287,00	R\$ 248.900,81	97,88%
		R\$ 65.071.000,00	R\$ 78.176.749,25	R\$ 61.132.459,94	





APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

Receita	Valor (R\$)
Receita Arrecadada (líquida das deduções) (I)	R\$ 59.117.432,04
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (II)	R\$ 0,00
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (III)	R\$ 0,00
Total Receita Ajustado (IV) = I - II + III	R\$ 59.117.432,04
Despesa	Valor (R\$)
Total da Despesa Empenhada (V)	R\$ 61.132.459,94
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (VI)	R\$ 0,00
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (VII)	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (VIII)	R\$ 0,00
Total Despesa Ajustado (IX) = V - VI + VII + VIII	R\$ 61.132.459,94
SUBTOTAL ANTES DO AJUSTE PREVISTO NO ITEM 6 DO ANEXO ÚNICO DA RN 43/2013 (X) = IV - IX	-R\$ 2.015.027,90
Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro - Item 6 Anexo único da RN 43/2013 (XI)	R\$ 4.883.526,32
Resultado da Execução Ajustado (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (XII) = Se (X) <0; (X+XI); (X)	R\$ 2.868.498,42

APLIC

Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário

Descrição	Valor (R\$)
(A) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS	R\$ 0,00
(B) RECEITA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 0,00
(C) DESPESA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 0,00
(D) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO RPPS AJUSTADA	R\$ 0,00
(E) RECEITA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 0,00
(F) DESPESA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 0,00
(G) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 0,00
(H) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT	





Descrição	Valor (R\$)
FINANCIERO - RECURSOS NÃO VINCULADOS	R\$ 0,00
(I) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT	R\$ 4.883.526,32
FINANCIERO - RECURSOS VINCULADOS	
(J) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCIERO - EXCETO RPPS (H+I)	R\$ 4.883.526,32
(K) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCIERO - INCLUSIVE RPPS (D+H+I)	R\$ 4.883.526,32
(L) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCIERO A SER CONSIDERADA NO QUADRO RESULTADO DA EXECUÇÃO	R\$ 4.883.526,32

APLIC



**Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro
(Exercício Corrente) - Inclusive RPPS**

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 28.698.593,37	R\$ 30.474.605,37	-R\$ 1.776.012,00	-R\$ 1.822.864,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.776.012,00	R\$ 26.082,73
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 560.117,64	R\$ 324.559,63	R\$ 235.558,01	R\$ 1.233,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 235.558,01	R\$ 4.170,25
		R\$ 29.258.711,01	R\$ 30.799.165,00	-R\$ 1.540.453,99	-R\$ 1.821.630,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.540.453,99	R\$ 30.252,98
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
	Transferências do FUNDEB Impostos e								



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
540	Transferências de Impostos	R\$ 6.229.951,51	R\$ 6.191.730,81	R\$ 38.220,70	-R\$ 93.303,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.220,70	R\$ 3.560,61
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 9.380,57	R\$ 9.380,00	R\$ 0,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,57	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 380.874,71	R\$ 353.188,68	R\$ 27.686,03	R\$ 9.844,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.686,03	R\$ 23.298,05
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 114.330,38	R\$ 102.842,09	R\$ 11.488,29	R\$ 3.288,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.488,29	R\$ 13.822,81
	Outras								



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
569	Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.269,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.257,94
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 142,39	R\$ 0,00	R\$ 142,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 142,39	R\$ 114,77
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos								



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
571	Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.415.383,03	R\$ 3.364.501,66	-R\$ 949.118,63	R\$ 2.133.713,04	R\$ 324.978,24	R\$ 324.978,24	-R\$ 624.140,39	R\$ 765.327,53
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 776.162,49	R\$ 797.283,69	-R\$ 21.121,20	R\$ 800,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 21.121,20	R\$ 800,34
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 12,00	-R\$ 12,00	R\$ 42.674,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 12,00	R\$ 2.799,26
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS								



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > -(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > -(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
600	provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.715.743,04	R\$ 2.733.190,62	-R\$ 17.447,58	R\$ 1.028.942,93	R\$ 876.028,58	R\$ 876.028,58	R\$ 858.581,00	R\$ 394.526,89
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 22.410,72	R\$ 94.080,92	-R\$ 71.670,20	R\$ 170.790,00	R\$ 27.366,08	R\$ 27.366,08	-R\$ 44.304,12	R\$ 90.302,37
	Transferências								



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
602	Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.565,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.565,32
	Transferências provenientes do Governo Federal								



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
604	destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 649.520,00	R\$ 809.501,68	-R\$ 159.981,68	R\$ 33,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 159.981,68	R\$ 672,91
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 832.328,98	R\$ 665.646,10	R\$ 166.682,88	R\$ 150.885,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 166.682,88	R\$ 1.141,16



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 1.172.641,38	R\$ 1.071.726,80	R\$ 100.914,58	R\$ 360.931,64	R\$ 181.675,45	R\$ 181.675,45	R\$ 100.914,58	R\$ 515.169,22
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 151.678,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 778,02
	Transferência de Recursos do Fundo Nacional								



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > -(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > -(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
660	de Assistência Social - FNAS	R\$ 275.585,36	R\$ 336.380,08	-R\$ 60.794,72	R\$ 142.175,30	R\$ 5.918,99	R\$ 5.918,99	-R\$ 54.875,73	R\$ 92.886,62
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 5.085,90	R\$ 59.876,00	-R\$ 54.790,10	R\$ 116.356,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 54.790,10	R\$ 62.435,32
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 508.384,35	R\$ 710.891,27	-R\$ 202.506,92	R\$ 1.104.914,49	R\$ 541.153,44	R\$ 541.153,44	R\$ 338.646,52	R\$ 611.888,09
	Outras Transferências de Convênios ou								



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
701	Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 10.250.660,24	R\$ 10.426.626,68	-R\$ 175.966,44	R\$ 2.845.802,88	R\$ 2.798.255,26	R\$ 2.798.255,26	R\$ 2.622.288,82	R\$ 1.858.185,21
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 340.548,98	R\$ 0,00	R\$ 340.548,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 340.548,98	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 0,00	R\$ 128.150,28	-R\$ 128.150,28	R\$ 132.290,96	R\$ 128.150,28	R\$ 128.150,28	R\$ 0,00	R\$ 0,27
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.871,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 295.109,08	R\$ 0,00	R\$ 295.109,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 295.109,08	R\$ 477,29
711	Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 365.118,12	R\$ 500,00	R\$ 364.618,12	-R\$ 60.660,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 364.618,12	R\$ 339,15
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 117.503,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.003,96



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05	R\$ 73.446,05
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 35.614,84	R\$ 0,00	R\$ 35.614,84	R\$ 2.957,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.614,84	R\$ 2.023,35
	Recursos da Contribuição para o Custeio do								



Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) >=(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
751	Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 869.605,88	R\$ 767.045,85	R\$ 102.560,03	R\$ 67.120,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 102.560,03	R\$ 53.975,51
755	Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,01
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.520.693,03	R\$ 1.710.739,73	-R\$ 190.046,70	R\$ 224.519,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 190.046,70	R\$ 159.904,09
		R\$ 29.858.721,03	R\$ 30.333.294,94	-R\$ 474.573,91	R\$ 8.710.964,11	R\$ 4.883.526,32	R\$ 4.883.526,32	R\$ 4.227.276,96	R\$ 4.838.702,12
Recursos utilizados na UG RPPS									
>>>>	>>>>	R\$ 59.117.432,04	R\$ 61.132.459,94	-R\$ 2.015.027,90	R\$ 6.889.333,16	R\$ 4.883.526,32	R\$ 4.883.526,32	R\$ 2.686.822,97	R\$ 4.868.955,10

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: quintasecex@tce.mt.gov.br





Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR

Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2019	R\$ 5.835,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.835,64	R\$ 0,00
2020	R\$ 176.501,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 176.501,71	R\$ 0,00
2021	R\$ 1.955,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.955,03	R\$ 0,00
2022	R\$ 14.328,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.328,89	R\$ 0,00
2023	R\$ 2.468.735,41	R\$ 0,00	-R\$ 1.923,68	R\$ 1.964.989,80	R\$ 501.821,93	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.328.456,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.328.456,20
	R\$ 2.667.356,68	R\$ 1.328.456,20	-R\$ 1.923,68	R\$ 1.964.989,80	R\$ 700.443,20	R\$ 1.328.456,20
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2013	R\$ 17,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17,19
2017	R\$ 56.892,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.892,37
2018	R\$ 125.483,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 125.483,30
2019	R\$ 104.429,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 104.429,84
2020	R\$ 514.035,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.452,50	R\$ 0,00	R\$ 510.583,27
2021	R\$ 66.275,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.275,02
2022	R\$ 131.480,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 615,83	R\$ 0,00	R\$ 130.864,87
2023	R\$ 1.825.801,75	R\$ 0,00	R\$ 1.923,68	R\$ 1.525.457,65	R\$ 0,00	R\$ 302.267,78
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.287.876,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.287.876,90
	R\$ 2.824.415,94	R\$ 1.287.876,90	R\$ 1.923,68	R\$ 1.529.525,98	R\$ 0,00	R\$ 2.584.690,54
TOTAL	R\$ 5.491.772,62	R\$ 2.616.333,10	R\$ 0,00	R\$ 3.494.515,78	R\$ 700.443,20	R\$ 3.913.146,74

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente



**Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo -
Exceto RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 2.992.256,24	R\$ 889.714,13	R\$ 686.088,81	R\$ 0,00	R\$ 415.462,20	R\$ 0,00	R\$ 1.000.991,10	R\$ 1.262.673,37	-R\$ 261.682,27
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 92.292,30	R\$ 0,30	R\$ 29.934,11	R\$ 0,00	R\$ 932,14	R\$ 0,00	R\$ 61.425,75	R\$ 57.255,50	R\$ 4.170,25
	R\$ 3.084.548,54	R\$ 889.714,43	R\$ 716.022,92	R\$ 0,00	R\$ 416.394,34	R\$ 0,00	R\$ 1.062.416,85	R\$ 1.319.928,87	-R\$ 257.512,02
RECURSOS VINCULADOS									
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 263.330,43	R\$ 47.713,90	R\$ 134,14	R\$ 0,00	R\$ 252.570,29	R\$ 0,00	-R\$ 37.087,90	R\$ 0,00	-R\$ 37.087,90
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 70.488,06	R\$ 0,00	R\$ 47.190,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.298,05	R\$ 0,00	R\$ 23.298,05



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 14.645,34	R\$ 0,00	R\$ 380,00	R\$ 0,00	R\$ 6,76	R\$ 0,00	R\$ 14.258,58	R\$ 435,77	R\$ 13.822,81
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 1.647,15	R\$ 8.926,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 99,10	R\$ 0,00	-R\$ 7.378,40	R\$ 0,00	-R\$ 7.378,40
570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 114,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 114,77	R\$ 0,00	R\$ 114,77
571 - Transferências do Estado referentes									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 792.801,54	R\$ 2.436,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.037,96	R\$ 0,00	R\$ 765.327,53	R\$ 0,00	R\$ 765.327,53
575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 800,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 800,34	R\$ 0,00	R\$ 800,34
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 36.551,28	R\$ 33.752,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.799,26	R\$ 0,00	R\$ 2.799,26
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 783.767,44	R\$ 102.362,41	R\$ 210.556,22	R\$ 0,00	R\$ 154.272,91	R\$ 0,00	R\$ 316.575,90	R\$ 1.320,00	R\$ 315.255,90
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 117.946,50	R\$ 27.004,13	R\$ 640,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.302,37	R\$ 0,00	R\$ 90.302,37
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
- Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 53.905,43	R\$ 10.119,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.220,92	R\$ 0,00	R\$ 41.565,32	R\$ 0,00	R\$ 41.565,32
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 64.873,04	R\$ 11.531,64	R\$ 11.119,68	R\$ 0,00	R\$ 41.548,81	R\$ 0,00	R\$ 672,91	R\$ 0,00	R\$ 672,91
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
para profissionais da enfermagem	R\$ 42.108,03	R\$ 2.302,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.664,03	R\$ 0,00	R\$ 1.141,16	R\$ 0,00	R\$ 1.141,16
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 549.081,32	R\$ 175,50	R\$ 23.382,17	R\$ 0,00	R\$ 9.934,43	R\$ 0,00	R\$ 515.589,22	R\$ 420,00	R\$ 515.169,22
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 778,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 778,02	R\$ 0,00	R\$ 778,02
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 109.449,35	R\$ 12.675,68	R\$ 18.123,38	R\$ 0,00	R\$ 5.991,89	R\$ 0,00	R\$ 72.658,40	R\$ 5.851,56	R\$ 66.806,84



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 79.079,83	R\$ 2.708,00	R\$ 16.878,96	R\$ 0,00	R\$ 6.504,08	R\$ 0,00	R\$ 52.988,79	R\$ 0,00	R\$ 52.988,79
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 669.299,81	R\$ 13.171,87	R\$ 39.764,44	R\$ 0,00	R\$ 7.538,11	R\$ 0,00	R\$ 608.825,39	R\$ 0,00	R\$ 608.825,39
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.963.909,48	R\$ 354,70	R\$ 101.904,30	R\$ 0,00	R\$ 3.465,27	R\$ 0,00	R\$ 1.858.185,21	R\$ 0,00	R\$ 1.858.185,21
706 - Transferência Especial da União	R\$ 0,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,27	R\$ 0,00	R\$ 0,27
707 - Transferências da									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 477,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 477,29	R\$ 0,00	R\$ 477,29
711 - Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 176.827,25	R\$ 60.959,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 115.028,39	R\$ 0,00	R\$ 839,15	R\$ 500,00	R\$ 339,15
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 56.003,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.003,96	R\$ 0,00	R\$ 56.003,96
719 -									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 2.119,35	R\$ 96,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.023,35	R\$ 0,00	R\$ 2.023,35
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 59.309,14	R\$ 0,00	R\$ 5.326,54	R\$ 0,00	R\$ 7,09	R\$ 0,00	R\$ 53.975,51	R\$ 0,00	R\$ 53.975,51
755 - Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,01
759 - Recursos									



Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Vinculados a Fundos	R\$ 316.102,33	R\$ 70.808,12	R\$ 96.454,14	R\$ 0,00	R\$ 9.572,32	R\$ 0,00	R\$ 139.267,75	R\$ 0,00	R\$ 139.267,75
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 9.383.412,35	R\$ 1.296.813,64	R\$ 1.287.876,90	R\$ 0,00	R\$ 1.088.856,70	R\$ 0,00	R\$ 5.709.865,11	R\$ 1.328.456,20	R\$ 4.381.408,91

APLIC> UG: Prefeitura> CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).



Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC> UG: RPPS > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.



**Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo
(Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > UG: Câmara > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Quadro: 6.1 - Dívida Ativa

Tipo de Dívida Ativa	A receber (R\$) (a)	Recebida (R\$) (b)	Baixada (R\$) (c)	Saldo Final (R\$) (d) = a -b -c
Dívida Ativa Tributária	R\$ 9.076.359,39	R\$ 121.511,50	R\$ 18.212,34	R\$ 8.936.635,55
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 1.632.297,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.632.297,56
TOTAL	R\$ 10.708.656,95	R\$ 121.511,50	R\$ 18.212	R\$ 10.568.933,11

APLIC

Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRÍÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 9.841.586,22	R\$ 0,00	R\$ 9.841.586,22
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 4.972.631,12	R\$ 0,00	R\$ 4.972.631,12
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 4.868.955,10	R\$ 0,00	R\$ 4.868.955,10

Relatório Contas de Governo > Anexo: Dívida > Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS



Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 3.291.016,37	R\$ 3.264.933,64	R\$ 26.082,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 92.292,30	R\$ 88.122,05	R\$ 4.170,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 303.978,94	R\$ 300.418,33	R\$ 3.560,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 70.488,06	R\$ 47.190,01	R\$ 23.298,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 14.645,34	R\$ 822,53	R\$ 13.822,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 22.283,49	R\$ 9.025,55	R\$ 13.257,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 114,77	R\$ 0,00	R\$ 114,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571 - Transferências do						



Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 792.801,54	R\$ 27.474,01	R\$ 765.327,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 800,34	R\$ 0,00	R\$ 800,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 36.551,28	R\$ 33.752,02	R\$ 2.799,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 822.670,98	R\$ 428.144,09	R\$ 394.526,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 117.946,50	R\$ 27.644,13	R\$ 90.302,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
602 - Transferências						



Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 53.905,43	R\$ 12.340,11	R\$ 41.565,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 64.873,04	R\$ 64.200,13	R\$ 672,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 42.108,03	R\$ 40.966,87	R\$ 1.141,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de						



Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 549.081,32	R\$ 33.912,10	R\$ 515.169,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 778,02	R\$ 0,00	R\$ 778,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 135.529,13	R\$ 42.642,51	R\$ 92.886,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 88.526,36	R\$ 26.091,04	R\$ 62.435,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 672.362,51	R\$ 60.474,42	R\$ 611.888,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.963.909,48	R\$ 105.724,27	R\$ 1.858.185,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706 - Transferência Especial da União	R\$ 0,27	R\$ 0,00	R\$ 0,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
707 - Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 477,29	R\$ 0,00	R\$ 477,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711 - Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 176.827,25	R\$ 176.488,10	R\$ 339,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 56.003,96	R\$ 0,00	R\$ 56.003,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 2.119,35	R\$ 96,00	R\$ 2.023,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751 - Recursos da Contribuição para o						



Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 59.309,14	R\$ 5.333,63	R\$ 53.975,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 336.738,67	R\$ 176.834,58	R\$ 159.904,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 9.841.586,22	R\$ 4.972.631,12	R\$ 4.868.955,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 9.841.586,22	R\$ 4.972.631,12	R\$ 4.868.955,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes - Acumulado até o mês de dezembro.



Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes





**Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")
Exceto RPPS**

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 2.356.078,79
1. Dívida Mobiliária	R\$ 0,00
2. Dívida Contratual	R\$ 2.317.073,78
2.1. Empréstimos	R\$ 0,00
2.1.1. Internos	R\$ 0,00
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 0,00
2.3.1. Internos	R\$ 0,00
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 2.317.073,78
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 202.937,74
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 2.114.136,04
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
3. Precatórios Postiores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	R\$ 39.005,01
4. Outras Dívidas	R\$ 0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 5.726.219,43
5. Disponibilidade de Caixa	R\$ 5.726.219,43
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 9.383.412,35
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 2.584.690,54
5.3. (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.072.502,38
6. Demais Haveres Financeiros	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)	-R\$ 3.370.140,64
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 47.984.980,16
% da DC sobre a RCL Ajustada	4,91%
% da DCL sobre a RCL Ajustada	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 57.581.976,19
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 979.590,16
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 1.328.456,20
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00





Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição)

Quadro: 6.6 - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRÍÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 170.685,07
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 170.685,07
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 47.984.980,16
% do Dispêndios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada <11,5% RCL>	0,35%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária

Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 0,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento	R\$ 0,00
Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
TOTAL (II)	R\$ 0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 47.984.980,16
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 0,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI) =V / III x 100	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 7.677.596,82





OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90% x16% RCL>	R\$ 6.909.837,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 28.790.988,09

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Pública Contratada

Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	RPNP LIQUIDADOS E NÃO PAGOS	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
2019	R\$ 5.835,64	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 5.835,64	R\$ 0,00
2020	R\$ 176.501,71	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 176.501,71	R\$ 0,00
2021	R\$ 1.955,03	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 1.955,03	R\$ 0,00
2022	R\$ 14.328,89	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 14.328,89	R\$ 0,00
2023	R\$ 2.468.735,41	R\$ 0,00	-R\$ 1.923	R\$ 2.466.811,73	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.328.456,20	R\$ 0	R\$ 0,00	R\$ 1.328.456,20
	R\$ 2.667.356,68	R\$ 1.328.456,20	-R\$ 1.923	R\$ 2.665.433,00	R\$ 1.328.456,20
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
2013	R\$ 17,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17,19
2017	R\$ 56.892,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.892,37
2018	R\$ 125.483,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 125.483,30
2019	R\$ 104.429,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 104.429,84
2020	R\$ 514.035,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.452,50	R\$ 510.583,27
2021	R\$ 66.275,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.275,02
2022	R\$ 131.480,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 615,83	R\$ 130.864,87
2023	R\$ 1.825.801,75	R\$ 0,00	R\$ 1.923,68	R\$ 1.525.457,65	R\$ 302.267,78
2024	R\$ 0,00	R\$ 1.287.876,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.287.876,90
	R\$ 2.824.415,94	R\$ 1.287.876,90	R\$ 1.923,68	R\$ 1.529.525,98	R\$ 2.584.690,54
TOTAL	R\$ 5.491.772,62	R\$ 2.616.333,10	R\$ 0,00	R\$ 4.194.958	R\$ 3.913.146,74

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO





TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES / ARO				
21881010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 0,00	R\$ 79.176,03	R\$ 79.176,03	R\$ 0,00
21881010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 0,00	R\$ 348.272,33	R\$ 321.064,52	R\$ 27.207,81
21881011000 - PENSAO ALIMENTICIA (F)	R\$ 1.146,07	R\$ 35.680,92	R\$ 33.198,19	R\$ 3.628,80
21881011300 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)	R\$ 12.939,30	R\$ 2.858,10	R\$ 2.667,22	R\$ 13.130,18
21881011500 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	R\$ 130.207,75	R\$ 1.349.412,21	R\$ 1.375.233,81	R\$ 104.386,15
21881019900 - OUTROS CONSIGNATARIOS (F)	R\$ 262.475,25	R\$ 240.607,69	R\$ 229.187,36	R\$ 273.895,58
21881020000 - GARANTIAS (F)	R\$ 10.995,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.995,13
21881030100 - DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL (F)	R\$ 1.412,77	R\$ 5.506,80	R\$ 5.506,80	R\$ 1.412,77
21881049900 - OUTROS DEPOSITOS (F)	R\$ 250,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250,18
21882010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)	R\$ 0,00	R\$ 25.764,32	R\$ 25.764,32	R\$ 0,00
21882010600 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS - INTRA OFSS (F)	R\$ 14.709,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.709,62
21882010800 - ISS (F)	R\$ 1.388,34	R\$ 696.042,51	R\$ 695.786,15	R\$ 1.644,70
21883010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 567.615,09	R\$ 1.799.711,36	R\$ 1.784.945,88	R\$ 582.380,57
21883010400 -				





TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 51.369,99	R\$ 875.993,91	R\$ 872.148,69	R\$ 55.215,21
	R\$ 1.054.509,49	R\$ 5.459.026,18	R\$ 5.424.678,97	R\$ 1.088.856,70

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO

Título	Saldo Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 2.667.356,68	R\$ 1.328.456,20
Restos a Pagar Processados	R\$ 2.824.415,94	R\$ 2.584.690,54
Depósitos/Consignações/ARO	R\$ 1.054.509,49	R\$ 1.088.856,70
TOTAL	R\$ 6.546.282,11	R\$ 5.002.003,44

APLIC





Anexo: 7 - EDUCAÇÃO

Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

Descrição	Valor (R\$)
Receita de Impostos (I)	R\$ 2.573.387,82
1.1 IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 198.078,50
1.2 ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 367.096,03
1.3 ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 872.175,20
1.4 IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 1.136.038,09
1.5 ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)	R\$ 31.722.375,34
2.1 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 16.846.732,08
2.2 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "d" e "e", da CF/88)	R\$ 1.562.160,10
2.3 Cota-Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 11.902.234,47
2.4 Cota-Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 164.416,81
2.5 Cota-Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 657.084,10
2.6 Cota-Parte IPVA da CF/88)	R\$ 589.747,78
2.7 Cota-Parte IOF s/ Ouro - Imposto Parte IPVA (Art. 158, III, sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 0,00
2.8 Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 0,00
Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)	R\$ 34.295.763,16
Total destinado ao Fundeb (IV)	R\$ 5.966.069,68
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 8.573.940,79

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB

Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
1. Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 6.229.951,51
1.1 Principal (1.7.5.1.50.0). Fonte 1.540	R\$ 6.211.082,80
1.2 Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.540	R\$ 18.868,71
1.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.540	R\$ 0,00
2. Fundeb - Complementação da União - VAAF	R\$ 0,00
2.1 Principal (1.7.1.5.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00





Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
3. Fundeb - Complementação da União - VAAT	R\$ 0,00
3.1 Principal (1.7.1.5.50.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
4. Fundeb - Complementação da União - VAAR	R\$ 9.380,57
4.1 Principal (1.7.1.5.52.0). Fonte 1.543	R\$ 9.380,57
4.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.3 Fundeb - Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
5. Total Receita Recebida do Fundeb (1+2+3+4)	R\$ 6.239.332,08
6. Resultado Líquido das Transferências (Receita Recebida FUNDEB (1.540) - Dedução para o FUNDEB)	R\$ 245.013,12
Recursos Recebidos em Exercícios Anteriores e Não Utilizados (Superávit)	
7. Total do recurso do superávit	-R\$ 93.304,14
8. Total dos recursos do Fundeb disponíveis para utilização (5+7)	R\$ 6.146.027,94

Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS

Descrição	Valor (R\$)
Receita Recebida do FUNDEB - Principal (A)	R\$ 6.211.082,80
Total destinado ao FUNDEB (B)	R\$ 5.966.069,68
Resultado Líquido das Transferências (C)= A-B	R\$ 245.013,12





Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$
Despesas com recursos do FUNDEB	R\$ 6.201.110,81	R\$ 6.201.110,81	R\$ 6.200.976,67	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Sem disponibilidade de Caixa) (e) R\$	Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (f) R\$
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 6.191.730,81	R\$ 6.191.730,81	R\$ 6.191.596,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União (Fontes 541, 542 e 543)	R\$ 9.380,00	R\$ 9.380,00	R\$ 9.380,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 6.201.110,81	R\$ 6.201.110,81	R\$ 6.200.976,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB

Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, XI. Fontes 1.540, 1.541 e 1.542 Função 12. Natureza de despesa 1. CAEO: 1070 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13, 3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 70%)	R\$ 5.938.520,65	R\$ 0,00	R\$ 5.938.520,65	R\$ 6.229.951,51	95,32%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, XI). Fonte 1.542. Função 12. Categoria Econômica 4 Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 15%)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.542. Subfunção 365. Categoria econômica 3 e 4 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	REGULAR	





Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo de 50%)					0,00%	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA

Descrição	Valor (R\$)
Total Receita Recebida do FUNDEB (A)	R\$ 6.239.332,08
Receita FUNDEB - Complementação União - VAAR - 1.543 (B)	R\$ 9.380,57
Receita Base para verificação do cumprimento do limite de 70% (C)= A-B	R\$ 6.229.951,51

Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 6.239.332,08
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 6.201.110,81
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C)	R\$ 0,00
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)= (SE B-A,=0;0;B-A)	R\$ 0,00
Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%	R\$ 623.933,20
Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)	R\$ 38.221,27
Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D<=0;0;C-D))	R\$ 38.221,27
Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-E<=0; 0; G-E))	R\$ 0,00
% Não Aplicado (I)=G/A	0,61%

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB





Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO

Descrição	Valor (R\$)
Valor Empenhado FUNDEB - Fonte 1.540 (A)	R\$ 6.191.730,81
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.540 (B)	R\$ 6.229.951,51
FUNDEB - 1.540 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (C)= SE A-B>0	R\$ 0,00
Valor Empenhado FUNDEB - Complementação União - Fontes 1.541, 1.542, 1.543 (D)	R\$ 9.380,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.541 (E)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.542 (F)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.543 (G)	R\$ 9.380,57
Total Receita FUNDEB Complementação União (1.541, 1542 e 1.543) (H)	R\$ 9.380,57
FUNDEB - 1.541, 1.542 E 1.543 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (I)= SE D-H>0	R\$ 0,00

Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB

Descrição	valor (R\$)
Valor máximo de superávit permitido no exercício anterior (A)	R\$ 557.408,76
Valor não aplicado no exercício anterior (B)	R\$ 0,00
Valor de superávit aplicado até o primeiro quadrimestre (C)	R\$ 0,00
Valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (D)	R\$ 0,00
APLIC	



Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 2.992.256,24	R\$ 889.714,13	R\$ 686.088,81	R\$ 0,00	R\$ 415.462,20	R\$ 0,00	R\$ 1.000.991,10	R\$ 221.607,55	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 263.330,43	R\$ 47.713,90	R\$ 134,14	R\$ 0,00	R\$ 252.570,29	R\$ 0,00	-R\$ 37.087,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAF (Fonte 541)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAT (Fonte 542)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B -C -D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
FUNDEB - Complementação da União VAAR (Fonte 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTALIZAÇÃO									
TOTAL (Fontes 540 + 541 +542)	R\$ 263.330,43	R\$ 47.713,90	R\$ 134,14	R\$ 0,00	R\$ 252.570,29	R\$ 0,00	-R\$ 37.087,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL - FUNDEB COMPL UNIÃO (FONTES 541 + 542 + 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC



Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Processados - De Exercícios Anteriores (B)	RP Não Processados de Exercícios Anteriores (C)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (D)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes de cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados (E) = A - B - C - D	Cancelamento, no exercício, de RPNP de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (F)	Cancelamento, no exercício, de RPNP de Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (G) (G) =SE (E<=0, 0, SE(E<F, F-E, F))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 887.512,25	R\$ 1.637.840,00	R\$ 1.154.320,72	R\$ 407.002,29	-R\$ 2.311.650,76	R\$ 103.470,33	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 233.571,05	R\$ 90.173,64	R\$ 0,30	R\$ 277.349,76	-R\$ 133.952,65	R\$ 0,30	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.121.083,30	R\$ 1.728.013,64	R\$ 1.154.321,02	R\$ 684.352,05	-R\$ 2.445.603,41	R\$ 103.470,63	R\$ 0,00

APLIC





Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$
Despesas com MDE custeadas com receita de impostos-Exceto FUNDEB (A)	R\$ 4.227.999,98
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 485.667,46
Despesas considerada como Aplicação em MDE (D)=A+B-C	R\$ 3.742.332,52
Apuração do Limite Constitucional com Ações Típicas de MDE	Valor(R\$)
Total das receitas transferidas ao FUNDEB (E)	R\$ 5.966.069,68
(-) Receitas do FUNDEB não utilizadas no exercício, em valor superior a 10% (F)	R\$ 0,00
(-) Superávit permitido no exercício imediatamente anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (G)	R\$ 0,00
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (H)	R\$ 0,00
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (I)	R\$ 0,00
(-) Total das despesas para fins de limite (J)=D+E-F-G-H-I	R\$ 9.708.402,20
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (K)	R\$ 34.295.763,16
Percentual aplicado na MDE (L) = (J/K) %	28,30%
Percentual mínimo de aplicação em MDE (M)	25%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (N) = (L-M)	3,30%
Situação (O)	REGULAR
APLIC	

Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 485.667,46

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos: Apêndice A, p. 6/29

Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções





Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





Anexo: 8 - SAÚDE

Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 2.573.387,82
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 198.078,50
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 367.096,03
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 872.175,20
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 1.136.038,09
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Transferências (II)	R\$ 30.160.215,24
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 16.846.732,08
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 657.084,10
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 589.747,78
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 11.902.234,47
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 164.416,81
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 0,00
Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)	R\$ 32.733.603,06
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 4.910.040,45

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde



Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (b)	Inscritos em RPP - Do Exercício (c)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (e)	Insuficiência Financeira no Consórcio (f)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (g) = a - b - c - d - e - f	Inscritos em RPNP - Do Exercício (h)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (i)=SE (G<=0, H, Se (G>=H,0,H-G)
500 e 502 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 2.992.256,24	R\$ 889.714,13	R\$ 686.088,81	R\$ 0,00	R\$ 415.462,20	R\$ 0,00	R\$ 1.000.991,10	R\$ 307.856,49	R\$ 0,00

APLIC





Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Descrições	Valor (R\$)
Despesa Corrente (IV)	R\$ 7.468.187,20
Despesa de Capital (V)	R\$ 61.157,70
Total das Despesa com ASPS (VI) = IV+V	R\$ 7.529.344,90
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (VII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (VIII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (IX)	R\$ 0,00
(+) Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fontes/ destinação de Recursos 500 e 502 (X)	R\$ 0,00
(-) Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (XI)	R\$ 17.362,67
(=) Valor Aplicado em ASPS (XII) = VI-VII-VIII-IX+X-XI	R\$ 7.511.982,23
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (XIII)	R\$ 32.733.603,06
Percentual aplicado nas ASPS (XIV) = XII/XIII	22,94%
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (XV)	15%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (XVI)=XIV-XV	7,94%
SITUAÇÃO (XVII)	REGULAR

APLIC





Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 17.362,67

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos: Apêndice A, p. 30/31





**Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS.
Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502**

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos





Anexo: 9 - PESSOAL

Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R\$ 19.024.987,21	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 19.024.183,85	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 803,36	R\$ 0,00
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6)	R\$ 1.420.706,88	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 12.123,71	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 809.501,68	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 599.081,49	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 17.604.280,33	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)	R\$ 17.604.280,33	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)





DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 18.074.845,85	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 18.074.042,49	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 803,36	R\$ 0,00
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 1.420.706,88	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 12.123,71	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 809.501,68	R\$ 0,00
2.6 -Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 599.081,49	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 16.654.138,97	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)	R\$ 16.654.138,97	

Relatório de Contas Anuais de Governo -Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado

Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRÍÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP (I)	R\$ 17.604.280,33	R\$ 16.654.138,97	R\$ 950.141,36
RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)	R\$ 47.335.460,16		
% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100	37,19%	35,18%	2,00%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da			





DESCRÍÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.



Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 19.024.987,21	R\$ 0,00	R\$ 18.074.845,85	R\$ 0,00	R\$ 950.141,36	R\$ 0,00
1. Pessoal Ativo	R\$ 19.024.183,85	R\$ 0,00	R\$ 18.074.042,49	R\$ 0,00	R\$ 950.141,36	R\$ 0,00
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 17.442.079,74	R\$ 0,00	R\$ 16.538.415,48	R\$ 0,00	R\$ 903.664,26	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 1.582.104,11	R\$ 0,00	R\$ 1.535.627,01	R\$ 0,00	R\$ 46.477,10	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):	R\$ 803,36	R\$ 0,00	R\$ 803,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	R\$ 1.420.706,88	R\$ 0,00	R\$ 1.420.706,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.1 Indenizações por Demissão e						



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 12.123,71	R\$ 0,00	R\$ 12.123,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.5 Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198 §11, CF/88)	R\$ 809.501,68	R\$ 0,00	R\$ 809.501,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.6 Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 599.081,49	R\$ 0,00	R\$ 599.081,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.7 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 17.604.280,33	R\$ 0,00	R\$ 16.654.138,97	R\$ 0,00	R\$ 950.141,36	R\$ 0,00
DTP	R\$ 17.604.280,33		R\$ 16.654.138,97		R\$ 950.141,36	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Despesa com Pessoal (Preliminar)





Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA

Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 3.550.301,17
Impostos	R\$ 3.437.709,61
IPTU	R\$ 189.204,17
IRRF	R\$ 922.275,36
ITBI	R\$ 1.355.614,73
ISSQN	R\$ 970.615,35
TAXAS	R\$ 112.591,56
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Transferências da União	R\$ 17.173.159,47
FPM	R\$ 16.480.657,90
Transf. ITR	R\$ 691.951,92
IOF s/ ouro	R\$ 549,65
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 9.108.292,58
ICMS	R\$ 8.314.237,12
IPVA	R\$ 575.341,60
IPI (Exportação)	R\$ 213.417,89
CIDE	R\$ 5.295,97
TOTAL GERAL	R\$ 29.831.753,22
População do Município	7.717
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 2.088.222,72
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 2.011.447,72
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 2.011.447,72

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 2.011.694,13	R\$ 29.831.753,22	6,74%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 2.011.447,72	R\$ 29.831.753,22	6,74%	7,00%	





DESCRÍÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 950.141,36	R\$ 2.011.694,13	47,23%	70%	
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 950.141,36	R\$ 47.335.460,16	2,00%	6%	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Lançamento Contábil > Razão Contábil > (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura - Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo - Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)

Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)

DESCRÍÇÃO	Valor Liquidado - R\$ (A)	Valor Inscrito em Restos a Pagar não Processados (B)
1. Pessoal Ativo. Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	R\$ 903.664,26	R\$ 0,00
2. Obrigações Patronais	R\$ 46.477,10	R\$ 0,00
3. Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4. Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Outras despesas lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 950.141,36	R\$ 0,00
Total Despesa com Folha de Pagamento	R\$ 950.141,36	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesas Orçamentária

Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos

DESCRÍÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR INSCRITOS EM RPNC
Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Gastos Inativos	R\$ 0,00	

APLIC > Informes Mensais > LRF > Despesa com Pessoal (Preliminar)

Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
Despesas Câmara	R\$ 2.011.447,72
Gastos com Inativos	R\$ 0,00
Gasto Poder Legislativo - Art. 29-A CF	R\$ 2.011.447,72







Anexo: 11 - METAS FISCAIS

Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)

Receitas Primárias	Valor R\$
Receitas Primária Correntes (I)	R\$ 46.917.170,70
Receita Primária de Capital (II)	R\$ 11.132.451,88
Receita Primária Total (III) = I + II	R\$ 58.049.622,58

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais

Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)

Despesas Primárias	Despesa Paga R\$ (a)	Restos a Pagar Pagos R\$ (b)
Despesas Primária Correntes (IV)	R\$ 44.658.195,19	R\$ 1.957.603
Despesa Primária de Capital (V)	R\$ 13.687.246,58	R\$ 1.536.911,84
Despesa Primária Total (VI) = IVa+IVb+Va+Vb	R\$ 61.839.957,55	
Receita Primária (VII)	R\$ 58.049.622,58	
Resultado Primário (Acima da Linha) (VIII) = VII-VI	-R\$ 3.790.334,97	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (IX)	-R\$ 4.900.000,00	
Juros Nominais	Valor (R\$)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (X)	R\$ 96.455,75	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XI)	R\$ 0,00	
Resultado Nominal (Sem RPPS) Acima da Linha (XII) = VIII + (X-XI)	-R\$ 3.693.879,22	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (XIII)	-R\$ 2.835.000,00	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais





Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquida (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 33.031.532,25	R\$ 25.570.953,14	R\$ 371.471,59	78,53%
2022	R\$ 40.072.543,80	R\$ 34.980.510,53	R\$ 1.024.061,04	89,84%
2023	R\$ 43.891.847,91	R\$ 39.555.489,22	R\$ 1.082.140,92	92,58%
2024	R\$ 47.984.980,16	R\$ 45.613.617,22	R\$ 1.289.289,51	97,74%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.



Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO

Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12 /2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 2.992.256,24	R\$ 889.714,13	R\$ 415.462,20	R\$ 0,00	R\$ 686.088,81	R\$ 1.000.991,10	R\$ 1.262.673,37	-R\$ 261.682,27
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 92.292,30	R\$ 0,30	R\$ 932,14	R\$ 0,00	R\$ 29.934,11	R\$ 61.425,75	R\$ 57.255,50	R\$ 4.170,25
		R\$ 3.084.548,54	R\$ 889.714,43	R\$ 416.394,34	R\$ 0,00	R\$ 716.022,92	R\$ 1.062.416,85	R\$ 1.319.928,87	-R\$ 257.512,02
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 263.330,43	R\$ 47.713,90	R\$ 252.570,29	R\$ 0,00	R\$ 134,14	-R\$ 37.087,90	R\$ 0,00	-R\$ 37.087,90
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 70.488,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.190,01	R\$ 23.298,05	R\$ 0,00	R\$ 23.298,05



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 14.645,34	R\$ 0,00	R\$ 6,76	R\$ 0,00	R\$ 380,00	R\$ 14.258,58	R\$ 435,77	R\$ 13.822,81
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 1.647,15	R\$ 8.926,45	R\$ 99,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 7.378,40	R\$ 0,00	-R\$ 7.378,40
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 114,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 114,77	R\$ 0,00	R\$ 114,77
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g
571	vinculados à Educação	R\$ 792.801,54	R\$ 2.436,05	R\$ 25.037,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 765.327,53	R\$ 0,00	R\$ 765.327,53
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 800,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 800,34	R\$ 0,00	R\$ 800,34
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 36.551,28	R\$ 33.752,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.799,26	R\$ 0,00	R\$ 2.799,26
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 783.767,44	R\$ 102.362,41	R\$ 154.272,91	R\$ 0,00	R\$ 210.556,22	R\$ 316.575,90	R\$ 1.320,00	R\$ 315.255,90
	Transferências Fundo a Fundo de								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g
601	Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 117.946,50	R\$ 27.004,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 640,00	R\$ 90.302,37	R\$ 0,00	R\$ 90.302,37
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 53.905,43	R\$ 10.119,19	R\$ 2.220,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.565,32	R\$ 0,00	R\$ 41.565,32
	Transferências provenientes do								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g
604	Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 64.873,04	R\$ 11.531,64	R\$ 41.548,81	R\$ 0,00	R\$ 11.119,68	R\$ 672,91	R\$ 0,00	R\$ 672,91
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 42.108,03	R\$ 2.302,84	R\$ 38.664,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.141,16	R\$ 0,00	R\$ 1.141,16
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 549.081,32	R\$ 175,50	R\$ 9.934,43	R\$ 0,00	R\$ 23.382,17	R\$ 515.589,22	R\$ 420,00	R\$ 515.169,22
	Transferências do								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g
631	Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 778,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 778,02	R\$ 0,00	R\$ 778,02
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 109.449,35	R\$ 12.675,68	R\$ 5.991,89	R\$ 0,00	R\$ 18.123,38	R\$ 72.658,40	R\$ 5.851,56	R\$ 66.806,84
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 79.079,83	R\$ 2.708,00	R\$ 6.504,08	R\$ 0,00	R\$ 16.878,96	R\$ 52.988,79	R\$ 0,00	R\$ 52.988,79
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 669.299,81	R\$ 13.171,87	R\$ 7.538,11	R\$ 0,00	R\$ 39.764,44	R\$ 608.825,39	R\$ 0,00	R\$ 608.825,39



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.963.909,48	R\$ 354,70	R\$ 3.465,27	R\$ 0,00	R\$ 101.904,30	R\$ 1.858.185,21	R\$ 0,00	R\$ 1.858.185,21
706	Transferência Especial da União	R\$ 0,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,27	R\$ 0,00	R\$ 0,27
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 477,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 477,29	R\$ 0,00	R\$ 477,29
	Demais Transferências Obrigatorias não								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g
711	Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 176.827,25	R\$ 60.959,71	R\$ 115.028,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 839,15	R\$ 500,00	R\$ 339,15
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 56.003,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.003,96	R\$ 0,00	R\$ 56.003,96
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 2.119,35	R\$ 96,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.023,35	R\$ 0,00	R\$ 2.023,35
	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a -b -c -d -e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f -g
751	Iluminação Pública - COSIP	R\$ 59.309,14	R\$ 0,00	R\$ 7,09	R\$ 0,00	R\$ 5.326,54	R\$ 53.975,51	R\$ 0,00	R\$ 53.975,51
755	Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,01
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 316.102,33	R\$ 70.808,12	R\$ 9.572,32	R\$ 0,00	R\$ 96.454,14	R\$ 139.267,75	R\$ 0,00	R\$ 139.267,75
		R\$ 6.298.863,81	R\$ 407.099,21	R\$ 672.462,36	R\$ 0,00	R\$ 571.853,98	R\$ 4.647.448,26	R\$ 8.527,33	R\$ 4.638.920,93
RPPS									
>>>>	TOTAL	R\$ 9.383.412,35	R\$ 1.296.813,64	R\$ 1.088.856,70	R\$ 0,00	R\$ 1.287.876,90	R\$ 5.709.865,11	R\$ 1.328.456,20	R\$ 4.381.408,91

APLIC



Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.269.372,77	R\$ 1.437.063,54	R\$ 467.547,59	R\$ 0,00	R\$ 788.359,71	-R\$ 1.423.598,07	R\$ 2.244.869,29	-R\$ 3.668.467,36
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 115.764,38	R\$ 0,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 115.763,78	R\$ 88.494,92	R\$ 27.268,86
		R\$ 1.385.137,15	R\$ 1.437.064,14	R\$ 467.547,59	R\$ 0,00	R\$ 788.359,71	-R\$ 1.307.834,29	R\$ 2.333.364,21	-R\$ 3.641.198,50
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 77.075,09	R\$ 47.714,20	R\$ 354.911,86	R\$ 0,00	R\$ 111.482,24	-R\$ 437.033,21	R\$ 23.503,48	-R\$ 460.536,69
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 9.380,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.380,57	R\$ 0,00	R\$ 9.380,57
	Transferência do								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
550	Salário Educação	R\$ 48.432,60	R\$ 8.329,90	R\$ 9,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.093,55	R\$ 11.458,53	R\$ 28.635,02
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 40.709,61	R\$ 9.648,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31.060,74	R\$ 17.229,94	R\$ 13.830,80
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 1.658,38	R\$ 8.926,45	R\$ 99,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 7.367,17	R\$ 0,00	-R\$ 7.367,17
570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 54,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 54,95	R\$ 0,00	R\$ 54,95
	Transferências do Estado referentes a Convênios e								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
571	Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.441.077,38	R\$ 8.417,01	R\$ 19.102,13	R\$ 0,00	R\$ 11,00	R\$ 1.413.547,24	R\$ 1.989,00	R\$ 1.411.558,24
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 78,67	R\$ 0,00	R\$ 1,46	R\$ 0,00	R\$ 38,74	R\$ 38,47	R\$ 13.057,82	-R\$ 13.019,35
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 59.976,99	R\$ 33.752,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.224,97	R\$ 38,00	R\$ 26.186,97
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
600	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 954.528,38	R\$ 179.050,23	R\$ 157.803,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 617.675,13	R\$ 101.858,41	R\$ 515.816,72
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 188.483,71	R\$ 83.794,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 104.689,58	R\$ 57.922,99	R\$ 46.766,59
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
602	destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 53.905,43	R\$ 29.014,64	R\$ 2.220,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.669,87	R\$ 0,00	R\$ 22.669,87
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 22.399,42	R\$ 11.564,64	R\$ 19.148,97	R\$ 0,00	R\$ 24.198,84	-R\$ 32.513,03	R\$ 1.976,80	-R\$ 34.489,83
	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
605	pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 140.572,57	R\$ 2.302,84	R\$ 18.675,38	R\$ 0,00	R\$ 4.201,45	R\$ 115.392,90	R\$ 0,00	R\$ 115.392,90
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 338.488,25	R\$ 25.538,39	R\$ 9.169,22	R\$ 0,00	R\$ 206.215,19	R\$ 97.565,45	R\$ 56.264,94	R\$ 41.300,51
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 151.678,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 151.678,02	R\$ 0,00	R\$ 151.678,02
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 152.554,53	R\$ 14.806,62	R\$ 5.036,44	R\$ 0,00	R\$ 11.682,76	R\$ 121.028,71	R\$ 16.769,75	R\$ 104.258,96
	Transferência de								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
661	Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 121.778,24	R\$ 2.708,00	R\$ 5.769,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 113.301,12	R\$ 0,00	R\$ 113.301,12
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 779.169,83	R\$ 13.238,87	R\$ 14.196,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 751.734,92	R\$ 0,00	R\$ 751.734,92
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 10.220.922,95	R\$ 488.624,44	R\$ 21.562,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.710.735,87	R\$ 326.307,50	R\$ 9.384.428,37
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 109.670,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 109.670,62	R\$ 0,00	R\$ 109.670,62



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f -g
706	Transferência Especial da União	R\$ 4.141,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.141,95	R\$ 0,00	R\$ 4.141,95
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 2.872,04	R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.871,04	R\$ 0,00	R\$ 2.871,04
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 12.548,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.548,44	R\$ 0,00	R\$ 12.548,44
711	Demais Transferências Obrigatorias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 143.527,46	R\$ 60.959,71	R\$ 115.028,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 32.460,64	R\$ 0,00	-R\$ 32.460,64
	Transferências Destinadas ao								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
715	Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 117.503,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 117.503,96	R\$ 0,00	R\$ 117.503,96
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05	R\$ 0,00	R\$ 73.446,05
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 18.647,28	R\$ 96,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.551,28	R\$ 0,00	R\$ 18.551,28
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 158.916,91	R\$ 1.989,80	R\$ 110,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 156.816,37	R\$ 168.196,22	-R\$ 11.379,85
	Recursos de Alienação de Bens								



Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
755	/Ativos - Administração Direta	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,01	R\$ 0,00	R\$ 0,01
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 735.754,15	R\$ 185.750,30	R\$ 4.151,66	R\$ 0,00	R\$ 11.361,43	R\$ 534.490,76	R\$ 424.409,94	R\$ 110.080,82
		R\$ 16.179.954,44	R\$ 1.216.228,06	R\$ 746.996,24	R\$ 0,00	R\$ 369.191,65	R\$ 13.847.538,49	R\$ 1.220.983,32	R\$ 12.626.555,17
RPPS									
>>>>	TOTAL	R\$ 17.565.091,59	R\$ 2.653.292,20	R\$ 1.214.543,83	R\$ 0,00	R\$ 1.157.551,36	R\$ 12.539.704,20	R\$ 3.554.347,53	R\$ 8.985.356,67

APLIC

